Cultura do Mar como força motriz
da coesão de uma cidade costeira

Pólo Museológico e Académico no Revelim - Sines

Soraia Perfeito Piedade

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
sob a orientação do Professor Doutor Adelino Gonçalves

Departamento de Arquitetura, FCTUC
Setembro de 2017

Cultura do Mar como força motriz
da coesão de uma cidade costeira

Pólo Museológico e Académico no Revelim - Sines

Agradecimentos

Foram tantos os corações que durante este período no ensino superior que marcaram a minha caminhada. Foram tantas as palavras de conforto. Foram tantos sorrisos que mostravam admiração. Foram tantos.

Ao Professor Adelino Gonçalves, pela persistência, dedicação e disponibilidade. Enfim, por colocar juízo nesta cabeça.

À minha avó e a Encarnação, por toda a compreensão nos tempos mais difíceis e por acreditarem que chegar ao fim desta etapa era possível.

Ao meu irmão, cunhada e sobrinhas, porque mesmo longe, nunca deixaram de me apoiar.

À Joana, à Salomé e à Vanessa, aquelas amigas que sempre estiveram presentes. Obrigada pela amizade incondicional.

Ao Miguel. O marido, amigo, irmão, aquele que me aturou sempre, mesmo nos momentos mais insanos. Amo-te.

À minha mãe. Estejas onde estiveres serás sempre uma estrela a iluminar o meu caminho.

Que durante a minha vida vos consiga retribuir tudo aquilo que me deram durante este tempo.

Um enorme agradecimento a todos os que ajudaram a desenvolver a estratégia "O Centro EM Sines" para a Trienal de Arquitetura 2016. Foram um enorme contributo para esta dissertação.

Um agradecimento especial à Câmara Municipal de Sines, por todos os esclarecimentos e toda a informação disponibilizada.

Resumo

Situada no litoral alentejano, a cidade de Sines tem uma forte ligação ao mar, tanto na vertente económica, como paisagística. Contudo, é uma cidade disfuncional, não só para quem nela habita, mas também para quem a visita. O seu centro histórico encontra-se segregado e as zonas de expansão mais recentes não promovem dinâmicas socioculturais de forma qualificada. Além disso, a economia da cidade, maioritariamente gerada pelo Porto de Sines, é insensível aos problemas que Sines tem vindo a passar e tem-se apoderado do seu território, contribuindo cada vez mais para uma imagem de cidade industrial.

De todo o conjunto de possibilidades de revitalização de Sines, a estratégia Pólo M.A.R. (Pólo Museológico e Académico do Revelim) ensaia a criação de um diálogo fincado entre a cultura e a economia do mar, conjugando o turismo, a economia criativa e as oportunidades das indústrias culturais e criativas, com uma estratégia de marketing urbano baseada nas visões da Comissão Europeia sobre as Políticas do Mar.

Esta estratégia procura valorizar o património cultural existente, adormecido, com a criação de um Cluster marítimo que integra múltiplas vertentes funcionais, designadamente, um Museu Marítimo, um Observatório Tecnológico do Mar, uma Faculdade de Ciências do Mar e um Centro de Estudos Marítimos, incorporado numa inovadora rede de partes interessadas na investigação da cultura e economia do mar. Além destes núcleos, a estratégia articula a revitalização da envolvente ao Revelim, área de implantação do Cluster, de modo a (re)conectar-se com o núcleo urbano mais antigo e, consequentemente, com a restante cidade procurando reforçar a coesão urbana.

Esta dissertação surge no decorrer do ensaio de uma estratégia desenvolvida em resposta ao desafio do Concurso Universidades da Trienal de Lisboa 2016, entítulada “O Centro EM Sines”, realizada por Ana Catarina Soares, Inês Costa, Luis Ferreira, Sérgo Gomes, Soraia Perfeito Piedade e Vera Mendo.

Termos-chave:
Centro Histórico, Coesão urbana, Morfologia
Planeamento estratégico, Integração, Património
Economia do Mar, Cluster Marítimo

Abstract

Located on Alentejo coast, the town of Sines has a strong connection with the sea, both from an economic and a landscape point of view. However, it is a dysfunctional city, not only for its habitants, but also for its visitors. The city's historical center is segregated and the new expanding zones does not promote socio-cultural dynamics in a qualified way. In addition, the economic aspect, generated mainly by the Port of Sines, is insensitive to the problems that this city has been passing and has taken possession of its territory, contributing increasingly to an image of the industrial city.

Of all the possibilities of revitalization of Sines, the strategy Pólo M.A.R. (Museological and Academic Pole of Revelim), rehears the creation of a dialogue between culture and the economy of the sea, combining tourism, the creative economy and the opportunities of the cultural and creative industries, with an urban marketing strategy based on the visions of the European Commission on the Politics of the Sea.

This strategy finds to valorize the asleep existing cultural heritage by proposing the creation of a maritime Cluster that integrates multiple functional aspects, such as a Maritime Museum, a Sea Technological Observatory, a Faculty of Marine Sciences and a Center for Maritime Studies, incorporated in an innovative network of research entities of the sea culture and economy of the sea. In addition to these nuclei, the strategy articulates the revitalization of the surrounding with Revelim, in order to (re) connect with the older urban nucleus and, consequently, with the other city seeking to reinforce urban cohesion.

This dissertation emerges during Atelier de Projecto II D course and also during the essay of a strategy to the challenge Universities Contest of the Lisbon Triennial 2016, entitled "The Center in Sines", by Ana Catarina Soares, Inês Costa, Luis Ferreira, Sérgo Gomes, Soraia Perfeito Piedade and Vera Mendo.

Keyterms:
Historic Center, Urban Cohesion, Morphology
Strategic Planning, Integration, Heritage
Sea Economy, Sea Cluster

Índice

Parte I | Desenvolvimento integrado. Uma visão holística sobre o território

23 1 Introdução

39 2 A crise económica. Estratégias de revitalização das cidades costeiras

57 3 Cidades Criativas. Um novo pensamento para a regeneração das cidades

71 4 Objetivos estratégicos para o progresso em Portugal. A questão dos Clusters Marítimos

89 5 Os Centros Históricos. O seu estado de decadência e a necessidade de integração

Parte II | Sines: Revitalização de uma cidade segregada pela industria

107 1 Sines. Da pré-história aos dias de hoje

139 2 Uma chave para o crescimento económico: Mar, Cultura e Turismo

151 3 Planos para a cidade. Saldo positivo ou fiasco?

169 4 "O Centro EM Sines"

181 5 Pólo M.A.R.

195 6 Parque de Campismo e Parque da Cidade

215 7 Conclusão

223 Bibliografia

235 Fontes de Imagens

Lista de acrónimos

CCR.S | Conselho Consultivo Regional Sul

CEO | Comissão Estratégica dos Oceanos

CMS | Câmara Municipal de Sines

DGT | Direcção Geral do Território

EFTA | European Free Trade Association

ENDS | Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

GAS | Gabinete Área de Sines

GNR | Guarda Nacional Republicana

KEA | Committed to Supporting Creative and Knowledge – Based Companies and Institutions

MAOTDR | Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

PDM | Plano Director Municipal

PENT | Plano Estratégico Nacional do Turismo

PIB | Produto Interno Bruto

PMI | Política Marítima Integrada

PNAP | Política Nacional de Arquitectura e Paisagem

PNPOT | Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PNSACV | plano DE Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

PÓLO M.A.R. | Pólo Museológico e Académico do Revelim

POOC | Plano de Ordenamento da Orla Costeira

PP | Plano de Pormenor

PRIA | Plano Regional de Inovação do Alentejo

PRODER | Programa de Desenvolvimento Rural

PROFAL | Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo

PROT | Programa Regional de Ordenamento do Território

PROTALi | Plano Regional do Litoral Alentejano

PU | Plano de Urbanização

QREN | Quadro de Referência Estratégica Nacional

ZEE | Zona Económica Exclusiva

Nota Prévia

Esta dissertação vem acompanhada de um conjunto de elementos gráficos disponibilizados em anexo, mas que são indispensáveis para a correta leitura dos capítulos da parte II.

Parte I

Desenvolvimento integrado.
Uma visão holística sobre o território

"*In every city there is much of beauty and more of possibility;*
and thus for the town planner as artist,
the very worst of cities may be the best."
(Geddes; 1915: 364)

1

Introdução

Vivemos num tempo em que parece que as cidades tendem a estagnar. Parece não haver evolução, não haver mudança. Apenas se vive o quotidiano sem sobressaltos, além dos económicos e financeiros. Apesar desta situação que, à primeira vista, não tende a prejudicar a vivência de qualquer cidadão, não deixa de ser verdade que, com a evolução tecnológica e com a mudança dos modos de vida, as cidades têm de se adequar a tais circunstâncias. A resposta a esta necessidade de transformação nem sempre é dada com processos repentinos, aliás não existe forma de alterar uma cidade da noite para o dia. Mas se a intensão for melhorar as condições existentes em termos globais, as pequenas mudanças que se vão processando com o passar dos tempos, tornam-se significativas para a fixação de habitantes e para todas as consequências positivas que daí advêm. Se a cidade nos contemplar com a diversidade de serviços que necessitamos, será que corresponde (sempre) a uma tendência de mudança positiva? Será que, viver numa cidade que satisfaça as nossas necessidades, pode melhorar positivamente a nossa vivência diária enquanto utilizadores de um território? Para muitos pode fazer sentido, mas uma transformação de uma cidade acarreta sempre dificuldades e desafios difíceis de gerir, sob os pontos de vista económico e social. Assim, órgãos de poder local, juntamente com cidadãos, urbanistas, arquitetos e os demais intervenientes diretos, precisam de se questionar, de forma unida, sobre o que se pode fazer para que a dinâmica e vivência da cidade melhore de forma continuada a cada investimento realizado, quer seja de caráter público ou privado. Ao longo dos anos, as cidades passaram por mudanças drásticas que ainda hoje se refletem nos nossos modos de vida. O Pós-Guerra, por exemplo, corresponde ao período histórico em que chegava a hora de se pensar no território europeu em termos conjuntos, com vista à dinamização do setor industrial,

que estava continuamente a fragilizar-se. Portugal, em conjunto com Áustria, Dinamarca, Grã-Bretanha, Noruega, Suécia e Suíça, fundaram o EFTA – European Free Trade Association em 1960, de modo a promover a economia de cada país. Anos mais tarde, em 1986 acaba por se associar à Comunidade Económica Europeia.

Neste período, deu-se a abertura da economia europeia ao mundo e o investimento externo sob o território nacional foi-se intensificando e disparou em muito pouco tempo. A partir do final da década de 1980, com o abrandamento do ritmo de produção industrial, bem como com a recessão de Portugal no Mercado Europeu, a situação acabou por se tornar caótica, deixando muitos cidadãos numa situação de desemprego.

Com o intuito de reverter a situação, as políticas para a melhor conduta do setor industrial do início do século XX, como o Fordismo[1], estavam no auge do seu desenvolvimento. A estratégia de divisão da cidade em setores parecia oferecer garantias de sucesso, com a analogia da maximização da produção em repartições como "a concepção, a pesquisa, a administração e a decisão [sedeada nas] áreas metropolitanas; a transformação [nas] áreas industrializadas de longa data; a produção final [nas] áreas sem tradição industrial" (LEMA & TEIXEIRA, 1988:76-77). Com esta mudança, a produção industrial disparou, criando uma alternativa direta ao trabalho agrícola, ao setor primário. Mas o mesmo não se pode dizer em relação à especialização funcional das cidades por via do zoneamento.

[1] Fordismo: referente aos sistemas de produção em massa - linha de produção- e gestão idealizada, dividindo o território em setores com diferentes fins: metrópoles, velhas áreas industriais e áreas rurais do setor primário.

A par do desenvolvimento industrial ao longo do último meio século, houve um aumento de emigração, atingindo percentagens muito elevadas em alguns países. Esta corrente deu-se para vários países europeus, sendo que a maioria dos emigrantes portugueses se dirigia para França. Consequentemente, no inicio dos anos 2000, a população portuguesa sofreu uma quebra, acabando por se equilibrar pela forte onda de imigração nos anos seguintes, sendo que "em menos de dez anos, a população estrangeira residente atingiu os 4% do total" (BARRETO, 2002:9).

Nos anos 70 em Portugal, aumentou a recessão sentida e instalou-se a necessidade de definir uma nova forma de operar no território. Nesse período, a tecnologia foi a forte dinamizadora das novas estratégias de operações industriais na europa, levando a um ciclo de aquisições de indústria nacional por parte de empresas internacionais, o que, consequentemente, criou a uma onda de desemprego generalizado, levando ao surgimento de áreas urbanas deprimidas. As empresas tentaram baixar os custos de produção com a introdução da máquina nos seus ciclos de produção, criando métodos mais diversificados e rápidos, reforçando a inovação tecnológica, bem como estimulou a abertura de muitas pequenas empresas de diferentes setores de atividade.

Com a aceleração do ritmo de produção, criou-se a necessidade de uma a busca contínua por novas ideias para que a vitalidade do sistema continuasse a progredir, mas gerir este processo com a manutenção de postos de trabalho face ao ritmo de produção da máquina e à crescente automatização, era cada vez mais incomportável.

A par deste desenvolvimento tecnológico, intensificou-se a terciarização da sociedade: os serviços de apoio desempenharam o papel de motor na evolução dos sistemas

produtivos e a informação assume cada vez mais relevo nos novos métodos industriais. Com esta incessante procura pela inovação, começou a haver uma visível discrepância entre os setores primário e secundário e o setor terciário, conferindo uma condição de espacializações não dialogantes. As novas visões da economia defendiam cidades onde se instalassem as mais recentes inovações industriais, lugares de conhecimento atualizados, ou seja, onde a palavra "velho" ou "antigo" pareciam não poder coabitar. As cidades sempre precisaram dos serviços primários, não só para a sua própria sustentabilidade, mas também para criar uma maior diversidade de serviços. Contudo, não houve um investimento similar ao do setor terciário, nem uma perspetiva evolutiva de desenvolvimento que procurasse assegurar a coesão territorial. Esta debilitação do setor primário também se deveu ao êxodo rural, e pela emigração, já que, para além de muitas empresas internacionais terem investido na compra de empresas nacionais em ascensão, os modos de vida também eram mais avançados noutras regiões.

Em Portugal, ainda se assistiu à Revolução de 1974 que, para o setor primário, trouxe consequências profundas. "As explorações agrícolas de uma parcela importante do território agrícola do país foram objecto de ocupação e de nacionalização, num complexo processo de "reforma agrária" de cariz colectivista" (BARRETO, 2002: 5), marcando o ponto de partida para uma corrente de migração interna. Muitos portugueses viram nas cidades litorais e nos (maiores) centros urbanos uma oportunidade para a melhoria das condições de vida, condições que dificilmente viriam a conseguir com a permanência em cidades dominadas pelo setor primário. As cidades litorais, para além de apostarem no setor terciário, tiveram um saldo positivo económico pela forte dinamização

do Turismo, constatado pelo fluxo de turistas alemães, espanhóis e britânicos, que passavam as suas férias principalmente na costa a sul do país (BARRETO, 2002: 3).

Deste modo, pode concluir-se que as mudanças da sociedade na segunda metade dos anos 90 contribuíram para uma forte instabilidade do setor primário, contrariamente ao setor terciário, que contou com uma forte ascensão. A aposta na tecnologia foi determinante para o arranque de todas as mudanças referidas, tanto ao nível nacional como internacional. Contudo, no contexto nacional, as origens da indústria foram esquecidas, fazendo com que o interior do país ficasse fragilizado, levando a situações de despovoamento e consequente segregação do território.

Se neste momento, algumas cidades do litoral e maiores centros urbanos são na verdade o motor do desenvolvimento, como se poderá controlar o esquecimento das cidades menos favorecidas? Quais serão os factores-chave de fixação de população num território onde as atividades primárias são fulcrais na vida do cidadão? Como se pode aliar o setor primário e o setor terciário de modo a que uma cidade costeira ganhe ainda mais do que apostando apenas num tipo de atividades?

De modo a dar resposta a estas perguntas fundamentais para o combate às áreas segregadas, a presente dissertação procura, numa primeira fase, entender quais são as estratégias dos órgãos de poder europeu com vista reverter a situação de crise económica. Para tal, procura-se entender a estratégia alternativa de cidade criativa. Trata-se de um conceito em que a cidade é tratada como um produto publicitário às forças do território, criando assim uma estratégia de *marketing* que manipula os diferentes setores da cidade, tais como, o planeamento urbano, as vertentes cultural, social e educacional, bem como a economia interna e externa.

A vertente cultural, associada ao facto de Portugal ser um país com uma vasta frente marítima, dão o mote a que nesta dissertação esteja incluído o conceito dos *clusters* marítimos, fundamental para a conjugação da cultura, do ADN e da tradição numa cidade à beira-mar. De modo a consolidar este estudo sobre o território, é necessário em última análise, perceber porque é que alguns centros históricos se encontram segregados, quais são as causas e as soluções para se conseguir alavancar um processo de regeneração.

Na segunda parte desta dissertação encontra-se o caso de estudo que originou esta análise: Sines. Trata-se de uma cidade litoral, com forte caráter histórico, mas que setor industrial tomou conta do território. Esta cidade detém o maior porto de águas profundas nacional, contudo as entidades municipais não estão a tirar partido das vantagens que esta característica pode trazer ao território. Para tal, faz-se o estudo de uma estratégia integradora para o centro histórico siniense, de modo a que, em conjunto com o setor industrial, criem uma potência económica, capaz de alavancar a economia, quer a nível regional, como nacional. Após uma análise histórica deste território, analisa-se quais os planos vigentes para a cidade e se estes tiveram ou têm um impacto positivo ou negativo para a progressão do território.

Numa penúltima fase, é apresentada uma chave para a restruturação da cidade: a estratégia "O Centro EM Sines". Realizado no âmbito da Trienal de Arquitetura de Lisboa e da disciplina de Atelier de Projeto II D, este projeto tem como premissa a interligação dos vários constituintes da cidade, tendo como finalidade revitalizar o centro histórico, atualmente segregado. Esta estratégia divide-se em vários pontos de atuação, contendo diferentes temáticas consoante o seu local de implantação e a sua envolvente: Paisagem

Integrante, Avenida Produtiva, Centro de Mobilidade, Frente Marítima, Parque de Campismo e Parque da cidade e Pólo M.A.R.. Por fim aprofundam-se duas das estratégias apresentadas anteriormente: O Pólo M.A.R., um complexo multifuncional ligado ao setor marítimo que pretende revitalizar a zona desajustada a poente da cidade, auxiliada pela dinamização social, cultural, histórica e educacional de Sines. Os programas apresentados têm a função de multiplicar a interações com o restante território, procurando criar ligações ao centro histórico. A estratégia dos Parques de Campismo e Parque da cidade surge com o intuito de renovar a imagem das áreas verdes segregadas, possibilitando, a um primeiro nível, revitalizar o antigo parque de campismo da cidade, e a um segundo nível criar espaços de qualidade para a vivência do território.

Não se pretende com esta dissertação dar a entender que esta é a única estratégia correta que pode desenvolver a cidade de Sines. É sim uma mudança de perspetiva, uma procura por conceitos alternativos que podem alavancar processos positivos a curto e médio prazo. É uma (re)conciliação entre a indústria e o centro histórico.

2

A crise económica. Estratégias de revitalização das cidades costeiras

Ao longo das ultimas décadas, a Europa está a atravessar uma grande crise económica. Até ao final da década de 1990, havia bastante entusiasmo com o rumo da Europa e haviam perspetivas bastante positivas, que se podiam afirmar pelos três trunfos que iriam transformar a atuação europeia em termos políticos e económicos: "união económica e monetária (EMU), o maior alargamento da história da UE, [a] que se seguiria à desintegração do império soviético, e a transformação dos tratados basilares da União [numa] constituição" (TSOUKALIS, 2012: 21).

Apesar disto, com a sua situação atual, a Europa teve de repensar a sua estratégia de desenvolvimento de modo a adequá-la às novas prioridades do território europeu. É urgente atuar de uma forma acutilante para que os resultados sejam rápidos, pensando em intervenções eficazes que valorizem o território e o potencial económico de cada estado membro. A crise tem funcionado "como uma espécie de catalisador para o aprofundamento da integração" (TSOUKALIS, 2012: 25). Uma das lições desta situação foi a consciencialização de que as "economias europeias precisam de se tornar mais dinâmicas [pois] as perspetivas económicas não são boas e as tendências demográficas são ainda piores" (TSOUKALIS, 2012: 25)[2].

Com vista a promover o desenvolvimento sustentável da Europa, ambicionando melhores condições de vida e o crescimento da economia, a Comissão Europeia tem

[2] Este artigo com o título "Crise na Europa: um catalisador para a mudança?" de Loukas Tsoukalis foi elaborado para a Conferência do Dia da Europa organizada na Fundação Getulio Vargas, no Rio de Janeiro a 9 de maio de 2012.

desenvolvido estratégias de curto, médio e longo prazo, de forma a definir um caminho positivo e competitivo com os restantes mercados mundiais. Foi necessário rever o caminho traçado até hoje, de forma a reverter a situação de desemprego e de dívida que nos abala. Apesar da real conotação negativa da crise, a verdade é que também serviu, para gerar novas visões de dinamismo das economias estagnadas.

Em 2010, a Comissão Europeia apresentou a estratégia Europa 2020 de modo a "criar condições para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo" [3].

A crise veio despertar o interesse em estratégias mais dinâmicas, com a capacidade de alavancar novos interesses económicos, de modo a que, de uma forma célere, se concretize o objetivo de revitalização do território europeu.

> *A Europa dispõe de muitos trunfos. Dispomos de uma mão-de-obra com talento e de uma poderosa base industrial e tecnológica. Dispomos de um mercado interno e de uma moeda única que nos ajudaram a resistir aos piores efeitos da crise. Dispomos de uma economia social de mercado que já deu as suas provas. Devemos ter confiança na nossa capacidade para estabelecermos uma agenda ambiciosa e, em seguida, para unirmos os nossos esforços para a concretizar.* (BARROSO, 2010: 2-3)

Na estratégia Europa 2020, os objetivos estão interligados, pretendendo reforçar o crescimento e coesão territorial. Todas as propostas de desenvolvimento

[3] Objetivo geral da Comissão Europeia para a Estratégia Portugal 2020. Disponível em: http://www.gestout.pt/europa-2020 (consultado em abril de 2017)

resumem-se em três prioridades:

"– Crescimento inteligente: desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação;

– Crescimento sustentável: promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva;

– Crescimento inclusivo: fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegura a coesão social e territorial" (COMISSÃO EUROPEIA, 2010:5)[4].

Os países europeus investem cada vez mais na promoção da investigação e da tecnologia de modo a alavancarem o crescimento económico do seu território. "Cada ameaça constitui igualmente uma oportunidade. À medida que estes países se desenvolvem, abrir-se-ão novos mercados para muitas empresas europeias" (COMISSÃO EUROPEIA, 2010: 10).

Portugal é dotado de uma localização privilegiada. Se cada país deve adequar a estratégia de revitalização do espaço europeu às suas características especificas e mais-valias territoriais, então Portugal pode incidir o seu contributo nas oportunidades que advém do mar.

Desde os Descobrimentos, Portugal tem no espaço europeu um papel essencial no que diz respeito a "trocas comerciais, culturais e científicas"[5], reforçado pelo facto de ser atualmente a maior Zona Económica Exclusiva (ZEE) da europa.

---

[4] Comunicação da Comissão Europeia "Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo". Disponível em: http://www.poci-compete2020.pt/admin/fileman/Uploads/Documents/Estrategia_europa 2020.pdf (Consultado em abril de 2016)

[5] [5] Ciência Viva. (s.d.). *Importância do Oceano*
Disponível em:
http://www.cienciaviva.pt/oceano/portugal/importanciamar/ nacao.asp (consultado em maio de 2016)

Como tem sido defendido amiúde, se Portugal deve repensar a sua estratégica de desenvolvimento, então as novas apostas devem centrar-se na cultura e economia do mar, promovendo as mais diversas valências que o oceano atlântico pode oferecer.

> *Uma economia marítima próspera para Portugal passa pelo aproveitamento do potencial existente ao nível da biodiversidade oceânica, das fontes de energia renováveis, dos centros de investigação modernos e altamente qualificados, dos transportes marítimos e portos, dos recursos pesqueiros, do turismo, entre outros novos usos que o mar pode vir a ter no futuro.* [6]

As visões da Comissão Europeia (CE) seguem exatamente este raciocínio: reflete no modo como o Mar pode ser valorizado com o intuito de potenciar investimentos, tanto no âmbito aquático como terrestre. Para isso, em 2008 a CE apresentou uma estratégia de desenvolvimento assente em dois eixos principais: "o primeiro [consistia] no melhoramento das capacidades de investigação europeia para fazer face à complexidade dos ecossistemas marinhos; o segundo [visava] o surgimento de novas formas de governação"[7].

Mas mesmo antes da crise emergir, as políticas que defendiam a consideração do mar como um dos maiores motores de desenvolvimento já se destacavam nas agendas da Comissão Estratégica dos Oceanos (CEO). Em 2004, a CEO

---

[6] Ciência Viva. (s.d.). *Importância do Oceano*
Disponível em:
http://www.cienciaviva.pt/oceano/portugal/importanciamar/nacao.asp (consultado em maio de 2016)

[7] Comissão Europeia (2008). *Estratégia Europeia para a Investigação Marinha*. Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/LSU/?uri=CELEX:52008DC0534 (consultado em maio de 2016)

distinguia o mar como marca distintiva do território português e como factor-chave da valorização do património cultural marítimo. Para além de valorizar o que é existente e/ou histórico, o mar pode reforçar o Turismo, a Inovação Tecnológica e a Economia, visto que é por via marítima que são feitas as maiores trocas comerciais.

De modo a tornar mais coerentes e inovadores os investimentos neste âmbito, a Comissão Europeia elaborou uma proposta para a Política Marítima Integrada (PMI) "… baseada no reconhecimento inequívoco de que todas as questões relativas aos oceanos e mares estão interligadas e de que, para podermos colher os resultados desejados, todas as políticas ligadas ao mar devem ser elaboradas de uma forma articulada"[8].

A PMI aborda a exploração sustentável do mar. Não propõe apenas a troca de conhecimento e debate sobre o futuro do mar com as grandes empresas de transformação, mas defende também a necessidade de as empresas e populações ligadas ao setor marítimo, bem como instituições ligadas à história do mar, como os museus, estarem unidas neste propósito, com o objetivo de "conceber e apresentar propostas verdadeiramente integradas"[9], contando com o equilíbrio dos interesses de todos os setores envolvidos. Para além disto, a PMI também procura "minimizar a pressão exercida pelas

[8] Comissão Europeia (2007). *Livro Azul- Uma política Marítima Integrada para a União Europeia*. Disponível em: http://eurlex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52007DC0575 (consultado em maio de 2016)

[9] Comissão Europeia (2007). *Livro Azul- Uma política Marítima Integrada para a União Europeia*. Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52007DC0575
(consultado em maio de 2016)

atividades humanas sobre o estado ecológico" (CCR.S, 2010: 2). Para este tipo de intervenção não são procurados caminhos que outrora já tenham tido sucesso. A PMI prima por uma "abordagem inovadora e holística [...] que permitirá um desenvolvimento ótimo e sustentável de todas as atividades relacionadas com o mar"[10]. Os três pontos base de sustentação desta proposta passam por beneficiar a ciência, a tecnologia e a investigação marinha, de modo a que este conjunto possa promover não só as atividades marítimas, mas também combater a degradação ambiental.

O modo como esta abordagem veio despertar a necessidade de ter um olhar mais atento sobre as especificidades dos países, mostrou também que esta é a política que "mais recorre a uma abordagem «da base para o topo»"[11]. Para além de alterar a forma como a população europeia olha para o seu espaço marítimo, foi possível também concluir que as "políticas de pesca, dos transportes, do ambiente, da energia, da indústria ou da investigação, deram passos consideráveis no sentido de uma maior integração e coerência"[12].

Nas primeiras conclusões da ação da PMI, foi delineada uma série de vantagens às quais os países associados poderiam colocar em prática após a integração destes princípios. Para

[10] Comissão Europeia (2007). *Livro Azul- Uma política Marítima Integrada para a União Europeia*. Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52007DC0575 (consultado em maio de 2016)

[11] Comissão Europeia (2009). *Relatório de progresso sobre a política marítima integrada da União Europeia*. Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52009DC0540 (consultado em maio de 2016)

[12] Comissão Europeia (2009). *Relatório de progresso sobre a política marítima integrada da União Europeia*. Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52009DC0540 (consultado em maio de 2016)

além do Comité Económico e Social Europeu ter emitido um "parecer particularmente favorável à PMI"[13], esta politica também demonstrou a viabilidade da coordenação de abordagens a diferentes níveis, desde as mais básicas às mais economicamente ativas, estimulando a inovação científica e tecnológica, quer no âmbito de novas descobertas neste campo ou até mesmo na forma como as empresas gerem ou dominam a sua atividade.

Com o desenvolvimento do turismo litoral, que pode ser determinante para dinamização do sector, o reforço da "segurança da navegação e dos portos, a promoção dos *clusters* marítimos e o apoio aos sectores europeus da construção naval e do equipamento de navios"[14], torna-se também fulcral e incontornável. Em suma, a PMI articula todos os assuntos relativos ao mar, desde a inovação da indústria e investigação, ao estímulo do Turismo nas zonas litorais, à salvaguarda do ambiente urbano e património cultural, ao reforço da atividade piscatória e ao reforço e estímulo da criação de novos empregos nestas áreas. A PMI não é uma política fechada que trabalha isoladamente para esta estratégia. É antes um ponto de partida para o diálogo entre todos os participantes marítimos, de modo a decidir o melhor rumo que as suas atividades devem tomar, pensando sempre no conjunto de forma coesa e não apenas como uma soma das partes constituintes.

Um dos maiores trunfos de uma cidade, principalmente, de quando falamos de um território com características marítimas é a sua população, as gentes do mar, aqueles que

[13] Comissão Europeia (2009). *Relatório de progresso sobre a política marítima integrada da União Europeia*. Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52009DC0540 (consultado em maio de 2016)

[14] Ibid.

nasceram, cresceram e viveram sobre ele. Mais do que qualquer político ou arquiteto que observa a cidade de fora, com a sua paisagem e características gerais, o habitante tem uma perceção prática da implementação de uma política e no que esta alterou na dinâmica diária de um determinado espaço. Por este mesmo motivo, o cidadão é uma peça fundamental no desenvolvimento de uma estratégia para a cidade.

Com a diminuição das atividades primárias, neste caso, da pesca artesanal, a PMI com as suas premissas de coesão das atividades do mar, pode ser o primeiro passo para que não só a lavora marítima ganhe mais força e vitalidade, como alguns organismos de maior protagonismo auxiliem na repercussão do novo conceito e estas se tornem no núcleo de desenvolvimento da economia da costa portuguesa. A perspetiva desta visão passa por readequar os hábitos que outrora desempenhavam um papel fundamental no dia-a-dia da população ligada ao mar e fazer com que de novo em voga estejam, mas sempre com um olhar sobre o futuro, com novos tipos de dinamização, onde cada visitante possa sentir a história das gentes da terra.

3

Cidades Criativas.
Novo pensamento para a regeneração das cidades

Podemos olhar para o processo de desindustrialização de duas formas, consoante o modo como cada empresa foi lidando com a introdução das novas tecnologias. Por um lado, podemos observar um resultado "causa", em que, com a dispersão do trabalho industrial e um mau desempenho económico, levou ao encerramento de vários sectores de atividade. No sentido oposto, a desindustrialização também resultou em "efeito", ou seja, com a inovação tecnológica, a introdução da máquina na indústria e a mão-de-obra barata, este processo alavancou novas oportunidades, para melhorar o desemprenho industrial e a dar resposta às novas exigências do mercado.

A inovação do sector industrial não passou apenas pela adaptação às inovações tecnológicas. Também teve lugar uma maré de novas dinâmicas, quer ao nível da criação de novos sectores de trabalho, quer ao nível do *marketing* para públicos-alvo, bem como ao nível da transformação dos recursos existentes com vista a melhorar o rendimento da produção.

Na verdade, esta mudança de paradigma não se cingiu apenas ao sector industrial. Os pensadores das cidades viram nestes acontecimentos, uma oportunidade para refletir acerca do modo de organização do território, o modo como este pode melhorar as condições de vida da população e como a imagem da cidade pode abrir caminho a novos horizontes económicos.

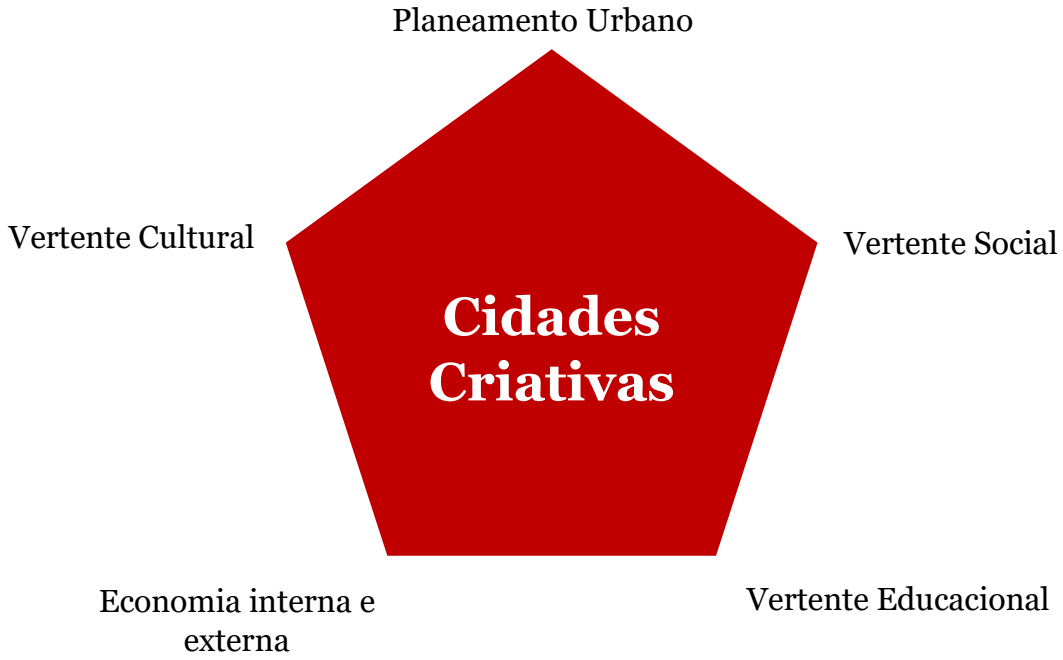
> *Successful cities seemed to have some things in common - visionary individuals, creative organizations and a political culture sharing a clarity of propose. They seemed to follow a determined, not a deterministic path.* (LANDRY,1995:3)

A governação urbana passou a ser vista como um método de propaganda das particularidades das cidades,

fazendo com que os diferentes sectores de atividade, bem como o próprio espaço urbano, ganhassem um carácter atrativo que vendesse o "produto", potencializando o turismo e consequentemente a economia interna. A esta teoria urbana, deu-se o nome de Cidade Criativa.

O conceito de Cidade Criativa estabelece uma relação entre cinco forças motrizes fundamentais para o sucesso do desenvolvimento territorial: 1) o planeamento urbano; 2) a questão social; 3) a educação; 4) a economia interna e externa; 5) a cultura. Uma das conclusões retiradas das primeiras observações deste conceito foi a necessidade de pensar a cidade de uma forma holística e integrada, para que todas as forças motrizes enumeradas anteriormente contribuam para um mesmo fim. Não é possível pensar na dinamização de uma cidade se apenas se focar aspetos individuais. Segundo Charles Landry (1995:4), se a cidade é um território integral, então o seu planeamento deve ter sempre em conta este factor, com o pensamento aberto a inúmeras possibilidades de concepção e sem receio de assumir riscos. Apesar de esta metodologia ser a principal força motriz da cidade criativa, a verdade é que não existe apenas uma forma (correta) de solucionar um problema. Cada cidade tem características muito próprias, como a sua identidade e sobretudo a sua história.

A defesa destas ideias foi o mote para o Conselho Europeu de Lisboa, organizado pelos Estados-Membros da União Europeia, em 2000, onde ficou acordado o projeto ambicioso de, em 2010, a União Europeia ser a economia mais competitiva e dinâmica do mundo, baseada no conhecimento, capaz de crescer sob uma estratégia sustentável, com maior quantidade e qualidade de empregos e maior coesão social (KEA, 2006:1). De acordo com as orientações metodológicas na teoria da cidade criativa, uma estratégia de desenvolvimento



1 Esquema baseado nas cinco forças motrizes para o sucesso do desenvolvimento territorial

deve assentar sobre três forças motrizes principais. A ambição fixa-se no princípio de uma "cidade capaz de potenciar o uso das capacidades criativas dos seus habitantes, trabalhadores, organizações e autoridades, [...] resolver problemas individuais e colectivos, [...] melhorar a qualidade de vida da comunidade e dinamizar económica, social e culturalmente o território urbano" (FERREIRA, 2005:38). O investimento na Cultura é uma estratégia diretamente ligada à cidade criativa e, quando somada à criatividade, o resultado pode abrir caminho para vários campos de ação que enfatizam o poder de um determinado território. Um desses campos é o património arquitetónico que confere à cidade características distintas e que devem ser valorizadas com o intuito de não caírem no esquecimento e ser segregado. É possível referir ainda o campo das artes, como é o caso de museus, mas principalmente a essência que estes espaços acolhem. A aposta na cultura como força motriz de desenvolvimento, tem mostrado resultados bastante promissores nas estratégias da cidade criativa, porque além de ser um meio de atração de investidores, também mostra ser uma influência positiva nos restantes setores de atividades.

A este respeito importa fazer uma distinção entre as indústrias culturais e as indústrias criativas. Esta distinção é fulcral para perceber qual o tipo de premissas dos dois campos de atividade cultural que confluem para uma mesma finalidade. São indústrias culturais aquelas que evocam a tradição como ADN de um território. São artes com história e, em termos académicos, têm um grande valor na cultura nacional. No que toca às indústrias criativas, estas distinguem-se pela utilização de processos mais modernos e preocupam-se em inovar constantemente, competindo com aquelas que se encontram usualmente no mercado. Utiliza processos que

visam estratégias *Top-Down* e *Bottom-Up*, de modo a conseguir instalar transformações resilientes. As indústrias criativas não têm ainda o mesmo impacto social das indústrias culturais, contudo, pela diversidade de culturas e gostos, torna-se cada vez mais pertinente a aposta em sistemas mais variados. A conjugação das atividades das indústrias culturais e criativas pode ser ainda mais expressiva se forem pensadas de forma articulada. A criatividade é, ao mesmo tempo, global e local, competitiva e única, momentânea e perene. A criatividade pode abrir mentalidades e incutir cultura nas camadas mais jovens.

Uma das principais finalidades que se pode esperar com uma boa aplicação das indústrias culturais e criativas é a restruturação urbana, sendo esta uma consequência da regeneração de espaços débeis, bem como de comércio e outras atividades, ou de outros componentes funcionais da cidade que estejam a prejudicar o seu bom.

> *Os efeitos de regeneração para que se espera que elas concorram são também múltiplos: regeneração das economias locais (dos sistemas produtivos e dos mercados para consumidores e turistas), das competências e capacidades criativas da população, do espaço físico das cidades e do seu património monumental, da imagem externa das cidades, da coesão e identidade da comunidade local, da qualidade de vida e da cidadania.* (FERREIRA, 2005:41)

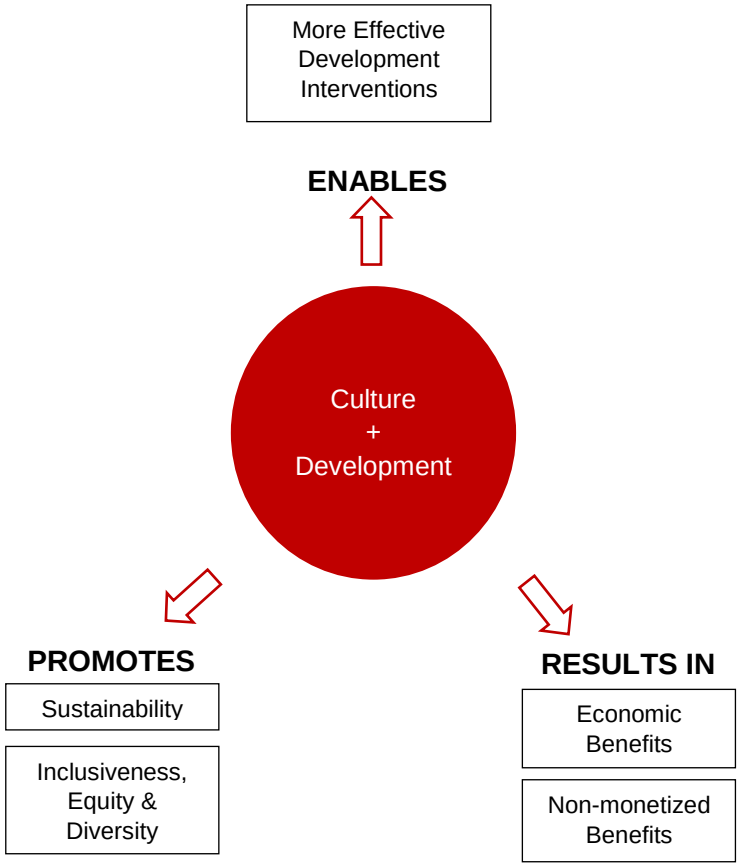
Esta visão integrada, cultural e criativa, como regenerador da cidade, tem uma vertente social muito vincada, por implicar projetos para as pessoas, para melhorar os seus modos de vida. A vertente social de uma cidade criativa conta com a participação das comunidades residentes no processo de regeneração do território, de modo a criar um ambiente participado e inclusivo.

Os habitantes também podem ser atores diretos quando se fala no turismo. Além de serem a alma da cidade, são estes que têm um conhecimento utilitário do território, fomentando a partilha de experiências e dando ao visitante uma experiência mais profunda e prática do espaço que os envolve.

Em termos económicos, também existe a possibilidade de os cidadãos alavancarem um processo de crescimento, dado o facto de uma percentagem de habitantes possuir algum tipo de estabelecimento de atendimento ao público, bem como existir a possibilidade da sua participação em atividades culturais como oradores ou intervenientes diretos na aprendizagem do visitante sobre alguma característica distintiva da cidade.

> *New relationships between artistic creation and the public should be devised so as to establish contact between the public and the higher-quality works; in order to do this, the role of the institutions and of the professional people working in them should be reviewed and their goals and working methods re-examined.* (UNESCO, 1982:27)

Por todas as razões enumeradas anteriormente, o investimento na cultura promove uma visão mais ampla das possibilidades de restruturação de uma cidade, procurando constantemente um dinamismo que aumenta os níveis de competitividade inter-regional. A aposta nas cidades criativas é uma oportunidade "… quer do ponto de vista do emprego, quer da iniciativa empresarial, […] [por promoverem] reordenamentos simbólicos que, ao mesmo tempo renovam as imagens das cidades" (FERREIRA, 2005:45). A cultura e a criatividade, apesar de seguirem diferentes perspetivas quando associadas à indústria, mostram ter a mesma base conceptual e concorrem para o mesmo fim: tornar a cidade coesa. "Por isso, talvez valha



2 UNESCO (2012). *How Culture contributes to Development*, 8.

a pena pensar o desenvolvimento da cultura e da criatividade não tanto como instrumentos, mas antes como objectivos para uma cidade melhor" (FERREIRA, 2005:51).

4

Objetivos estratégicos para o progresso em Portugal. A questão dos Clusters Marítimos

O rumo que a Europa deve tomar é um assunto em constante debate desde a conferência em Hanôver (2000) sobre o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Continente Europeu. A Coesão Territorial, Desenvolvimento Social e Económico, Património Cultural e Turismo Sustentável são os conceitos-base da linha de pensamento das iniciativas que têm sido desenvolvidas nos últimos anos e decorrem da declaração que emanou da conferência.

Em 2006, Portugal detinha apenas 1.4% do PIB europeu. De forma a colocar em prática as ambições que tem para o território nacional, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) inicia a sua análise problematizando, por um lado, as fragilidades que dificultam a progressão do país. Com esse fim são enumerados os "baixos níveis de instrução e de qualificação de recursos humanos e, em correlação, os baixos níveis de produtividade por pessoa empregada" (MAOTDR, 2006:13). Por outro lado, sobre o Ordenamento de Território, o relatório distingue desequilíbrios na "… distribuição da população, nas assimetrias sociais, no abandono e desordenamento de extensas áreas agrícolas e florestais […] e na degradação de algumas áreas urbanas, tanto de desenvolvimento recente como núcleos históricos de cidades e vilas" (MAOTDR, 2006:13). Numa análise mais abrangente, destacam-se ainda falhas na salvaguarda e valorização dos recursos naturais, contribuindo para a insustentabilidade do ambiente e economia, que culmina negativamente nas alterações climáticas registadas nos passados anos. A relação pouco expressiva com o interior do país também é marcada negativamente pelo PNPOT, pelo que é fulcral valorizar a acessibilidade, incentivar as relações "cidade-campo", minimizar os danos ambientais, promover e qualificar o turismo sustentável, entre outros eixos estratégicos de intervenção.

Além destes aspetos, relativos aos fatores que embaraçam o progresso do território português, o PNPOT também identifica os aspetos (positivos) que devem suportar o arranque da estratégia a implementar, visando o desenvolvimento do país. Para além do seu posicionamento físico em relação ao resto da Europa, Portugal tem uma grande concentração de pessoas e de atividades ao longo da sua faixa costeira, o que contribui para a valorização da frente atlântica da União Europeia.

Para implementar este programa de política, os investimentos públicos devem apostar na Inovação Tecnológica e no Conhecimento, sempre com uma base criativa, de modo a adaptarem-se a cada região, a cada caso em específico. Portugal precisa que as principais caraterísticas de cada cidade sejam valorizadas de modo a tornar o território mais atrativo para o investimento internacional, acrescentando uma perspetiva global à economia nacional.

Em relação ao bem-estar social, Portugal precisa de ter modos de vida mais diversificados, valorizando a inserção territorial e urbana. Nas situações sociais mais graves, ambiciona-se uma intervenção mais incisiva, com resultados mais rápidos e positivos. Pretende-se ainda que os cidadãos sejam uma peça fulcral no desenvolvimento das regiões. Para isso, é necessário que sejam mais informados acerca dos possíveis planos de intervenção e que estes possam opinar de forma a acrescentar valor às estratégias.

O PNPOT inclui grandes níveis de ambição em diversos sectores de atividade do território, porém desde o ano em que foi aprovado, até à avaliação do programa de ação 2007-2014, em 2014, os resultados demonstram que várias opções da estratégia não passaram da teoria à prática e que ainda há um longo caminho a percorrer até se conseguir implementar todas as medidas incluídas o PNPOT.

Para enquadrar as reflexões feitas nesta dissertação e as opções das propostas para Sines apresentadas, importa observar alguns dos Objetivos Estratégicos do PNPOT. O Objetivo Estratégico 1 foca-se em "conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e valorizar os riscos" (DIRECÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO, 2014:92). Porém, oito anos depois da sua entrada em vigor, foi possível concluir que ainda existe a falta de uma visão integrada do território e há uma descoordenação de pensamento em certas regiões, o que as tornam mais frágeis.

Em relação ao Objetivo Estratégico 3, que se concentra no desenvolvimento policêntrico e no reforço das infraestruturas de suporte à integração e coesão territorial, o PNPOT identificou uma "expansão urbana desordenada [...] com os correspondentes efeitos na fragmentação e desqualificação do tecido urbano e dos espaços envolventes" (DGT, 2014:196). Entre 2007-2013, destacam-se três investimentos nesta área: o estabelecimento do modelo territorial, isto é, da mesma forma que o PNPOT trata do território a uma escala nacional, os Programas Regionais de Ordenamento do Território (PROT) têm vindo a ser implementados de forma a seguir o desenvolvimento territorial de forma consistente e de acordo com as suas orientações. Como segundo grande investimento, destaca-se a definição da Agenda de Valorização Territorial com o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) e, por último, as intervenções territoriais integradas do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER). Contudo, no objetivo de reforço dos centros urbanos, nomeadamente os centros das regiões menos desenvolvidas, houve uma taxa de execução bastante baixa, pelo que este ponto, que é fulcral para o PNPOT, não teve a atenção merecida.

No objetivo de promover um crescimento urbano mais compacto e policêntrico, a apreciação global também não é favorável, mas apesar disso, houve alguma evolução. Um dos grandes passos deste Objetivo Estratégico foi a priorização da reabilitação e da regeneração urbana que, de uma forma bastante significativa, instalou um interesse e atenção ampla na sociedade em termos gerais.

Em suma, com a análise dos documentos do PNPOT e da Avaliação do Programa de Ação 2007-2013, é possível concluir que as opções políticas implementadas à data da aprovação desta estratégia eram coerentes, bastante focadas em resolver problemas de ordens diversas e que, acima de tudo, se pensava numa estratégia de desenvolvimento que tinha como palavras de ordem a Integração e a Coesão Territorial. Contudo, a maioria dos objetivos estratégicos não tiveram qualquer nível de concretização. É possível afirmar que a estratégia nacional é muito rica em teoria, mas ainda muito pobre em prática.

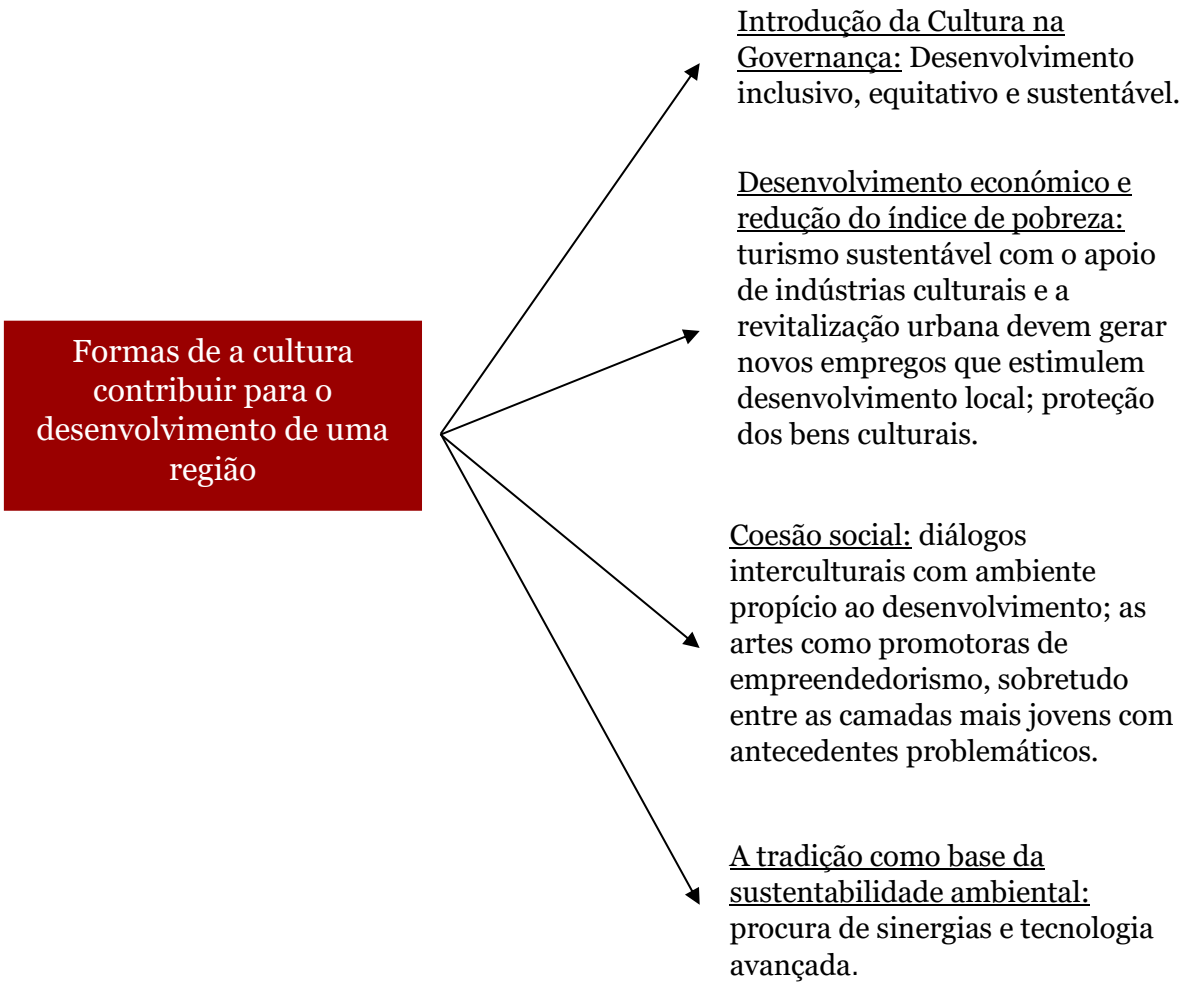
O PNPOT, tem subentendida uma visão *Top-Down* da gestão territorial, fundamental para definir linhas de orientação política para um desenvolvimento integrado das cidades. Para isso, importa ter presente a essência de cada cidade, as características que constituem o seu ADN. Implementar numa cidade uma estratégia idêntica que resultou noutro território pode prejudicar ainda mais o desenvolvimento urbano, ao invés de potenciar o seu crescimento económico, social e turístico. Por isso, a população torna-se o mais importante aliado na definição do futuro de um território porque, além de conhecer as suas origens, tem conhecimento prático de como é vivenciar o espaço no dia-a-dia. Este tipo de visão integradora tem merecido especial atenção pelo facto de valorizar económica, social e turisticamente o espaço português, dado o facto de se

esperarem resultados bastante promissores do investimento nestes eixos de intervenção pública e privada.

> *É verdade que Portugal integra hoje o espaço europeu, mas geográfica, histórica e culturalmente, o país não se esgota na Europa, porquanto está virado para o Atlântico e com os pés no Mediterrâneo que, também, tem merecido inclusão histórica na sua identidade estratégica.* (MATIAS; MARQUES; FALCATO; LEITÃO, 2010:208)

A cultura do mar representa um potencial de desenvolvimento integrado incontornável quando se almeja progredir e inovar face às novas necessidades mundiais. Nos restantes continentes, a cultura representa entre 4.3% e 17.6% na taxa de crescimento dos países, sendo também a mais rápida indústria em desenvolvimento constante. "Culture facts also influence lifestyles, individual behaviour, consumption patterns,values related to environmental stewardship, and our interaction with the natural environment" (UNESCO, 2012:4). Em suma, a cultura pode constituir um trunfo.

Diretamente associado à cultura está o turismo. Se a cidade se torna mais moderna, prática e com uma estratégia integradora, o turismo é um fator de desenvolvimento que tende a crescer, não só pela curiosidade de quem não a habita, como também pela estratégia que pode levar a consumos muito próprios, apenas existentes nesse mesmo lugar, tornando-o ainda mais distintivo. O turismo é o sector que mais cresce em todo o mundo por ser aquele que, influenciado pelas estratégias de cada cidade, é uma consequência positiva direta, quer na economia, quer na vida social da comunidade existente. O turismo é influenciado pela imagem das cidades, pelo aspeto que têm e pelo modo como se relacionam com outras regiões do país. Pode afirmar-se que é o setor que mais ganha com a implementação de uma estratégia de *marketing* urbano.



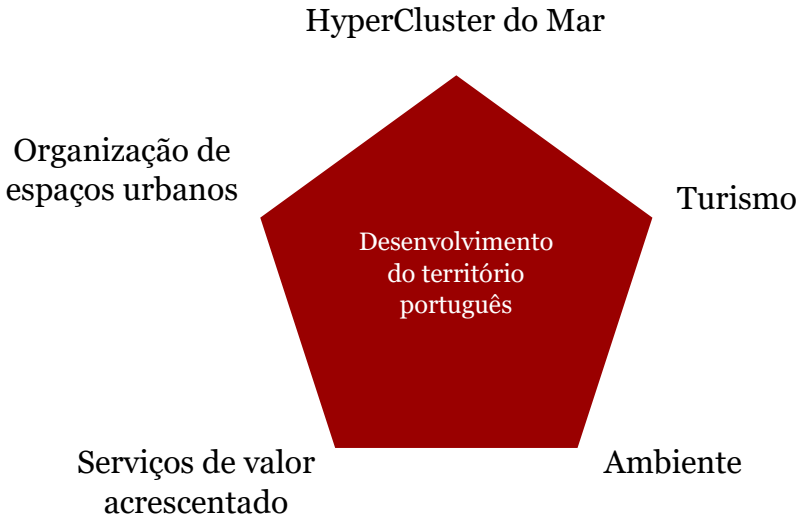
3 Esquema desenvolvido com base no capítulo IV. The way forward de “Un system task team on the POST -2015 un development agenda” da UNESCO

A fachada atlântica portuguesa é o maior trunfo do território nacional. Para tirar partido de tal característica, foi criado o programa Horizonte 2007-2013, que se trata de um conjunto de linhas de orientação e objetivos para o bom rumo da economia europeia nesse período, valorizando as seguintes temáticas: fatores de competitividade, potencial humano e valorização territorial.

> *Portugal ainda carece de uma abordagem integrada, consistente e estratégica no que respeita à definição clara das políticas do mar e das consequentes linhas estratégicas de investigação científica que lhe possam servir de suporte.* (MATIAS; MARQUES; FALCATO; LEITÃO, 2010:259)

O Horizonte 2007-2013, defendia que ter o mar como um unificador de Portugal, ser um desígnio nacional. A concretização deste objetivo está em progresso, mas ainda há muito por fazer. Em relação ao conhecimento e informação sobre o ambiente, nomeadamente o ambiente marítimo, referem-se progressos importantes pela integração da tecnologia para potenciar a economia do mar. Contudo, no que toca à conservação do Património Cultural, não houve progressos evidentes, mas torna-se imprescindível valorizar e salvaguardar o património urbano com a implementação da Política Nacional de Arquitetura e Paisagem. "Em 2009 foi aprovada a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira" (DGT, 2014:124), que define o planeamento e gestão das zonas litorais. A elaboração desta estratégia ainda estava em progresso em 2013, contudo não se tinham registado desenvolvimentos notórios. Apesar disso, é uma medida fundamental para o desenvolvimento da gestão marítima.

A nova estratégia para o meio marítimo, com o Horizonte 2020, passa por compreender a interação entre o sistema marinho e as atividades humanas, o seu



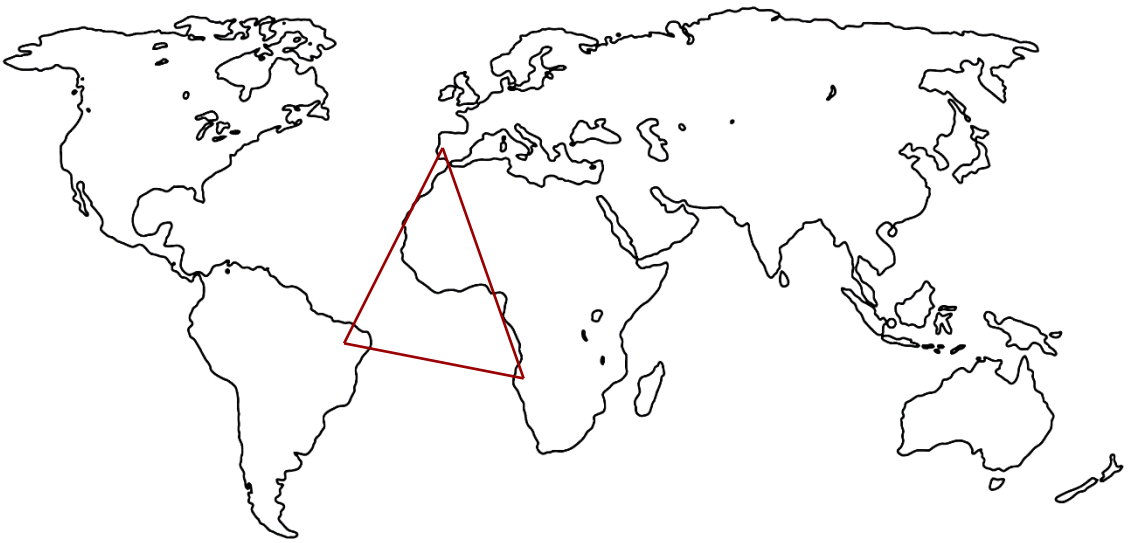
4 Esquema desenvolvido com base no capítulo IV. A economia portuguesa do futuro. cenários domínios e sectores para o 1º quartel do século XII de SAER- HyperCluster da Economia do Mar

funcionamento, o incremento de estratégias para fomentar o uso sustentável do mar e promover as tecnologias ligadas ao meio marítimo e marinho.

A comunidade ligada ao mar está a aumentar. Não me refiro apenas a quem vive em zonas costeiras, mas sobretudo a quem trabalha e procura inovar tecnologicamente os recursos ligados a este ambiente. Para além da sua localização, Portugal também é privilegiado por se inserir num dos triângulos económicos mais importantes do mundo: Portugal, Angola e Brasil. "Portugal tem realizado sérios esforços para se afirmar como Estado Marítimo de primeiro plano a nível internacional" (MATIAS; MARQUES; FALCATO; LEITÃO, 2010:33), sendo que um dos grandes desenvolvimentos foi a implementação de *Clusters* e *Hyperclusters* marítimos.

Em Portugal não podemos observar muitos exemplos de sectores de atividade que, aliados ao desenvolvimento tecnológico e à organização empresarial, sejam inovadores de modo a competir com iguais sectores de atividade de outras regiões do mundo. Mas as atividades ligadas à economia do mar permitem distanciar-se deste tipo de visão pois, com as novas condições estratégicas e o superior avanço tecnológico, o mar é "um recurso natural com uma variedade de oportunidades muito superior ao que era considerado na perspectiva tradicional" (SAER, 2009:90).

Os *Clusters* ou *Hyperclusters* são dotados com as mais diversas atividades que constituem o espaço marinho. Em 2007, a Comissão Europeia apresentou dados que referem que a maior percentagem económica ligada a este sector, vem exatamente do transporte marítimo, logo de seguida o turismo, o petróleo e o gás. Fazem parte destes dados, os valores referentes à construção naval, o equipamento, portos marinhos, pescas e aquacultura. Uma percentagem mínima económica vem do comércio, cruzeiros e da inovação e



5 Triângulo Económico Marítimo: Portugal, Brasil e Angola

desenvolvimento. Contudo, é possível observar que a percentagem destes últimos é maior atualmente, dada a aposta no sector da Tecnologia e Inovação.

O *Hypercluster* da Economia do Mar compreende-se como o desafio de agregar todos estes componentes estratégicos de modo a remarem no mesmo sentido, dando já provas de como pode trazer grandes vantagens para a economia nacional. Para que esta visão seja vantajosa, são necessários cumprir dois grandes objetivos estratégicos: "1. O HyperCluster da Economia do Mar constituir, ao longo do 1º Quartel do séc. XXI um domínio estratégico impulsionador do Desenvolvimento Económico Social de Portugal; 2. Portugal [...] coloca-se como interlocutor credível [...] na economia global do mar" (SAER, 2009:470).

Portugal tem todos os componentes necessários para que possa reforçar a sua ligação com o Mar, bem como gerar grandes feitos na economia nacional. É emergente colocar este interesse como a principal base de pensamento da renovação do território português.

5
Os Centros Históricos. Entre a sua decadência e a necessidade de premência

Para concluir esta reflexão sobre a temática do desenvolvimento urbano integrado, serve este último capítulo da primeira parte para problematizar o estado em que os centros históricos se encontram, como o património urbanístico é conservado e, por fim, para concluir qual será a melhor forma de abordagem que vise o reforço da coesão urbana, entendendo que é neste quadro conceptual que têm de ser pensadas as fragilidades das cidades e defendidas as suas soluções.

Os espaços urbanos considerados como centros históricos são, grosso modo, os perímetros urbanos que existiam até ao fim do século XIX e início do século XX ou, de um modo geral, as áreas urbanas que existiam antes da expansão urbana que ocorreu a partir de meados do século XX.

A segregação dos centros históricos é uma realidade que tem estado em debate nos últimos anos. É um facto que todas as zonas constituintes da cidade, sejam elas recentes ou antigas, requerem intervenções diretas no espaço físico e no quadro socioeconómico, sejam elas de manutenção ou visando um recondicionamento às atuais necessidades da sociedade. Mas, quando se tratam de áreas segregadas, o nível de degradação é maior em resultado da progressiva e continuada falta de manutenção, bem como a insegurança, fazendo com que se desenvolva um processo de esquecimento, ou seja, que se crie um autêntico buraco negro no sistema urbano.

A transformação do espaço urbano é uma caraterística natural das cidades. Aliás, não haveria cidade se não houvesse transformação. Assim, quando existem problemas que afetam o bem-estar e a vivência da população, é necessário entender o porquê dos planos ou estratégias urbanas não terem impedido que se chegasse à situação negativa a que se chegou.

Independentemente da forma como se processou o desenvolvimento urbano, os centros históricos são as zonas

onde era suposto haver uma vida vibrante, dado o facto de concentrar comércio, restauração e serviços, como também ser o lugar que detém o ADN da cidade, o seu cadastro histórico, a matriz urbana a partir do qual se processou o desenvolvimento para além dos limites urbanos do século XIX.

Adelino Gonçalves (2011:28) considera que, se se tratarem as zonas históricas como um bem cultural autónomo, então tem de ter em conta a história de cada núcleo urbano de modo a promover a sua valorização e sobretudo a salvaguardar o seu património. Contudo, o modo como os tecidos urbanos estão organizados, não são considerados de forma a promover as necessidades individuais de cada edifício. Ler criticamente o espaço urbano de forma global é essencial e nisso não implica que se encarem todos os constituintes urbanos independentemente do seu peso, sejam eles de ordem política, religiosa, educacional ou social.

Se o planeamento e a gestão não evitaram o surgimento de fragilidades, então, como é óbvio tem de se readequar a estratégia de modo a que esta traga resultados positivos na dinâmica urbana e social. Para tal, o PNPOT, no artigo 66, 2, alínea e, destaca como é importante "promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitectónico e da protecção das zonas históricas" (MAOTDR, 2006:72). Mas a esta perspetiva *Top-Down* do planeamento, falta juntar uma visão *Bottom-up*. Por outras palavras, os grandes programas de ordenamento do território indicam às autarquias as vias estruturantes do que deve ser executado quanto ao planeamento urbano. Deste modo, as orientações dadas por estes documentos, são gerais e cada caso tem de ser pensado de forma individual para que, de acordo com as características de cada cidade e dos programas de desenvolvimento sejam definidas as intervenções que mais

façam vibrar a cidade. Se a estratégia urbana (que se implementa) fica aquém das espectativas iniciais, tal pode dever-se a dois tipos de causas: ou as causas dos problemas foram mal interpretados e a estratégia mal-executada, ou o programa de ordenamento do território precisa de ser revisto, pois, os seus objetivos gerais podem estar mal definidos.

As estratégias a aplicar sobre um centro histórico são um assunto que tem vindo a ser discutido nas últimas décadas, já que estes se encontram conotados negativamente devido ao seu estado atual de segregação e falta de coesão entre os setores constituintes de uma cidade. Porém, como defendem Francesco Bandarin e Ron Van Oers[15], se antes se consideravam estas áreas ou os edifícios emblemáticos nela existentes isoladamente por fazerem parte do património urbano e por essa mesma razão não se deveria intervir, sob a pena de serem descaracterizados, agora devem fazer parte de um conceito global das cidades, ou seja, deve-se pensar a cidade de forma integrada, como um todo.

> *To the contrary, the basic premise of sucessful conservation planning is that the infrastructure, services, monuments, buildings, open spaces, streets and other elements that make up the historic urban área must not be treated separately or out of context*. (BANDARIN & OERS, 2014:162)

Se o planeamento urbano for preparado com vista a integrar todas as partes constituintes de uma cidade no seu desenvolvimento, este deve basear-se na sua cultura, no seu património urbano e histórico, conectando-os no ambiente socioeconómico real. Com uma estratégia baseada numa visão

[15] Bandarin, F.; Oers, R.V. (ed.) (2015). *Reconnecting the city. The Historic Urban Landscape Approach and the Future of Urban Heritage*. Oxford UK: Wiley-Backwell

integrada, não é além disso possível aplicar a mesma receita em todos os casos. É estritamente necessária a adaptação à realidade de cada território e sobretudo entender o porquê da configuração dos seus problemas, quais os bens a preservar, a melhorar ou a transformar e também o porquê de os planos usados não terem assegurado a coesão das partes constituintes da cidade. É por este motivo que este tipo de visão urbana é tão rico e propício a gerar variadas oportunidades de desenvolvimento urbano.

Em 2011 a UNESCO adotou a recomendação Paisagem Urbana Histórica que defende este tipo de visão integradora: o património urbano é um bem de todos, produzido pelas experiências e tradições de cada território. Este documento visa proteger os valores naturais, cultural e sociais da cidade, bem como dar atenção ao planeamento e implementação dos projetos urbanos. Pretende também estabelecer parcerias locais de modo a fazer uma melhor gestão de recursos e a diversificar os intervenientes que projetam conjuntamente o futuro do território. Francesco Bandarin e Ron Van Oers desenvolvem esta teoria, pioneira de Gustavo Giovannoni, nos dois livros *The Historic Urban Landscape: Managing Heritage in an Urban Century* (2012) e *Reconnecting the City: The Historic Urban Landscape approach and the future of Urban Heritage* (2014), sendo que o título desta segunda publicação, só por si, enuncia a grande questão de toda esta temática.

Em suma, a Paisagem Urbana Histórica defende a criação de ligações entre os centros históricos e as áreas de expansão das cidades de modo a que, para além de controlar as zonas mais fragilizadas, exista uma maior interligação da cidade, com vista a promover a mobilidade, o crescimento social e económico e o turismo, nunca esquecendo o quão importante é ter a população como um dos interlocutores principais do desenvolvimento urbano.

> *There is an urgent need to involve a broader constituency comprised of other groups than the usual suspects, such as residents, youth, entrepreneurs, urban planners and managers, artists and the media, among others, in order to forge collaborative alliances, reduce conflicts and optimise creative use of the historic city.* (BANDARIN & OERS, 2014:322)

A utilização e alteração do património urbano é fortemente discutida desde o final do século XIX, quando se formaram duas correntes de pensamento que, mas na verdade, assentam em premissas opostas. Se uma defendia a intervenção no património, a outra apoiava a ideia de não tocar em edifícios que fazem parte da história dos lugares. John Ruskin (1819-1900) encabeçava a linha de pensamento que defendia que o património urbano devia ser olhado de um modo museológico, sem qualquer tipo de intervenção que distorça o traçado inicial. porém é aprovada a manutenção dos espaços, quando necessária. Já para Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879), protagonista da outra corrente, o património merecia ser intervencionado, sendo uma parte da modernização das cidades. Era realmente necessário intervir no que era histórico, aliás, este arquiteto via na intervenção no património uma forma de conseguir dar destaque a edifícios que, eventualmente, nunca tiveram.

Além destes dois "modelos" de políticas do património, surgiu ainda uma terceira via, defendida por Camillo Boito (1836-1914), apologista da restauração, mas de um modo mais ponderado do que o arquiteto francês, permitindo manipular o edifício se assim se justificar. A história dos edifícios é parte constituinte do seu valor, por isso é necessário valorizá-la e não observar apenas o "estado físico". Os monumentos não podem apenas sucumbir à sua morte, mas também não se podem transformar naquilo que nunca foram. Para Boito, a originalidade de um edifício tem de ser respeitada, conservada,

mas contando que outros valores podem ter sido somados ao longo da história.

Mais tarde, surgiu o contributo teórico de Gustavo Giovannoni (1873-1947). Para este urbanista, não importavam apenas os edifícios emblemáticos isoladamente, mas sim o conjunto urbano e as suas interligações. "Giovannoni funda uma doutrina da conservação e do restauro do património urbano" (CHOAY, 2011:172), integrando as teorias do restauro de edifícios numa concepção geral do desenvolvimento urbano, dependendo de cada caso, mas atendendo primordialmente à melhor maneira de organização do território.

> *Giovannoni foi capaz de ultrapassar a concepção unidimensional de Viollet-Le-Duc em beneficio de um concepção dual da mutação imposta ao espaço urbano pela era industrial.* (CHOAY, 2011:169)

Todas estas linhas de pensamento sobre o património urbano, e a sua transformação para o futuro são um caminho para a definição de qual a melhor conduta a aplicar. Se Ruskin achava que um edifício de caráter histórico não poderia ser alvo de intervenções por se tratar de uma peça museológica, Viollet-le-Duc defendia que a intervenção era parte da modernização da cidade, dando ao edifício o destaque que nunca teve. Já para Boito, a restauração do edifício tinha de ser ponderada por ser necessário valorizar a sua história. Esta dissertação encaixa-se na ideologia de Gustavo Giovannoni: cada edifício tem um valor individual, mas se conjugado com a sua envolvente, este pode ganhar mais destaque por ser reenquadrado na realidade local. A premissa base rege-se pela coesão da cidade, onde reintegrar, associar e criar ligações, são os termos-chave para alavancar novos processos de regeneração.

Parte II

Sines: Revitalização de uma cidade segregada pela industria

"*Da Pré-História aos dias de hoje foram o mar e os seus recursos que definiram a economia, a cultura, a composição e até o caráter das gentes de Sines.*"[16]

[16] Câmara Municipal de Sines (s.d.). *História de Sines*. Disponível em: http://www.sines.pt/frontoffice/pages/311 (consultado em maio de 2016)

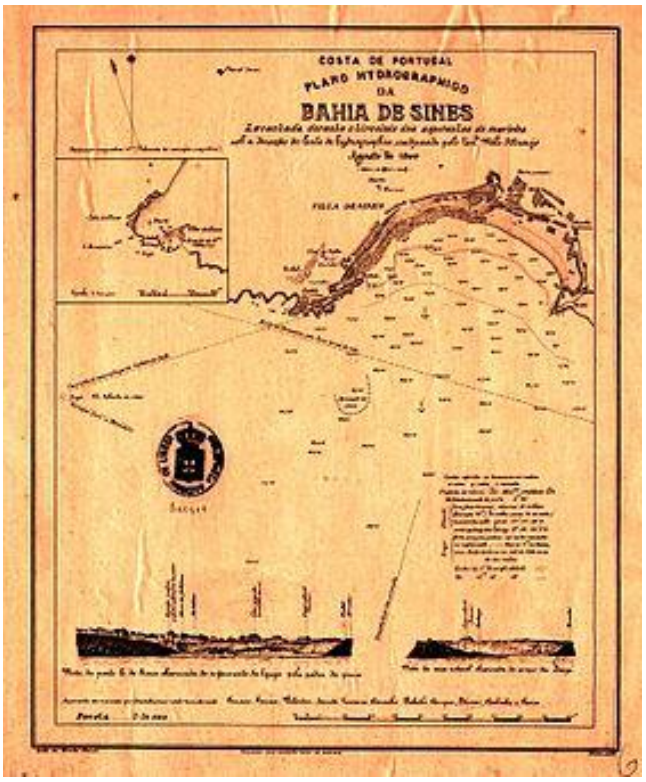
1

Sines.
Da pré-história aos dias de hoje

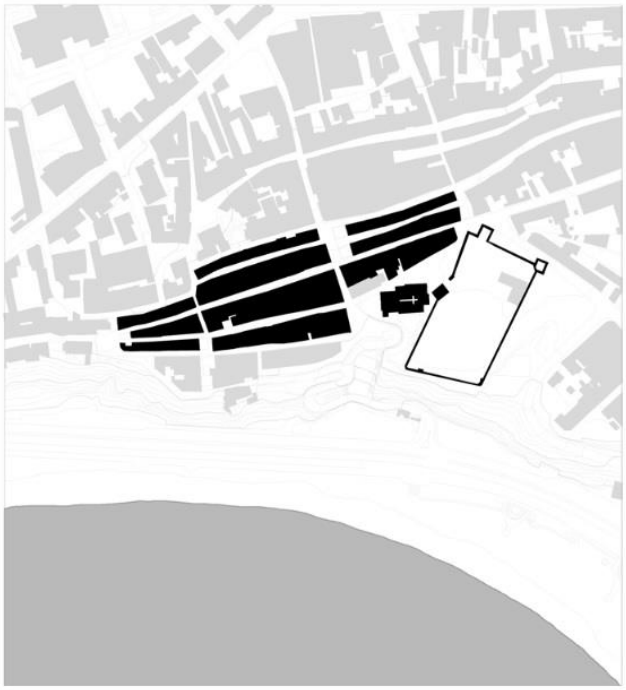
Existem vestígios de vida humana em Sines a Pré-História, como comprovam os diversos espaços arqueológicos descobertos a sul da cidade, como é o caso do Pessegueiro, Palmeirinha e Quitéria[17]. No que se refere a monumentos históricos, a história da cidade também é longa. Julga-se que o Castelo existente na zona histórica é o elemento mais antigo da cidade. No entanto, não é descartada a possibilidade de ter existido um Castro exatamente no mesmo lugar. A própria toponímia de Sines é bastante interessante: pela configuração curva do território, o nome da cidade deriva do latim "sinus", traduzindo-se em sino ou baía, proporcionando a descoberta da origem do povo "cineto". Foram também encontrados vestígios que comprovam a presença dos Romanos, sendo que, foi nesta época que a cidade se tornou um centro de comércio relativo à salga de peixe, e marcas da passagem de visigóticos, bem como uma pequena percentagem de indícios árabes.

Sines começo a ter a sua evolução mais consistente a partir do século XIII, quando o rei Afonso III, conquistou esta parte do território português e integra a povoação na Ordem de Santiago. Foi já na segunda metade do século seguinte que Sines foi elevada à categoria de vila por D. Pedro I e, consequentemente, foi criado o concelho de Sines, cujo território integrava os atuais núcleos de Sines, Porto Covo, Colos, Vila Nova de Milfontes e Cercal. Por influência de D. Pedro I, o comércio marítimo foi expandido e por esta mesma razão, foi necessário fixar população na costa, com o intuito de proteger o território de invasões estrangeiras. O Castelo, do século XV, foi construído a mando de D. João I para dar continuidade ao projeto defensivo e consequentemente dar um maior nível de segurança à povoação, com o intuito de esta se

[17] Câmara Municipal de Sines (s.d.). *História de Sines*. Disponível em: http://www.sines.pt/frontoffice/pages/311 (consultado em maio de 2016)



6 Configuração de Sines- forma de “sinus”

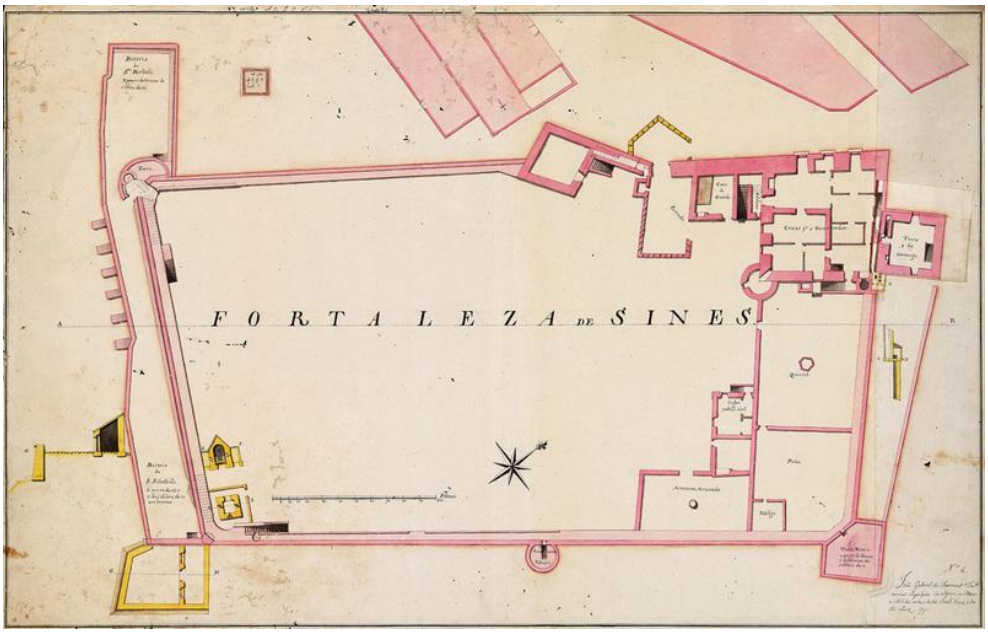

7 Tecido urbano correspondente à implantação medieval

fixar e por se tratar do período em que as ameaças à costa portuguesa aumentaram. De modo a proteger o território, construíram-se fortificações, como o Forte do Revelim e os dois Fortes do Pessegueiro, um na ilha, que já não existe, e um outro na falésia, que ainda hoje existe. Este tipo de construções tinha também uma segunda intensão: para além da aposta na proteção dos núcleos urbanos, foram reforçados os pontos de vigia pelo facto de Filipe I de Portugal mandar projetar um porto artificial de grandes dimensões na ilha, mas que não chegou a ser construído.

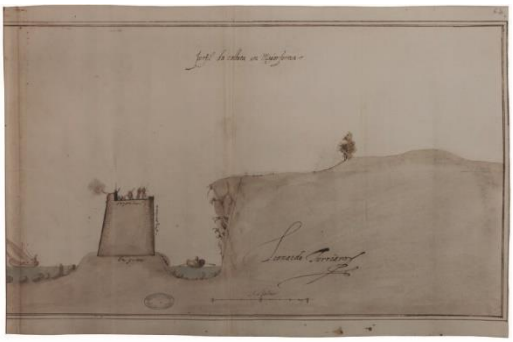
A grande premissa do século XVIII eram ligações marítimas ao resto do mundo, por isso, as expansões porto de Sines foram constantes. Em 1781, Diogo Correia da Mota e João Gabriel Dechermont planearam a melhoria do porto e Jacinto Bandeira, no final do século, projetou a diferenciação de dois portos, o de comércio e o de pesca, características que se mantêm até hoje e, para complementar esta aposta na inovação da indústria marítima, mais tarde foi construído o farol de Sines.

As invasões francesas de 1808 são também um grande marco na história de Sines. Apesar de todos os reforços da segurança, Napoleão pilhou o território e pica o brasão colocado na porta do castelo e consequentemente deixa de pertencer à Ordem de Santiago, ao fim de cinco séculos. Na segunda metade do século XIX, Sines ganhou novas atividades laborais, principalmente as indústrias corticeira e de conserva, que atraíram trabalhadores britânicos, espanhóis, bem como trabalhadores de outras zonas do Alentejo e Algarve.

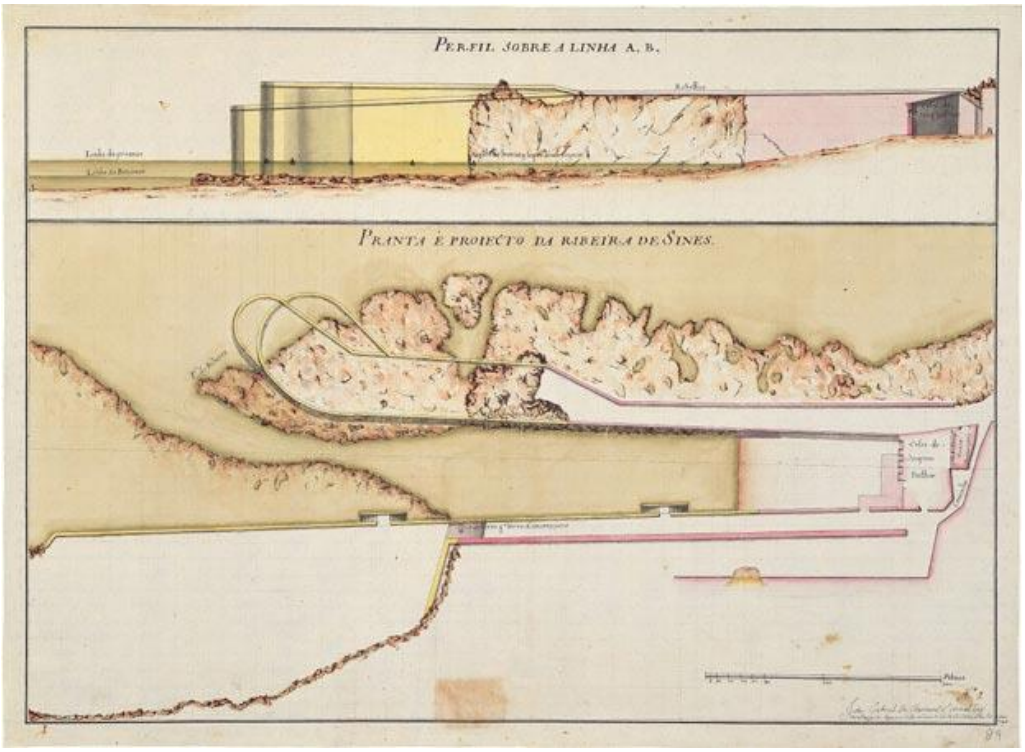
O século XX é marcado pela aposta em inovações de ordem industrial e na cultura. Para além de se estender o ensino primário a todo o território, foi criado o Centro Recreativo Siniense, inauguraram-se os espetáculos de cinema



8 Planta do Castelo de Sines (1790). Desenho de João Gabriel Dechermont



9 Perfil do Forte do Revelim. Desenho de Leonardo Turriano

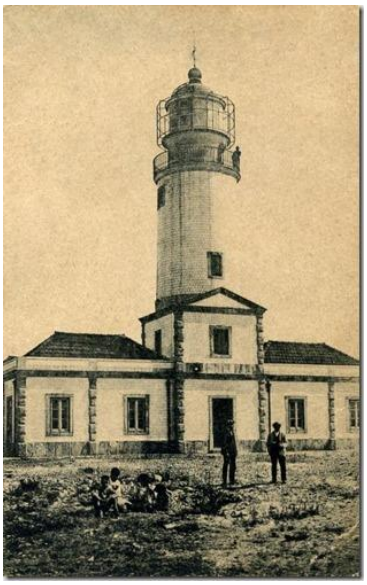


10 Planta da Calheta de Sines (1781). Desenho de Diogo Correia da Mota

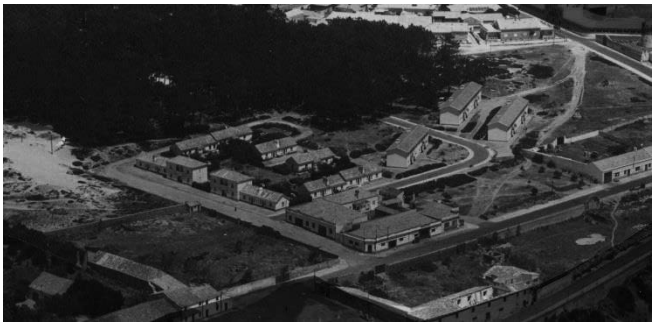
na Esplanada Alentejana e o parque de campismo. A construção do Bairro dos Pescadores foi um marco identificativo para Sines, já que demonstra qual a essência e o modo de subsistência da vila, hoje é ainda uma grande presença na cidade, embora degradado e necessitando de requalificações urgentes.

A pesca e a cortiça são as principais fontes de rendimento dos sinienses, bem como a agricultura, embora com menor expressão. Em 1936 chegou pela primeira vez o comboio a Sines, com partida do Barreiro, o que alavancou o crescimento económico da zona. Apesar disto, os anos 70 foram anos negros para esta região pois a concorrência das principais indústrias aumentou e não foram feitos investimentos a nível infraestrutural para promover a acessibilidade e o (re)arranque industrial. Para Marcello Caetano era imprescindível criar um complexo portuário e industrial que incluísse o setor energético e a transformação de matérias-primas, com a intenção de potenciar o crescimento económico de Portugal. Dado o facto do espaço marítimo siniense ser dotado de uma grande profundidade, esta foi a localização escolhida para a atracagem de barcos de grande calado, contribuindo para o processo de crescimento económico nacional.

Outro marco importante na evolução da cidade foi a fundação do GAS - Gabinete da Área de Sines, nos anos 70. Tratava-se de um organismo que geria 41 hectares em 30 km da costa alentejana e que promovia a região siniense, de modo a otimizar, em múltiplos sentidos, as atividades industriais existentes. Com a instalação do complexo industrial que Marcello Caetano projetou, era urgente a criação de condições para fixar os trabalhadores destas atividades que promoviam o desenvolvimento da região e contribuíam para a modernização da economia portuguesa. Neste sentido, para a criação de



11 Farol de Sines

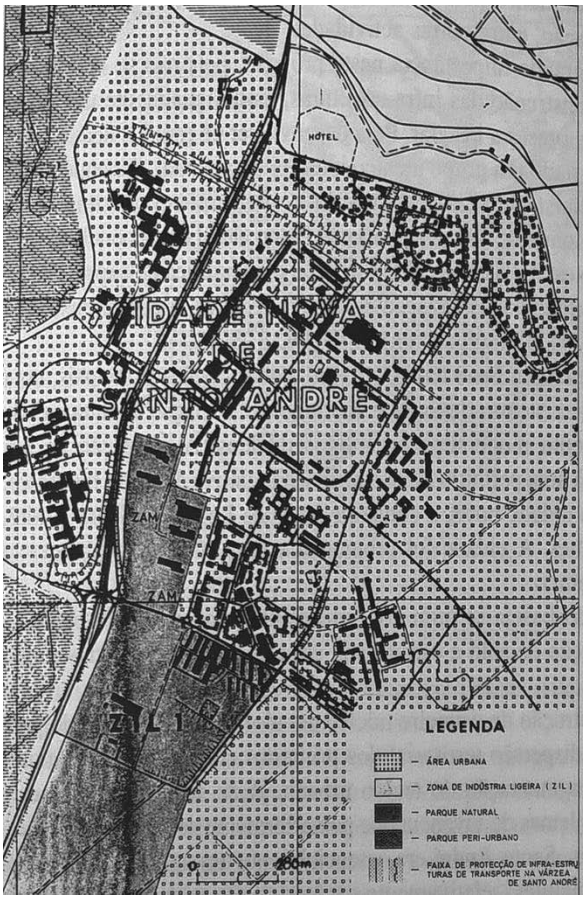


12 Bairro dos pescadores

13 Zona gerida pelo GAS

alojamentos para trabalhadores dos complexos industriais, foram consideradas duas possibilidades: a expansão de Sines e Santiago ou a criação de uma nova cidade, procurando controlar a área daqueles núcleos. Decidiu-se então pela segunda opção, originando a Vila Nova de Santo André, construída junto à lagoa de Santo André. O projeto tinha uma dimensão invulgar, com ambições que dificilmente se poderiam ver cumpridas, começando logo pelo número de habitantes esperados, que rondavam os 100 mil. Foi pensada para ser estruturada em três fases de desenvolvimento, organizando-se segundo um desenho celular com uma ocupação de território organizada sob importantes eixos de ligação a outras regiões. É ainda nos anos 70 que se inicia a construção da primeira fase, projetada para 25 mil habitantes. Santo André não foi vivenciada de forma positiva. Foi, sim, sendo tratada como um dormitório para aqueles que trabalhavam nas áreas próximas, sobretudo Sines. As impressões dos primeiros habitantes da nova cidade não foram positivas: havia uma grande falta de serviços, comércio e sobretudo falta de espaços públicos que promovessem o contacto com o exterior e com os restantes cidadãos. Como não foi obtida uma empatia com a imagem urbana de cidade, pelos aspetos descritos anteriormente e também pela inserção de uma via-rápida que atravessava o núcleo urbano, Santo André entrou num processo de segregação que desmotivou acentuadamente a permanência na cidade.

Com o intuito de entender a perspetiva dos cidadãos perante a cidade, em 1978 foi realizado um inquérito que mostrou exatamente o que se temia: Santo André foi considerada, de uma forma geral, uma cidade com mau ambiente urbano, com falta de espaços públicos e de atividades do setor terciário. Depois de tiradas as conclusões sobre a má



14 Plano da cidade nova de Santo André

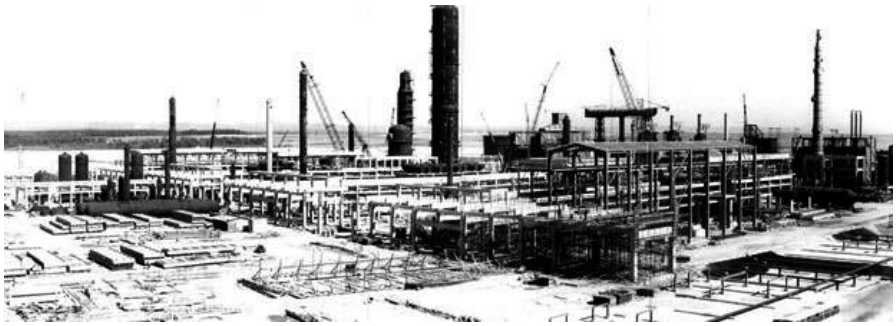
15 Entrada na cidade de Santo André

consolidação do projeto, a medida de controlo pensada passou por uma mudança de estratégia para o futuro desenvolvimento: se antes se tratava de um pólo de crescimento económico, a nova estratégia incidia sobre um pólo de desenvolvimento integrado.

Com o cessar da colaboração da Câmara Municipal de Sines com o GAS e as ameaças da população siniense em ocupar o gabinete, de forma a mostrar o seu desagrado às políticas utilizadas na gestão e construção de Santo André, este organismo acabou por fechar portas em 1986. "Santo André [continuava] a apresentar uma imagem de «far-west»: uma cidade sem referências históricas que ainda não [tinha sido] ainda possível criar-se e ser" (SALGUEIRO, 1992: 190)

Para Sines, as seguintes décadas serviram para a continuar a promoção do investimento na indústria e no desenvolvimento marítimo. Para além de ter sido constituída, em 1978, a Companhia de Petroquímica, foram inaugurados a refinaria e o porto industrial e, consequentemente, seis anos mais tarde, a central térmica. Este conjunto de atividades também funcionou como factor de atração de indústrias ligeiras, auxiliando à manutenção e funcionamento das grandes indústrias.

Nas primeiras décadas do século XXI consolidou-se o pólo de atividades industriais: iniciou-se o processo de construção do Terminal XXI, utilizado para contentores, foi inaugurado o terminal de gás natural e, por último, construída a refinaria da Galp Energia. No que toca a atividades de índole cultural, a Câmara de Sines investiu em alguns equipamentos como forma de reforçar o dinamismo da cidade, nomeadamente a biblioteca municipal e o Centro de Artes de Sines, o museu de Sines e, por último, o Pavilhão Multiusos, primeiro equipamento de um projeto desportivo situado na zona norte da cidade. Este processo de crescimento teve um



16 Porto industrial de Sines

impacto positivo, todavia, Sines não se tornou, de todo, uma cidade equilibrada. Pelo contrário, é um exemplo de como a falta de um planeamento geral, incidido nos mais multifacetados âmbitos, sejam eles culturais, económicos ou mesmo arquitetónicos, podem ter consequências profundas no desenvolvimento urbano.

Como já foi referido, Sines possui um posicionamento geoestratégico bastante favorável por estabelecer ligações, via marítima, a outros continentes com muita importância comercial. O facto de a cidade ser dotada de uma zona portuária com doca de recreio, doca de pesca e terminais de atividade industrial e possuir também uma profundidade aquática inexistente em qualquer outro porto português, torna-a única em termos de competitividade económica nacional. As indústrias de transformação e marítimas, para além de exponenciarem a economia regional e portuguesa, fixam indivíduos na cidade. Contudo, se Sines não tiver as condições que garantam qualidade de vida, tudo pode ser posto em causa.

Analisando a cidade[18] de um ponto de vista geral pode-se constatar que há falta de acessibilidades rodoviárias aos espaços urbanos vizinhos, o que pode quebrar o ritmo de entradas e saídas e influenciar negativamente o turismo regional. Já no interior da cidade é possível constatar a existência de barreiras físicas e fraturantes, como é o caso da A26, da N210 e dos *pipelines,* transporte dos produtos químicos originários das indústrias petrolíferas, via tubos de grande dimensão. Se por um lado a indústria ocupa uma grande percentagem de área urbana, cria também uma imagem pouco favorável em termos turísticos e também para quem nela habita. Se se analisar a planta da cidade, é possível ver que o

[18] Consultar Folha 1: Análise das diferentes características constituintes da cidade

17 Centro das Artes de Sines. Projecto Aires Mateus

18 Museu de Sines

19 Pavilhão Multiusos de Sines

pipeline funciona como uma barreira ao crescimento da cidade para norte, para além de que, pela sua dimensão, reverte ainda mais a favor da imagem industrial de Sines pois é o primeiro impacto visual que o visitante se depara quando chega à cidade vindo de norte.

O centro histórico de Sines encontra-se num estado de degradação acentuado o que prejudica a vivência do espaço urbano. Além disso, pode apontar-se, de uma maneira geral, para a falta de espaços públicos de qualidade que tragam uma maior diversidade de atividades dos moradores e que possam também servir como espaços de socialização.

Relativamente a factores externos, existem várias oportunidades que podem fortalecer positivamente a economia e a dinâmica interna do espaço. A expansão do porto industrial poderá trazer benefícios a dois níveis: permite a entrada de mais matéria-prima, rentabilizando o investimento económico na sua transformação e, ao mesmo tempo, contribuir para o aumento da população em Sines, assim como de investidores que vejam neste território uma oportunidade de investimento. A valorização do centro histórico é o ponto-chave para a melhoria global da cidade. A atuação passa pela revitalização de espaços degradados, de uso público, procurando igualmente criar uma rede de estabelecimentos que reforcem o dinamismo diário dos habitantes e turistas, pode ser um forte arranque controlar a segregação em que esta zona caiu há vários anos. Como onda de choque desejada desta atuação diversificada, poderá instalar-se um crescimento do turismo em várias áreas: negócios, náutico, gastronómico e de eventos.

Mas existem diversas ameaças que podem agravar o estado atual, entre estas importa relevar as seguintes:

- Quebras nas exportações regionais, deteriorando a economia local e consequentemente levar ao encerramento de inúmeras empresas;

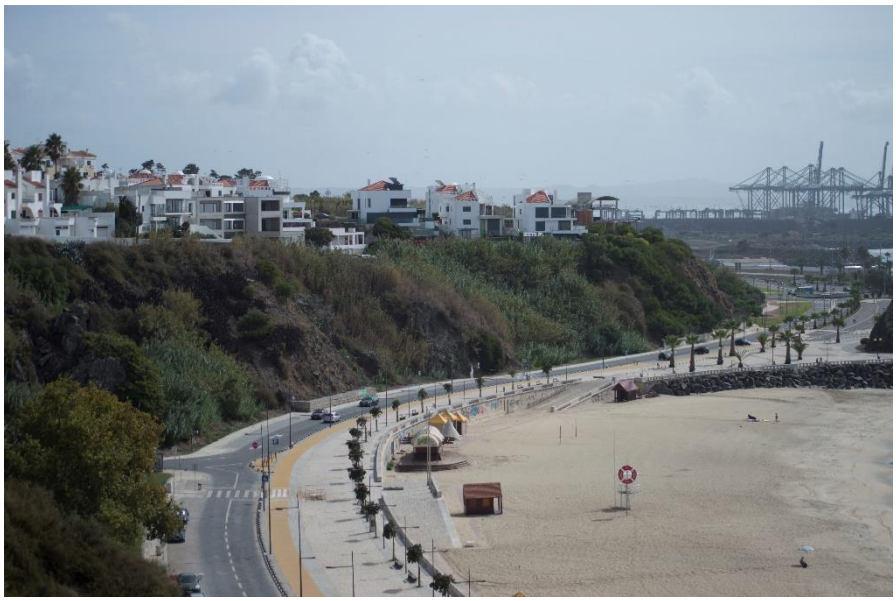
20 Pipelines que circundam a cidade de Sines

21 Limites do Centro Histórico de Sines

- Pela fraca consolidação do solo da cidade existe perigo de derrocadas, nomeadamente na zona divisória entre a cota alta e baixa da cidade;
- Falta de condições de habitabilidade;
- Falta de espaços públicos de qualidade;
- Crescente abandono do centro histórico;
- Pipelines como alvo suscetível de ameaça.

Todas as ameaças referidas, requerem uma estratégia integrada de reabilitação. A solução não é apenas uma soma de soluções parcelares, é sim um conjunto de intervenções pensadas continuadamente e em simultâneo com vista a integrarem o mesmo fim: unificar Sines, pensando nas necessidades dos cidadãos e na valorização do seu património cultural e histórico.

Nesta análise, é da máxima importância avaliar os espaços públicos de Sines, os espaços de encontro onde a vida deveria ser mais vibrante, e poucos destes espaços reúnem as condições necessárias para que tal aconteça. Relativamente a estes espaços, importa distinguir os ditos "figurados", dos "desfigurados". Claudino Ferreira (2005; 46) defende distinção, como sendo a imagem arquitetónica a causadora das diferenças. Os espaços figurados são aqueles que resultam de um planeamento cuidado, tendo em conta a sua envolvente e a designação que se quer dar a um determinado espaço, onde a arquitetura lhes concede uma identidade visual marcada. Já os espaços desfigurados são aqueles que se encontram num processo de decadência, revelando falta de preocupação na formação de uma boa imagem da cidade. Em Sines, ao analisarmos os espaços públicos da zona histórica, confrontamo-nos com uma situação preocupante: aproximadamente 62% dos espaços públicos do centro histórico de Sines podem ser considerados como espaços desfigurados.



22 Os dois andares que compõem a cidade de Sines (cota alta e cota baixa)

Começando esta análise pela zona oeste da cidade, a primeira área desfigurada que é possível encontrar é o espaço envolvente do Forte do Revelim. Apesar do seu valor histórico, das marcas defensivas da cidade, neste Forte sente-se o que é um espaço esquecido em Sines, sem que haja um plano urbano para o controlar. Outro espaço desfigurado próximo, que se encontra abandonado, é o Parque de Campismo. Apesar de ser um espaço de uso condicionado, pela sua dimensão e pela sua degradação, não traduz uma imagem cuidada deste espaço nem de uma boa gestão territorial por parte da autarquia local, que poderia ter um aproveitamento completamente diferente, potenciando as qualidades de Sines. Um dos espaços mais importantes de transição entre as cotas alta e baixa da cidade, é o Largo dos Penedos da Índia. Este largo, apesar da sua importância histórica, por ser onde os pescadores se encontravam para ver se as condições marítimas permitiam a faina, está na lista dos espaços desfigurados dado o facto de, aquando da realização do projeto do elevador, este largo não ter sido tido em conta como parte integrante da chegada à cota alta, o que resultou num espaço incaracterístico, inacabado, flutuante, em relação à realidade envolvente. Para além deste caráter funcional, o Largo dos Penedos da Índia serve como miradouro, onde é possível vislumbrar a beleza da frente marítima, bem com compreender o seu lado histórico e a importância deste espaço para os antepassados da cidade. Em frente à Câmara Municipal encontra-se outro largo de grandes dimensões destinado a estacionamento. Em termos práticos, todos os largos são (ou deveriam ser) espaços de encontro, algo que, neste momento, este espaço proporciona. Um pouco mais para Este, existe uma pequena Igreja Evangélica num pequeno largo que nem o pavimento tem tratado. Trata-se de uma desordem funcional que nem dá importância ao monumento,

23 Espaço envolvente do Forte do Revelim

24 Parque de Campismo da cidade

nem oferece as devidas condições de uso, no que toca à organização de estacionamento e de criação de um bom ambiente urbano.

Todos estes espaços desqualificados têm uma característica semelhante no que diz respeito à sua localização, dado o facto de estarem todos situados na fronteira da cota alta com a cota baixa, à exceção do Largo 5 de Outubro. Mas no seio da zona histórica, também se podem observar outros espaços com o mesmo tipo de problema. É, por exemplo, o caso da grande área vazia na Rua Judice Fialho, perto do Hotel Sinerama, o melhor alojamento hoteleiro da cidade. Atualmente, este espaço desfigurado serve como estacionamento improvisado, não fazendo jus às importantes conexões que podem advir de uma reconfiguração.

No que respeita aos espaços figurados, o largo junto ao Centro das Artes de Sines, projeto da autoria de Francisco e Manuel Aires Mateus em 2005, projeto vencedor de vários prémios, gerou bastante controvérsia pelo facto condicionar muito a mobilidade e criar um corte de relações com os espaços envolventes. A solução encontrada neste projeto não veio, de todo, promover a fluência do espaço, tornando-o apenas pedonal. Recentemente foi conseguido o retorno à possibilidade de passagem rodoviária. Mas, com a solução construtiva do pavimento adotada, aquando da construção do Centro das Artes, este espaço encontra-se degradado, pelo tráfego rodoviário e, embora seja um espaço figurado, hoje em dia não mantém o mesmo carácter visual que importava preservar.

Ainda em relação aos espaços figurados, importa salientar que estes não reúnem características para ter a utilização desejada pois a sua configuração e as características da envolvente não são as mais favoráveis para a unificação pretendida do espaço urbano. É o caso do Largo do Rossio. Este

25 Largo Penedos da Índia

26 Largo junto da Igreja Evangélica

27 Espaço vazio na Rua Judice Fialho

28 Largo do Centro de Artes

é o espaço público mais importante do centro da cidade pois, apesar da sua longa história de espaço de encontro e passeios das famílias de Sines, hoje não é um local de permanência e de convívio. Apesar da frequente manutenção por parte da Câmara Municipal, trata-se apenas de um espaço de passagem. Um dos casos de maior sucesso no planeamento urbano de Sines, é o jardim e a envolvente à atual escola de música, antiga Estação de Caminhos de Ferro. O jardim da alameda da paz, parque que rodeia este edifício, tornou-se um dos melhores espaços públicos siniense, não só pelo seu cuidado com a envolvente, mas também por promover a atividade física para todas as idades, com a inserção de um parque infantil e de um campo de futebol.

A obra realizada mais recentemente nos espaços públicos de Sines foi a requalificação da Avenida Vasco da Gama, que contou com a melhoria dos acessos rodoviários, dos espaços de permanência, do acesso à praia e também de ligação à cota alta, com a criação do elevador, localizado no Largo dos Penedos da Índia. Esta zona acabou por não ser tão frequentada como era espectável visto que não existem pontos de atracão turística ou comercial na cota baixa da cidade, podendo mesmo dizer-se que esta zona é apenas frequentada sazonalmente, quando o tempo já permite ir a banhos. Contudo, não se pode deixar de referir a importância da cota baixa da cidade pois é, sem dúvida, fundamental para o entendimento das características marítimas da cidade.

Por último, importa referir o Largo da Igreja de Nossa Senhora das Salas. Trata-se de um espaço que foi objeto de algumas intervenções que contribuíram para a sua ligação à envolvente, mas que mesmo assim ainda poderia ser mais valorizada com a inserção de programas que reforçassem a vivência do espaço.

29 Largo do Rossio

30 Parque Verde junto da antiga Estação de Sines

31 Avenida Vasco da Gama e Elevador

32 Largo das Salas

Por fim, importa referir um conjunto de espaços ambíguos que se podem caraterizar como figurados e desfigurados, simultaneamente. Os espaços circundantes ao Castelo de Sines, um monumento que também acolhe o Museu da cidade, mostram, por um lado, terem sido inseridos no planeamento da revitalização do centro histórico. Por outro, mostram terem sido deixados ao abandono por não terem uma função urbana marcada, ou seja, tratam-se apenas de espaços minimamente tratados, mas sem criarem ligações à envolvente. Apesar da sua localização fulcral e central, são espaços isolados, apenas de passagem e não de permanência.

O Largo Poeta Bocage, bem como o Largo do Castelo, ambos junto à entrada do Castelo de Sines, foram intervencionados de modo a dar apoio à dinâmica e fluxos de visitas ao castelo. Contudo, o mesmo não se passou com o Largo João de Deus e com o Largo junto da Igreja Matriz do Salvador, espaços que também servem de articulação entre as cotas alta e baixa. O primeiro serve apenas como estacionamento, mas dada a sua extensão e relação visual com o mar, poderia ser aproveitado para fins mais lúdicos e propícios à fixação de pessoas. O segundo, para além de ser um espaço de receção a um elemento de caráter histórico, é também o ponto de chegada das Escadinhas do Muro da Praia, percurso que faz ligação à Avenida Vasco da Gama, na cota baixa. Pode afirmar-se que acontece o mesmo que no Largo dos Penedos da Índia, não abonando a favor da imagem e *marketing* urbano de Sines.

Sines destaca-se pela sua forte ligação à indústria, mas também pelos seus elementos de carácter histórico bem presentes. A ligação ao mar está na sua génese, como aliás já foi referido na síntese cronológica da história de Sines apresentada anteriormente.

Para defender o território de invasões, em 1680, o

33 Largo junto do Castelo

34 Escadinhas do muro da praia

35 Forte do Revelim

36 Igreja Nossa Senhora das Salas

Engenheiro João Rodrigues Mouro projetou o Forte do Revelim, elemento presente na zona Oeste do centro histórico. Hoje em dia, como já foi mencionado, é um elemento que é, de certa forma, esquecido: não se encontra aberto ao público, entrou num processo de degradação acentuada, assim como a sua envolvente, globalmente desqualificada. Próximo deste espaço, podemos observar o antigo porto de pesca, a Calheta, com os armazéns de apoio ao complexo. Após a construção do porto, e consoante o aumento de chegadas e partidas de barcos, chegou-se à conclusão de que não tinha as melhores condições de atracagem. Por esse motivo, desde o século XVI, foram delineados projetos de ampliação e melhoramento das condições existentes. Este espaço já não é totalmente original pois, com as obras de construção da Avenida Vasco da Gama, na década de 1970, houve a necessidade de o assorear e cortar. Atualmente não tem qualquer utilização, apesar da sua forte presença na frente marítima. Ainda nesta zona oeste, podemos observar a Igreja de Nossa Senhora das Salas. O edifício original foi mandado construir pela princesa D. Vataça Lascaris, mas após o grande terramoto que destruiu este monumento, foi reconstruída por Vasco da Gama. Este edifício do século XVI era o porto de abrigo de muitas famílias do mar, que pediam auxílio divino nas viagens dos seus entes queridos. Hoje a Igreja serve como museu, onde estão guardadas as joias e outros objetos oferecidos a esta Santa ao longo dos tempos.

O Castelo de Sines é, sem dúvida, o elemento mais marcante do dentro histórico. Para além de ter sido o local onde Vasco da Gama viveu na sua infância e onde ainda se podem encontrar vários elementos arquitetónicos que remetem para o seu tempo, este é o símbolo de afirmação desta cidade, por isso, com o Museu de Sines, hoje inserido no seu interior, podemos perceber a importância desta cidade, bem como de Vasco da Gama para a História de Portugal.

Na zona histórica podemos ainda encontrar três monumentos de caráter religiosos: a Capela Matriz de Sines, a Igreja Evangélica e a Igreja Matriz do Salvador. Importa salientar que este último monumento é dotado de uma sobriedade característica da arquitetura militar da Ordem de Santiago. Anterior à construção da Igreja, pensa-se que neste espaço existiu uma basílica visigótica, datada do século VI, onde terá sido batizado Vasco da Gama.

A estação de caminho-de-ferro é outro edifício importante da história de Sines, pela inovação do transporte e pelas oportunidades que se criaram. Hoje é uma escola de música e o exterior do edifício está completamente conservado, podendo ainda observar-se os azulejos originais de 1936.

Por último vale a pena salientar dois elementos que, não sendo classificado como integrante do património histórico público, têm uma beleza que não os deixam passarem despercebidos. São os casos da Casa Pidwell e da Casa Emmerico Nunes, edifícios que atualmente estão abandonados e bastante degradados. Ambas pertenciam a famílias importantes, aliás, pode notar-se pela escala das habitações e pelos pormenores decorativos. No entanto, estão localizados em espaços em decadência, frios, como se esta história não fosse parte integrante da cronologia de Sines.

> *A importância estratégica das artes e da cultura é portanto dupla: são entendidas ao mesmo tempo como factores de sedução de profissionais empreendedores, capazes de dar competitividade às economias locais, e fontes de contaminação criativa do tecido social no seu todo.* (FERREIRA, 2005:40)

37 Capela da Misericórdia de Sines

38 Igreja Matriz de Sines

39 Igreja Evangélica de Sines

40 Antiga estação de caminho de ferro

Mas tem de haver um certo cuidado na forma como falamos da inserção da cultura nas dinâmicas de desenvolvimento. Existem vários casos nacionais e internacionais onde a o fator cultura foi inserido como uma estratégia de propaganda à cidade, contudo, a teoria não passou à prática, ou seja, o efeito de atração teve um tempo limitado e não se adequou às novas necessidades do local. Mas quando o projeto é concretizado os ganhos são ascendentes, consoante o nível de ambição, do alcance da proposta, mas sobretudo da continuidade que se dá ao projeto quando inclusivo na realidade diária da cidade, como foi o caso de Bilbao, com o projeto do Guggenheim. Licínio Cunha, durante a conferência internacional "Património Cultural e Turismo: Conceitos, realidades e perspetivas" realizada em 2014 na Universidade Lusófona em Lisboa, afirmou que com este projeto, numa cidade apenas conhecida pela ETA, "os turistas de cultura duplicaram – é um dos segmentos com crescimento mais rápido no mercado do turismo".

Os maiores exemplos nacionais referentes à continuidade de um projeto que teve um prazo de validade são a Expo'98 e as Capitais da Cultura. Enquanto o projeto esteve em ativo, as oportunidades criadas são inúmeras, desde "requalificar zonas das cidades, injetar maior dinamismo cultural nos territórios urbanos ou melhorar as imagens das cidades, tanto interna como externamente" (FERREIRA, 2005:43)

Como estes eventos são limitados no tempo, a descontinuidade de ações de revitalização pode prejudicar ainda mais o ambiente urbano. É necessário investir em projetos, dar continuidade, avaliar os resultados obtidos e, se necessário, reformular a estratégia aplicada, com o intuito de não deixar que a estratégia, tal como a cidade, deixe de ter vida.

42 Guggenheim de Bilbao

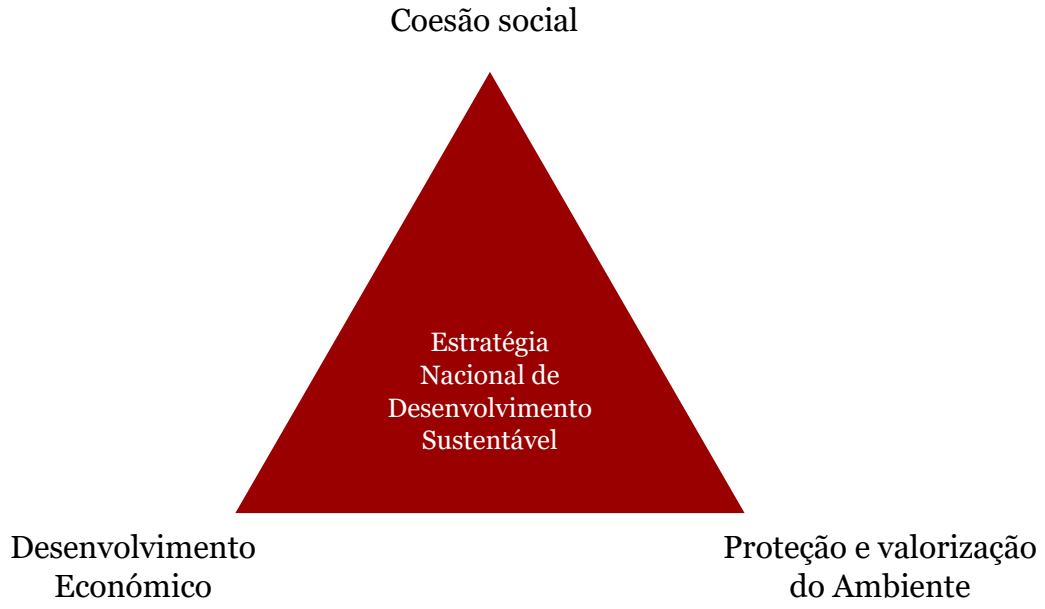
2

Uma chave para o crescimento económico português: Mar, Cultura e Turismo

Com as atuais dificuldades de crescimento económico, é esperado que Portugal leve muitos anos até que esta situação seja revertida. Há sinais positivos muito recentes, mas resta aguardar, e desejar, se são duradouros. Segundo PNPOT (2006: 116), Portugal enfrenta, como impedimento ao bom rumo do país, a tendência de envelhecimento da população, o despovoamento das cidades interiores, a concentração de pessoas nas áreas litorais, as dificuldades da economia, bem como os problemas ao nível da competitividade internacional e o desordenamento territorial em extensas áreas do país. Também são identificadas outras fragilidades tais como a necessidade de imigração, o agravamento dos desequilíbrios económicos ao nível do endividamento e do défice externo e as desigualdades sociais.

Em linha com os grandes objetivos do PNPOT, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) apresenta os principais campos de atuação imediata. Esta estratégia rege-se pelos três pilares do desenvolvimento sustentável: coesão social, proteção e valorização do ambiente e o desenvolvimento económico. Portanto, a ambição geral passa pela regeneração do território nacional, tornando Portugal uma das economias mais competitivas e atrativas da União Europeia, abrangendo os níveis económico, social e também de responsabilidade ambiental. Pretende-se criar um território sustentável e ordenado, com recurso a uma economia competitiva, integrada e aberta, num território equitativo em termos de desenvolvimento e bem-estar, com uma sociedade criativa e com sentido de cidadania[19]. Uma das regiões que apresenta as estatísticas mais dramáticas é precisamente o

[19] Baseado na informação de Direcção Geral do Território (2006) *Relatório do PNPOT*. 116-117



42 Principais campos de atuação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

Alentejo, representando apenas 4.3% do PIN nacional. Para além da baixa densidade populacional, "o Alentejo encontra-se entre as regiões europeias que registam maiores decréscimos de população" (PNPOT 2006:101). A taxa de envelhecimento é superior à média nacional, bem como a taxa de abandono escolar precoce[20]. Para que se consiga atingir a meta ambiciosa de ter um território equitativo em termos de desenvolvimento, é estritamente necessária a rápida atuação nesta região. Para tal, o mesmo relatório (PNPOT) define o desafio que a economia alentejana necessita de enfrentar para igualar o seu nível de desenvolvimento aos das metrópoles portuguesas:

- Compatibilizar a concentração necessária a uma escala mínima de mercado e de economias de aglomeração com uma ocupação equilibrada do território para um acesso equitativo aos serviços e funções urbanas por parte das pessoas e atividades localizadas em espaço rural;

- Racionalizar a implantação dos equipamentos e dos serviços coletivos através de mecanismos reforçados de cooperação intermunicipal;

- Promover o equilíbrio os processos de crescente integração das regiões de fronteira num quadro de concorrência/cooperação com as cidades das vizinhas regiões espanholas[21].

Como a região alentejana não possui cidades com grandes estruturas económicas, à exceção de Évora, que apresenta um sistema mais complexo, é necessário valorizar os sistemas interurbanos já existentes que, até hoje, não têm

[20] Baseado na informação de Direcção Geral do Território (2006) *Relatório do PNPOT*. 101

[21] Triplo desafio do sistema urbano regional. Direcção Geral do Território (2006) *Relatório do PNPOT*. 102

grande relevância em termos nacionais. São o caso de Évora, Beja, Elvas/Campo Maior, Portalegre e Sines/Santo André/Santiago do Cacém. Para que esta estratégia seja levada a bom porto, é necessária a aposta no maior trunfo português: o mar.

Muitas empresas sediadas em Sines são de extrema importância para a economia portuguesa, como é o caso do Porto de Sines, um "porto de águas profundas, líder nacional na quantidade de mercadorias movimentadas e apresenta condições naturais ímpares na costa portuguesa para acolher todos os tipos de navios"[22], a Refinaria de Sines, estrategicamente localizada perto do Porto acoplado à maior rota mundial de petroleiros e a Repsol Petrolíferos, um complexo Petroquímico.

De Sines, segundo o relatório de PNPOT (2006:101), espera-se que o setor industrial seja o dinamizador do centro urbano em que está inserido, e que se afirme como uma grande plataforma portuária, uma porta de entrada intercontinental com inserção nas redes transeuropeias (rodoviárias, ferroviárias e marítimas). Assim, esta cidade parece ser a chave para a solução das dificuldades económicas, não só a nível regional, mas a nível nacional. Esta é, sem dúvida, a oportunidade de tornar o Porto de Sines o maior porto atlântico da europa, atribuindo à sua localização, a maior razão de este caminho ser possível de realizar.

Mas nem só da zona industrial vive Sines. Sem a população, uma história, uma identidade cultural, não haveria cidade. Portanto, há que contrabalançar esta tendência de apenas valorizar o setor industrial com outras atividades para

[22] Porto de Sines. (s.d.). *Características Gerais*
Disponível em:
http://www.portodesines.pt/o-porto/caracter%C3%ADsticas-gerais

valorizar os aspetos naturais e inovadores da sua área central. Dado o estado de avançada degradação do seu centro urbano, a todos os níveis, um dos primeiros investimentos a realizar a (re)valorização da vertente turística. Ao melhorar a imagem da cidade e oferecendo atividades diferenciadoras e atrativas, o setor turístico crescerá e, consequentemente os restantes setores de atividade ganharão estímulos para o seu desenvolvimento. Uma vez que, em termos de economia industrial se tira partido do mar, porque não enveredar pelo mesmo caminho nas atividades culturais? Se a história de Sines é indissociável do mar, então a estratégia neste âmbito deve centrar-se na cultura, na cultura do mar.

A vertente cultural não reverte apenas a favor dos turistas, torna também a cidade mais rica e mais propícia a desencadear processos de regeneração urbana. Numa área em decadência, se for aplicado um modelo de revitalização em que a cultura é a base concecional do plano de ação, há consequentemente uma melhoria global dos territórios intervencionados.

> *Essa descoberta, que se reflete no que muitos autores designam por "viragem cultural" no planeamento urbano, vem suscitando alterações relevantes nos modos de conceber e planear estratégias de desenvolvimento, assim como nos modos de produção material e simbólica do espaço urbano, trazendo consigo novos arranjos, novos protagonistas e novos imaginários sobre as cidades e o papel que nelas desempenha a actividade cultural.* *(FERREIRA 2005:32)*

Claudino Ferreira (2005:48) desmistifica esta inovação da estratégia cultural defendendo que esta temática pode ser colocada nos mais distintos casos, consoante a génese da cidade e as necessidades de cada caso. A dinamização cultural pode ser feita em diversos sentidos: desde a criação de áreas temáticas, criação de museus a céu aberto em ruas em estado de abandono, espaços públicos que não sirvam as necessidades dos habitantes, até espaços que evoquem memórias de tradições dos antepassados.

Em suma, é a cultura, como modo de promover a imagem da cidade, bem como o seu desenvolvimento integrado, é como uma teia. Ligada à dinamização, à indústria, ao comércio, aos investimentos e a outras áreas relevantes, pode ser o efeito regenerador mais potente que alguma vez se presenciou.

3

Planos para a cidade.
Saldo positivo ou fiasco?

A Câmara Municipal de Sines tem consciência de que o seu território carece de intervenções que conectem imagem de cidade industrial, com a história local para que se possa fortalecer a representação de Sines no território alentejano e, numa visão mais abrangente, de Portugal.

"Em vigor desde 1990, o plano de Sines foi um dos primeiros PDM da "primeira geração" (os elaborados com base no Decreto-Lei 69/90) a ser aprovado em Portugal"[23]. Segundo o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), este documento deve ser revisto de 10 em 10 anos, contando também com a necessidade de refletir a evolução das perspetivas políticas de desenvolvimento. A Câmara Municipal de Sines fez em 2007 a sua avaliação do PDM. As principais conclusões que retiraram, dado estado de segregação o do território, mostram que o pólo industrial é o principal causador desta desigualdade de economias e oportunidades e que população, e as suas necessidades foram esquecidas. Outra das maiores razões de descaracterização do território deve-se à falta de conexão aos núcleos urbanos próximos, no caso Santo André e Santiago do Cacém que, em conjunto, pode construir "um modelo urbano tripolar, de modo a ganhar sinergias e economias de escala" (Revisão PDM Sines 2007:4).

Nesta reflexão da Câmara Municipal, são apresentados os grandes aspetos-chave que devem ser tidos em na revisão do PDM e que, para esta análise e futura demonstração da proposta, se tornam fundamentais:

1. A vocação da cidade.

Como já foi referido, a vocação de Sines como pólo industrial está estabelecida desde 1970. É apenas uma cidade voltada

[23] Câmara Municipal de Sines. (s.d.). *PDM em vigor*
Disponível em: http://www.sines.pt/frontoffice/pages/649

para o setor, desvalorizando a população deste centro histórico por estabelece-la na nova vila de Santo André como destino de habitação dos trabalhadores indústriais. Apesar das taxas de evolução da cidade de Santo André serem positivas, a verdade é que Sines também teve uma evolução estatisticamente positiva. Apostou-se em equipamentos, novas atividades e projetos urbanos que fizeram crescer a cidade em termos populacionais. A revisão do PDM é uma chamada de oportunidade para prepara a cidade para as correções necessárias face ao excesso de indústria, valorizando o caráter histórico do território, bem como para melhorar as condições de habitabilidade. É necessário encontrar um ponto de equilíbrio para continuar a desenvolver a indústria e a valorizar a cidade em termos culturais. "É Sines a renascer das cinzas e dos fumos e efluentes poluídos, à procura de um espaço humano e economicamente positivo, com os seus símbolos e convicções" (Revisão PDM Sines 2007:6). Em suma, conta-se com uma grande dose de criatividade, com recurso a uma argumentação científica de modo a encontrar a mais rápida e eficaz solução para todos os problemas existentes e que façam Sines sair do crescente estado de degradação;

2. Cidade tripolarizada.

Tendo em conta o nível de crescimento que pode advir desta conjugação, a estratégia procura ganhar uma economia de escala, valorizando a ligação de Sines, Santo André e Santiago do Cacém. Procura-se ter uma maior diversidade de serviços, consoante as características de cada pólo conseguindo um fenómeno de inter-municipalidade;

3. Alentejo.

Conta-se com uma reformulação da rede urbana desta região, de modo a conseguir uma importante ligação à área metropolitana de Lisboa e do Algarve, potenciando as funcionalidades da Costa Vicentina como um meio de interação com outras regiões;

44 Pólo Tripolarizado: Sines, Santo André e Santiago do Cacém

4. Posição no Mundo.

Portugal tem uma posição privilegiada no oceano atlântico. Trabalha como uma porta de entrada e saída, trazendo inúmeras vantagens em termos económicos;

5. Posição na Península;

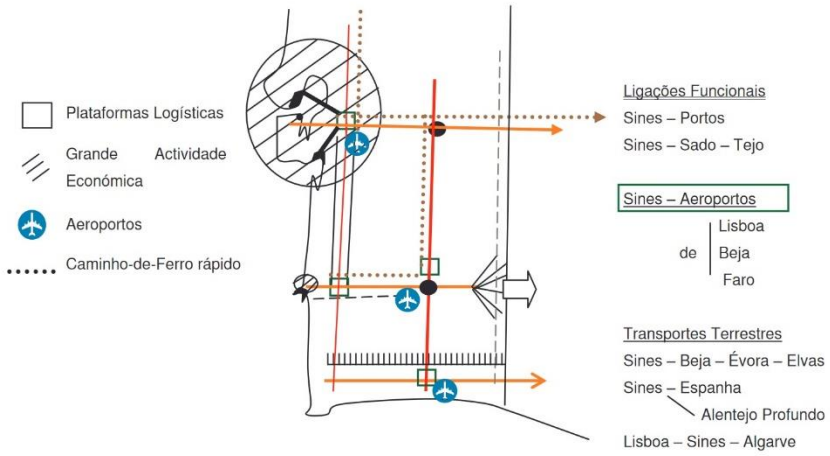
6. Morfologia de Sines.

Outro partido que a nova estratégia pode tirar é a ligação portuária entre o Tejo, Sado e Sines. A zona litoral da cidade engloba as mais diversas características, sendo elas de cariz paisagísticos de lazer e recreio. Contudo, tal como todos os territórios, apresenta aspetos menos positivos, como é o caso das frágeis falésias, que podem tornar-se trágicas se não forem devidamente cuidadas;

7. Zonamento e grandes infra-estruturas.

Para que a estratégia seja possível, na Revisão do PDM são identificados os seguintes aspetos a melhorar:

> "- Manutenção do núcleo central urbano e portuário num equilíbrio que incentive o prolongamento portuário e logístico em direcção a leste (penetração no Alentejo e até Espanha).
>
> - Manutenção de um litoral que a norte deverá ser sujeito a grande contenção urbanística, apoiando em contrapartida as ligações a Sines - Santo André, enquadrando aproveitamentos turísticos e urbanos em geral, procurando afastar para 3Km a 4Km da linha de costa os novos aproveitamentos turísticos, com ligações "transparentes" ao litoral (prioridade pedonal).
>
> - Prática de perequação extensiva.
>
> -Desenvolvimento e dois grandes centros turísticos a um e outro lado de Morgável.
>
> -Ligação Sines/Santiago para o desenvolvimento



45 *Posição de Sines na região sul do País - Lobo, M. C. (2007).* Revisão do PDM de Sines- Relatório de Avaliação do PDM de Sines. *8*

da plataforma logística e das ligações urbanas perlares.

- Remodelação da AC de Sines e reforço da sua estrutura verde urbana, até à Ribeira de Moinhos" (Revisão PDM Sines 2007:14).

8. Estratégia – Discricionaridade/ Flexibilidade/ Desterritorialidade/ Zoamento a prazo/ Normas Estratégico- Probabilísticas/ Participação/ Envolvimento.

Neste ponto da estratégia são enumerados os aspetos base a ter em conta na concretização prática. Para além da necessária e incontornável capacidade financeira, Sines deve contar com uma organização legal e administrativa, procurando receber profissionais qualificados. Em termos das táticas a implementar, procura-se ter uma capacidade discricionária na resolução de problemas, apostar em normas estratégico-estocástico, ter flexibilidade na programação para reenquadrar, quando necessário, a estratégia às realidades de vivência em Sines.

9. Síntese/ Estrutura Ecológica e Funcional.

Por último, este relatório aponta os seis elementos mais importantes que nunca devem ser descurados de parte, para que toda a estratégia seja levada a um bom rumo. São eles:

- Macro-cidade de Santiago- Sines- Santo André;
- Sines com uma grande variedade de transportes, sendo estes marítimos, terrestres e aéreos;
- Núcleo urbano de Sines;
- Espaços de ambiente muito qualificado;
- Estrutura verde municipal;
- Barragem de Morgável;
- Espírito de perequação[24].

[24] Baseado na informação do PDM de Sines (2007)

O novo PDM deve orientar-se por planos de ordem superior com o intuito de estar em sintonia com as ambições da Europa, de Portugal e a uma escala regional, do Alentejo. Estão subentendidos os seguintes planos: Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), Estratégia Nacional para o Mar, Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), Plano Portugal Logístico, Plano Rodoviário Nacional, Plano Regional do Litoral Alentejano (PROTALi), Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), Plano Regional de Inovação do Alentejo (PRIA), Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROFAL), Plano da Bacia Hidrográfica do Sado, Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sado-Sines (POOC Sado-Sines), Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sines- Burgau (POOC Sines-Burgau) e Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV).

Em termos práticos, também foram avaliados os projetos executados e os que estavam previstos para execução. Quase todos os projetos foram concretizados à exceção dos terminais internacionais (rodoviário e ferroviário) e do Centro de Formação Profissional da Pesca.

Em suma, as conclusões da Câmara Municipal face ao PDM de 1990 registam a falta de aposta no setor cultural, mas em termos de equipamentos de educação e saúde, quase todos os projetos foram executados. Em relação ao turismo, é necessário criar mais condições no território de modo a estimular o aumento de visitas e interação para conseguir um consequente aumento noutros setores de grande importância. É de notar que a Câmara fez uma reflexão ao modo de turismo que é tratado hoje em dia, dado o fato de este depender muito de estâncias balneares. Necessita-se de garantir uma variedade de espaços culturais para que esta estatística seja contornada.

46 Nível de execução dos equipamentos previstos em PDM em 1990
Lobo, M. C. (2007). Revisão do PDM de Sines- Relatório de Avaliação do PDM de Sines. *8*

No que toca a locais de estadia e repouso, há falta de hotéis para alojar a percentagem de turistas esperados, bem como a falta que o parque de campismo faz na coerência da cidade.

Dada a importância do centro urbano da cidade, após a revisão do PDM vigente em Sines, foi ainda necessária a elaboração de um Plano de Pormenor de Salvaguarda da Zona Histórica. A criação deste plano deveu-se ao facto de as condições da cidade continuarem a não ser as mais propícias à vivência, quer dos habitantes, quer dos turistas. O Município de Sines continuou a desenvolver estratégias, tais como dois planos de pormenor que não chegaram a ser colocados em prática e a construção de estâncias culturais, tal como o caso de Centro das Artes e do Museu de Sines. Apesar disto, estes planos não foram suficientemente eficazes para serem notadas grandes diferenças económicas, sociais e turísticas.

Nas causas que provocaram este estado débil da cidade aponta-se o fato de terem sido deslocalizados serviços, a falta de aposta na vivência quotidiana dos sinienses e, sobretudo, a crescente atratividade de outras cidades e centros urbanos. A insegurança que se sente no centro histórico também não abona ao merecido crescimento de Sines, sendo que este sentimento advém da falta de qualidade (e quantidade) de intervenções no edificado existente. Por fim, ainda é colocada em causa "o divórcio da urbe com a sua própria paisagem e ambiente natural" (Plano de Pormenor 2009:3), não retirando partido de uma das qualidades que mais é procurado no Alentejo: a interação com o meio natural, fugindo à massa urbana das cidades.

Para que esta situação seja resolvida, são necessárias soluções integradas a diversas escalas e adequadas aos mais diversos ambientes, apoiadas num sistema de gestão que

reavalie e reorganize a estratégia assim que necessário, procurando colocar no centro das preocupações o bem-estar populacional.

Como não é possível excluir de Sines o ambiente industrial existente, é necessário encontrar uma solução que harmonize a relação entre a "cidade industrial" e a "cidade urbana". Por isso, as maiores apostas para a revitalização da cidade serão as atividades históricas, inclusas na raiz da cidade, como é o caso de estratégias ligadas ao setor marítimo.

> *Não é aconselhável engessar a cidade num processo de patrimonialismo meramente formal e de desenho; não é razoável encetar uma política de inversão do uso sazonal de muitos dos imóveis da mole urbana do centro; etc. Em suma: todo um conjunto de princípios e objectivos que perpassam a abrangência territorial deste Plano ou não lhe dizem respeito em exclusivo e requer o (re)planeamento de instrumentos de gestão territorial de escala superior e/ou a integração de correspondentes soluções urbanísticas.* (Plano de Pormenor de Salvaguarda da ZH Sines 2009:9)

Importa salientar quais as linhas condutoras ao bom rumo do projeto, procurando salvaguardar a essência da zona história de Sines e valorizando o que há muito tem sido esquecido, mas que é de extrema necessidade para que a cidade recomece a respirar:

a) a manutenção da matriz urbanística, ou seja, o traçado viário, o parcelário e cadastro, a composição volumétrica consubstanciada pelo edificado quando retrovertidos os acrescentos com expressão precária, ilegal e clandestina, etc.;

b) a integridade da falésia, bem como a sua consistência geo-estrutural;

c) o sistema de vistas para o mar e a baía;

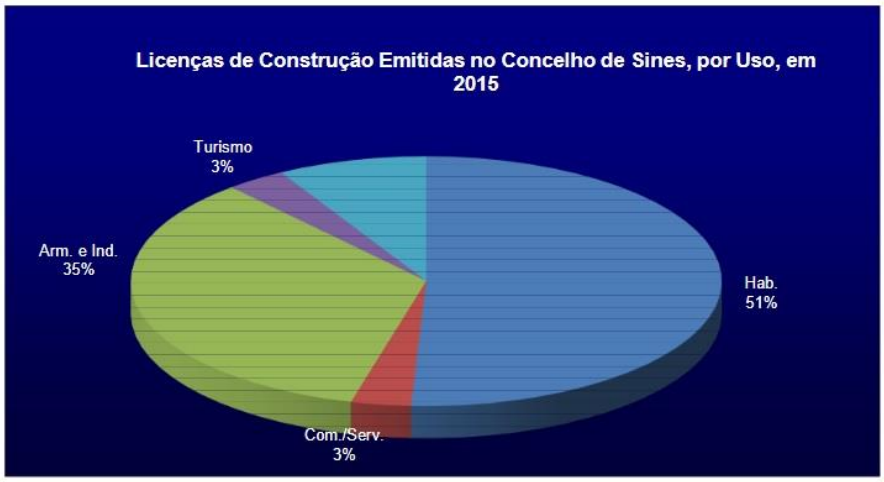
d) a expressão construtiva, os materiais, o desenho e composição característica de elementos dos edifícios em tal identificados, designadamente na sua expressão exterior, incluindo as coberturas; em alguns casos é mesmo preconizada a retroversão de adulterações espúrias;

e) a paleta de materiais de construção aparentes e cores;

f) que os edifícios novos resultantes da renovação de alguns e da ocupação de espaços vazios que se entenda por conveniente ocupar, se integrem pelos valores enumerados nas alíneas anteriores sem, contudo, deixarem de testemunhar o seu tempo; para tal são indicadas algumas medidas nas notas para o Regulamento[25].

Em última análise aos planos e relatórios concretizados recentemente, vale a pena registar um resultado do anuário urbanístico, referente ao ano de 2015, onde é possível observar as licenças de construção emitidas no concelho de Sines, por uso. Ao que se apurou, a maioria de licenças aprovadas continua a ser para uso habitacional e, a um segundo nível para armazéns e indústria, significando 35% dos licenciamentos totais. O que importa ressalvar é a quantidade de aprovações para uso turístico, onde apenas 3% das intenções têm parecer positivo e também a mesma percentagem para edificações de comércio ou serviços. Pode então concluir-se que, continua a haver uma falta de aposta nos setores que mais importam economicamente, deixando de lado o sentido turístico que se espera para Sines, mas que, na teoria, é o fator mais importante a apostar. Se a tendência não se alterar, centro histórico de Sines não vai sair do seu estado de segregação e o seu seio habitacional e histórico irá sucumbir, dando lugar a mais território industrial.

[25] Câmara Municipal de Sines (2009). *Plano de Pormenor de Salvaguarda da Zona Histórica de Sines*. 13



47 Licenças de construção emitidas no Concelho de Sines, por uso, em 2015
Disponível em:
http://www.sines.pt/uploads/document/file/5482/Anu_rio_Urban_stico_2015.pdf

4

“O Centro EM Sines”.

Como referido inicialmente, esta dissertação de projeto tem como base de trabalho a participação no Concurso Universidades da Trienal de Arquitetura de Lisboa de 2016, com o mote "Sines: Núcleo Urbano, Indústria e estrutura portuária" no âmbito da disciplina de Atelier de Projeto II D, com o tema "Planeamento estratégico da reabilitação e da salvaguarda". De modo a dar resposta ao desafio lançado pela Trienal, na apresentação do concurso "um exercício que visa o aproveitamento de recursos existentes, o potencial programático do lugar, as relações e contextos que superam a escala do próprio território e tempo demonstrando a capacidade transformadora da arquitectura"[26], foi desenvolvida, numa primeira fase, a análise crítica da cidade, procurando entender quais são as suas qualidades e fraquezas e, sobretudo, quais as áreas e tipos de intervenção com maiores capacidades para alavancar o desenvolvimento de Sines (Folha 1).

Com o intuito de sintetizar a informação recolhida na a análise crítica e diagnóstico de Sines, foi realizado um Quadro SWOT[27] (Figura 48). Com esta síntese verifica-se que são diversos os fatores que ajudam a entender as fragilidades da cidade. Destes, são de relevar os seguintes: em primeiro lugar existe falta de ligações ferroviárias com outros núcleos urbanos, a grande barreira física que é o *pipeline* (para além dos perigos que advêm desta estrutura), a falta de espaços públicos de qualidade, a malha urbana desconexa e, primordialmente, a segregação do centro histórico.

[26] Trienal de Arquitectura da Lisboa. (s.d.). *Concurso Universidades* Disponível em: http://www.trienaldelisboa.com/theformofform/programa/universidades

[27] SWOT- Strenghts, Weaknesses, Opportunities, Threats

Forças

- Posicionamento Geoestratégico
- Zona Portuária
- Zona Industrial
- Petrogal

Fraquezas

- Falta de acessibilidades ferroviárias
- Barreiras físicas visíveis: *pipelines*
- Degradação dos edificios do centro histórico
- Falta de espaços públicos de qualidade

Oportunidades

- Expansão do Porto de Sines
- Valorização do centro histórico
- Crescimento do turismo de negócios, naútico, gastronómico e de eventos

Ameaças

- Quebra das exportações regionais
- Perigo de deslisamento de terras
- *Pipelines* como alvo susceptível de ameaças
- Abandono do centro histórico

48 Quadro SWOT da cidade de Sines

Para alavancar um processo de revitalização é fundamental ter uma perspetiva integrada do desenvolvimento baseado nos valores intrínsecos e únicos do lugar. O posicionamento geoestratégico da cidade, juntamente com a zona portuária e com a zona industrial criam um conjunto de oportunidades diversificadas que podem servir como ponto de partida implementar um processo de revitalização. As oportunidades criadas pela expansão do Porto em curso, podem desencadear o crescimento do turismo de negócios, náutico, gastronómico e de eventos, valorizando, consequentemente, o centro histórico e contribuindo para o reforço da coesão urbana.

Foi com base na leitura integrada destas oportunidades que germinou a estratégia "O centro EM Sines", que tem como termos-chave a coesão urbana, a reabilitação integrada do centro histórico e o desenvolvimento económico e social. É estruturada por seis forças motrizes que enquadram as intervenções desenvolvidas pelos grupos de trabalho[28], sendo elas:

1. Reforçar e valorizar a vocação atlântica de Sines.

Nos dias de hoje, o Porto de Sines e os pescadores locais são quem tira partido do mar. Com esta estratégia, pretende-se aproximar o cidadão dos recursos marítimos, bem como potenciar o turismo e a cultura do mar.

[28] Grupos de trabalho constituídos por Ana Lúcia Ruço, Ana Catarina Soares, Carolina Grave, Cláudia Silva, Dyala Arrabi, Eunice Silva, Inês Costa, Luís Ferreira, Magdalena Paruszewska, Maja Cichocka, Olívia Mendes, Paulo Barata, Sérgio Gomes, Sónia Gacik, Soraia Piedade, Venda Mendo e Zamara Balestrin

2. Conciliar a indústria com a cidade.

A indústria tornou-se uma barreira ao crescimento da urbe de Sines. Para conseguir valorizar a urbe é necessário criar um ponto de equilíbrio entre estes bens essenciais

3. Valorizar o ambiente urbano.

Os espaços verdes da cidade não privilegiam o encontro entre habitantes. Estão, de um modo geral, em mau estado, sem equipamentos de apoio e sem uma imagem tratada. Esta é uma força motriz essencial para o *marketing* urbano, que deve articular-se com a vertente turística.

4. Reforçar conexões e desenvolver a mobilidade.

Para valorizar o turismo e a economia, este é o ponto-chave da intervenção. Quanto mais se valorizarem as ligações com o exterior, mais facilmente se atinge o objetivo de projetar Sines na economia nacional.

5. Valorizar o Património (urbano) e desenvolver o turismo.

Na análise dos vários sectores da cidade, foi possível observar uma perda de interesse pelo Património. Para além de se encontrarem esquecidos e/ou degradados, a envolvente dos bens classificados não os conota.

6. Densificar a multifuncionalidade da Zona Histórica.

Com a perda de serviços e comércio no centro histórico, a percentagem de edifícios devolutos também aumentou e, consequentemente, começou a instalar-se o desinteresse por esta área reforçado pela falta de segurança.

A estratégia ensaiada culmina na valorização do centro histórico, entendendo-a como um processo de reintegração desta área urbana no desenvolvimento, porque toda a cidade necessita de ter o seu núcleo urbano ativo para que as outras partes consigam sobreviver.

A maior ambição d' "O Centro EM Sines" é articular a estrutura urbana com o mar e o *hinterland*, culminando do reforço da coesão urbana. Esta estratégia não é uma soma de intervenções individualizadas em distintos pontos de Sines, é sim um plano assente numa visão holística do território, que defende que o todo vale mais que a soma das partes.

A estratégia atua em distintas zonas da cidade, desde a frente marítima, ao território a norte dos *pipelines*. Procura qualificar o ambiente urbano, a vivência diária do cidadão, motivando uma estratégia de *marketing* urbano assente nos seguintes seis eixos estratégicos de intervenção (folha 2), com igual número de áreas de intervenção:

1. Paisagem integrante (vertente urbana).

Situada na zona norte do território sineense, esta intervenção pretende valorizar as áreas verdes, de convívio e de desporto, tal como previsto no plano de pormenor da cidade desportiva delineado pela Câmara Municipal, em 2012. O maior desafio da Paisagem Integrante superar a barreira criada pelo *Pipeline*.

2. Avenida Produtiva (vertente habitacional).

Este eixo de intervenção foi projetado na zona de expansão do PU de Sines, destinada a espaços habitacionais e comerciais. Pretende-se principalmente valorizar a entrada central da cidade, criando uma imagem sóbria, limpa e ordenada.

3. Centro de Mobilidade (vertente centralizadora).

Este equipamento pretende valorizar as ligações urbanas bem como criar uma forte articulação entre a cidade e os outros núcleos da região. Consideram-se os principais eixos da cidade a Avenida General Humberto Delgado e a Estrada Costa Norte.

4. Frente Marítima (vertente marítima).

Fazendo jus à passada ligação de Sines com o Mar, esta intervenção procura reforçar a importância de Sines tirar partido do Oceano, e não apenas do Porto de Sines. Este eixo de intervenção procura melhorar a estância balnear, contribuir para a qualificação da frente marítima e reforçar as ligações entre as cotas alta e baixa da cidade.

5. Parque de Campismo e Parque da Cidade (vertente turística).

Estes equipamentos são fulcrais para a dinamização do turismo em Sines. Embora seja a maior área verde da cidade, encontra-se desativada, criando assim uma barreira para com as áreas mais a oeste e com o restante centro histórico.

6. Pólo M.A.R. (vertente inovadora).

Esta intervenção foca-se na valorização do centro histórico, tendo como conceito base a vocação marítima de Sines. O Pólo M.A.R. pretender ser o grande motor da investigação, da cultura e do ensino avançado da zona do Alentejo.

Todas as propostas foram desenvolvidas em grupos, mas pensadas sobre a mesma base conceptual de reforço da coesão urbana. Cada área foi pensada de acordo com a sua identidade, fazendo com que todas as partes contribuam para a integração das áreas mais desfavorecidas e/ou desqualificadas. “O Centro EM Sines” pretende ser um exemplo de intervenção focada nas teorias de cidade criativa, valorizando a sua génese e as suas qualidades intrínsecas (Folha 3).

5
Parque de Campismo e Parque da Cidade.

Esta dissertação culmina com a apresentação da intervenção que lhe dá nome, o Pólo Museológico e Académico do Revelim (Pólo M.A.R.), localizada na zona poente do centro histórico, na área compreendida entre o parque de campismo e a Avenida Vasco da Gama. Contudo, na definição estratégica deste setor, percebeu-se o quão importante é a sua ligação com o espaço do parque de campismo de Sines.

Situado na zona poente da cidade, o parque de campismo é uma estrutura primordial para o enriquecimento da cidade, valorizando a sua vertente turística. Está rodeado por áreas residenciais, sendo uma delas o bairro dos pescadores, uma das áreas mais antigas da cidade. Porém, desde a desativação do parque de campismo, esta zona já não tem de todo a importância que já teve dado o fato de se ter tornado apenas uma zona de passagem. A sua dimensão é considerável e por isso mesmo, o estado degradado em que se encontra reforçou a segregação daquela zona, formando como que uma barreira na cidade. A sua localização, limite poente de Sines, é muito favorável no enquadramento urbano por estar ligada à Rua do Porto Industrial e à via rápida A26-1. Deste modo, o Parque de Campismo, bem como os restantes equipamentos históricos, como a Igreja de Nossa Senhora das Salas, o Forte do Revelim, e comerciais/industriais, no caso a Administração do Porto de Sines, fazem parte de uma das entradas na cidade. Assim, é inequívoca mostrando assim a importância da sua imagem na estratégia de *marketing* urbano da cidade.

Em 2012, a Câmara Municipal de Sines deu inicio à elaboração dos Termos de referência do Plano de Pormenor da Zona Poente prevendo precisamente a reabilitação desta estrutura. Neste documento, também é referida a necessidade

Forças

- Entrada alternativa de Sines
- Área infraestruturada
- Espaço verde de maior expressão
- Proximidade de edificios com valor histórico

Oportunidades

- Articulação com a área urbana antiga
- Valorização e afirmação da entrada de sines a poente
- Desenvolvimento turistico
- Criação de espaços verdes públicos

Fraquezas

- Área atualmente abandonada e degradada
- Coberto arbóreo e vegetação em mau estado de conservação

Ameaças

- Desvalorização da envolvente
- Degradação irrecuperável das infraestruturas existentes

49 Quadro SWOT da zona do Parque de Campismo

de criar uma zona hoteleira e a formação de novas áreas habitacionais para colmatar a falta de organização do espaço urbano. Neste sentido, e tendo por base as intensões da Câmara Municipal para o seu território, a estratégia "Parque de Campismo e Parque da Cidade" desenvolvida no âmbito desta dissertação, tem como objetivo requalificar esta área, focando-se na necessidade de integrar e criar ligações com o Centro Histórico e conjugar este equipamento com as zonas verdes urbanas.

Todos os anos a cidade de Sines recebe o Festival Musicas do Mundo, um evento popular e que mobiliza pessoas de todo o território português e do estrangeiro. Dada a sua importância, é fulcral a reabilitação o Parque de modo a criar condições melhoradas a este acontecimento e a outros eventos que poderão surgir. Como um parque de campismo pode ter um uso sazonal, a proposta aqui desenvolvida está pensada para criar duas zonas distintas que se complementam, de modo a criar um parque a tempo inteiro, isto é, não criar apenas um equipamento com um uso temporário, mas valorizar o ambiente urbano para o cidadão sineense, com um espaço verde único no contexto da cidade e da região.

Toda a intervenção foi pensada para incluir o máximo de serviços distintos, por isso, a área desta intervenção, divide-se num Parque de Campismo e Parque da Cidade (Folha 4). Esta divisão, sublinhada com um muro de caráter escultórico, foi desenhada para ter uma aparência orgânica, integradora e nunca individualizadora. Este elemento tem uma importância fulcral por unir dois espaços fortes na nova estratégia: um anfiteatro, desenhado para ser usado em ambos os parques, e um pavilhão multiusos, para, por exemplo *workshops*, exposições, convívios, jogos de salão, entre muitas outras opções que a vertente cultural e turística que a Câmara Municipal pretende promover.

Nesta proposta, os equipamentos do anterior parque de campismo são eliminados em virtude do seu estado de degradação e obsolescência (Folha 5). Também foi excluída uma pequena via que liga a Rua da Floresta Norte com a Rua do Parque, de modo a valorizar o espaço segregado que se encontrava a norte. Os equipamentos distribuem-se de uma forma dispersa, mas intencional, com o intuito de criar diferentes ambientes e dar resposta aos novos programas funcionais.

O novo Parque de Campismo (Folha 6) foi desenhado com a sua frente para a Rua da Floresta, uma via valorizada na estratégia "O Centro EM Sines" por abraçar zonas habitacionais e a zona do Revelim, a sul, no qual se localizam alguns equipamentos associados à vertente marítima.

O espaço central é tratado com pavimento verde e circundado com percursos em saibro e madeira, conforme o grau de importância dos espaços que liga. A entrada é feita por um edifício longilíneo que além de marcar o início de um percurso, assume-se também como um "arranque" do muro escultórico anteriormente referido. Este edifício incorpora espaços destinados ao *check-in* e à administração e faz também a ligação ao estacionamento linear ao longo da Rua da Floresta e que termina a norte com a zona de saída automóvel, que serve também como entrada e saída de autocaravanas. No parque de campismo existem três zonas distintas para seu uso: a norte, um espaço de permanência de autocaravanas, com o seu pavimento preparado para tal uso; abraçado ao muro situa-se a zona de Bungalows e na restante área podem instalar-se tendas no lugar da preferência do utilizador. Os equipamentos de apoio estão distribuídos por toda a área, sendo que a loja, as cozinhas e churrasqueiras e os arrumos para manutenção do parque estão uniformemente dispostos no limite poente, entre

50 Vista do Parque de campismo

51 Zona para autocaravanas

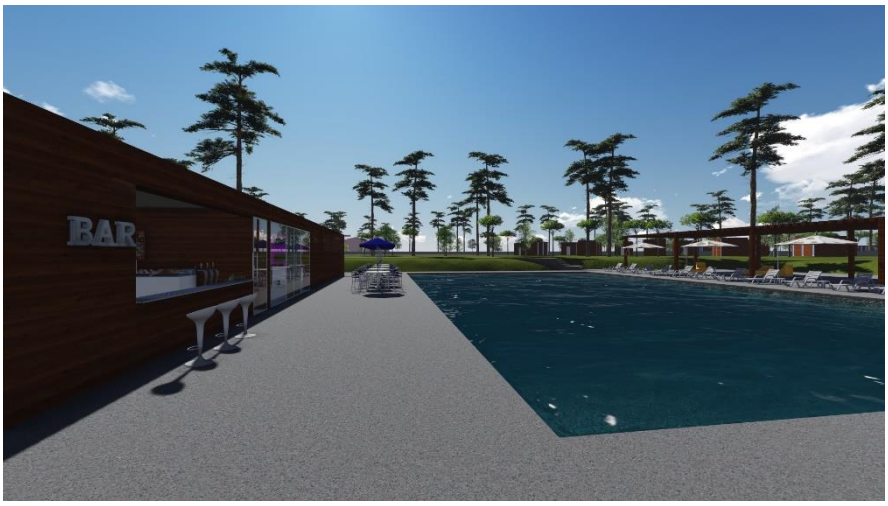
a zona verde e o estacionamento com o intuito de criar uma frente relativamente opaca, para a salvaguardar a intimidade dos campistas. Para que isto fosse possível, no limite entre o espaço privado e o passeio público, foi feita uma movimentação de terras, criando assim uma proteção orgânica.

A zona de *bungalows* é o objeto central este conceito do parque de campismo. Além de participar no muro escultórico, estes equipamentos podem ser utilizados para outros fins, que não o hoteleiro. Os bungalows são construídos a partir de contentores marítimos, revestidos com contraplacado marítimo e rasgados por vãos de grande dimensão, de modo a criar uma imagem forte em todo o parque. Cada *bungalow* inclui um bloco sanitário e arrumos, que organiza o restante espaço: junto da entrada, uma zona de *kitchenette* e sala de estar e, no lado oposto, um espaço para quartos que pode ser subdividido até dois, a necessidade.

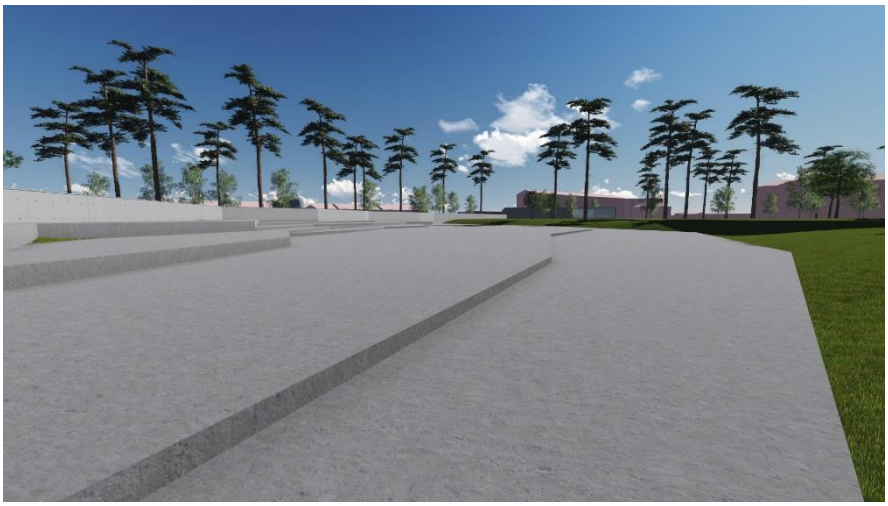
O parque de campismo inclui ainda uma piscina com zona de espreguiçadeiras (Folha 7), apoiado com um bar e um restaurante, com acesso público. Este espaço foi desenhado a partir de uma movimentação de terras, para que estes equipamentos se situem 1,5 metros abaixo da restante área. Pretende-se com isto criar um núcleo distintivo, protegido de ventos, totalmente excluído da zona urbana envolvente, aproximando-se da ideia de estar no meio de uma zona verde e não no centro de Sines.

Um dos elementos que articula o Parque de Campismo e o Parque da Cidade é o Anfiteatro. Situado numa zona estratégica, este equipamento pode ser utilizado a partir da zona pública a nascente, como do parque de campismo, visto que, neste ponto, o muro transforma-se numa das plataformas que conformam a bancada.

52 *Bungalows*



53 Bar, restaurante e piscina do Parque de Campismo



54 Anfiteatro

O Parque da Cidade (Folha 6) é um equipamento articulador da restante envolvente. Cria em primeira instancia uma ligação pedonal, na zona norte, entre a Rua da Floresta e o Pavilhão Multiusos, que se desenvolve para o restante parque. Este espaço é estruturado por um percurso pedonal e uma ciclovia que, em conjunto com o projeto da coroa envolvente (Estratégia Paisagem Integrada) e o centro histórico, criam um trajeto que passa pelos mais importantes espaços da cidade, reforçando conexões e promovendo estilos de vida saudáveis. Todo o espaço é envolvido por áreas verdes em continuidade com o Parque de Campismo, utilizando-se essencialmente três tipos de arborização autóctone: Pinheiro Manso, Carvalho Cerquinho e Sobreiro. Para completar este espaço, o Parque da Cidade é pontuado por quatro equipamentos distintos. Três, pontuam o percurso pedonal e distribui-se da seguinte forma: a sul, mais perto da Rua do Porto Industrial, um restaurante; na zona central é prevista uma mercearia de apoio às zonas residenciais envolventes, pois não existe nenhuma nesta área e, por fim, próximo do anfiteatro, uma cafetaria. Este último programa está estrategicamente colocado perto do anfiteatro de modo a criar uma esplanada com características particulares, podendo mesmo servir de plateia adiciona, se necessário. O maior equipamento deste parque é o Pavilhão Multiusos. Trata-se de um pavilhão é seccionado em duas partes, ligadas por uma pala e tanto pode servir programas desportivos, como culturais e sociais.

Na análise da cidade apresentada no capítulo 4 da parte II, foi possível concluir que a poente do Parque de Campismo encontra-se uma área indefinida. Entre o Quartel dos Bombeiros do Porto de Sines e as instalações da Polícia Marítima, existe uma área incaraterística, pouco cuidada, mas que se destaca pela sua relação com o mar. Para qualificar o

55 Pavilhão multiusos

56 Muro de divisão dos Parques e mercearia do parque da cidade

espaço e para que esta entrada da cidade se revista de uma entidade formal, é proposto um hotel que se enquadra no eixo estratégico 4 de "O centro EM Sines", para isso sugere-se a relocalização da Policia Marítima para as novas instalações da Doca Pesca, previstas no setor de intervenção da frende marítima "Duas Docas, Uma Frente". Além dos serviços próprios do hotel, este é dotado de um espaço exterior central que valoriza o contacto visual com mar.

A norte da área de implantação do hotel, é proposto um conjunto de três edifícios de habitação coletiva, envolvidos por uma extensão de espaço verde, em que a sua oferta mais marcante é a vista aberta para o Oceano Atlântico.

Todas as intervenções antes descritas, pretende-se criar um conjunto de consequências positivas em todo o território de Sines. Primeiramente é renovada a identidade formal do antigo Parque de Campismo e das áreas envolventes, dignificando o ambiente urbano, atraindo consequentemente novas empresas que se queiram instalar no território. Toda a zona verde criada vem complementar a coroa envolvente que foi criada na estratégia "O Centro EM Sines", qualificando assim a paisagem urbana.

57 Hotel e edifícios de habitação coletiva

58 Novo edifício de habitação coletiva

59 Espaço verde junto do hotel e nova zona habitacional

6

Pólo M.A.R.

Uma das áreas mais desprotegidas e desqualificadas do território sineense é a zona do Forte do Revelim. Trata-se de um lugar despovoado, num elevado estado de degradação e nem o espaço público dignifica o centro histórico de Sines.

O Revelim é o setor da cidade que tem mais marcas da sua vocação marítima, não só pela sua aproximação ao mar, conotando o sentido de cidade piscatória, mas pelos edifícios ali existentes. Os Armazéns da Ribeira, situados na cota alta da cidade, os Armazéns da Calheta, outrora utilizados para armazenar utensílios necessários à faina e a rampa que lhe está associada, que antes serviu para atracar barcos de pesca, são alguns destes casos. Pode ainda referir-se que nesta zona estão instalados, e em funcionamento, a Capitania do Porto de Sines e a Administração do Porto de Sines. Numa vertente histórica, o Revelim detém edifícios de interesse que contam a vivência do mar na cidade. Começando pelo Forte do Revelim, um monumento da segunda metade do século XVII, desenhado por Alexandre Massai a mando de D. João VI, com vista a proteger o território de invasões e a Igreja Nossa Senhora das Salas, datada do inicio do século XVI, foi o porto seguro de muitas famílias que viam pescadores viajar mar fora. Numa visão cultural, merece ser referido que no Revelim está situada a Casa Emmerico Nunes, pertencente a uma figura importante do Movimento Modernista Português.

Todo este conjunto de edifícios tem uma importância grande para a história do território sineense. Assim, embora estejam fortemente degradados, o impacto da reabilitação e requalificação dos mesmos pode ter um impacto múltiplo, não só para esta área, mas também para a restante zona histórica e para a cidade como um todo.

Forças

- Forte do Revelim
- Igreja N. Sra das Salas
- Casa Emmerico Nunes
- Ligações pedonais entre as cotas alta e baixa
-Ligação visual com a frente maritima

Oportunidades

- Extensão da área urbana antiga
- Valorização dos edificios de caráter histórico
- Interesse político no Pólo M.A.R.
- Reforço do turismo e da economia local

Fraquezas

- Elevada taxa de edificios degradados e/ou devolutos
- Espaço público pouco organizado
- Fraca dinâmica social

Ameaças

- Agravamento do despovoamento da área urbana antiga

60 Quadro SWOT da zona do Forte do Revelim

A estratégia do Pólo M.A.R, Pólo Museológico e Académico do Revelim, reconhece o valor arquitetónico, cultural e social do Revelim, e procura que esta zona seja uma extensão da área urbana antiga de Sines, com o apoio de novos programas ligados à vocação marítima, como é o caso do Observatório do mar, o Centro I&D, a Faculdade de Ciências do mar e outros os equipamentos necessários ao funcionamento desta ultima estrutura (Folha 5). Vai de encontro a cinco das seis forças motrizes que acompanham a estratégia "O Centro EM Sines":

1. Reforçar e valorizar a vocação atlântica de Sines: O Pólo M.A.R. foi estruturado de modo a que todos os seus equipamentos tivessem um caráter marítimo, distribuindo-se pelas diferentes vertentes educacional, social, cultural e turística;
2. Valorizar o ambiente urbano: a requalificação do Revelim contribui para a melhoria da imagem da cidade bem como cria uma série de novas interações com a zona histórica e com a sua comunidade;
3. Valorizar o Património (urbano) e desenvolver o turismo: os novos equipamentos de referência são desenhados a partir da requalificação de edifícios de interesse histórico, tornando-se uma referência para a memória coletiva sineense, bem como para a comunidade piscatória. O turismo é a palavra de ordem nesta estratégia, podendo não só apoiar-se na vertente cultural, mas também nos edifícios de alojamento temporário, como é o caso do Hotel e do Parque de Campismo;
4. Reforçar a conexão e desenvolver a mobilidade: dada a sua proximidade e relação estratégica com o Parque de Campismo, e consequentemente com o Centro de Mobilidade, esta estratégia mostra que

nenhum setor vive por si só, é sim um organismo vivo que precisa de ser alimentado por outros pontos da cidade e vice-versa;

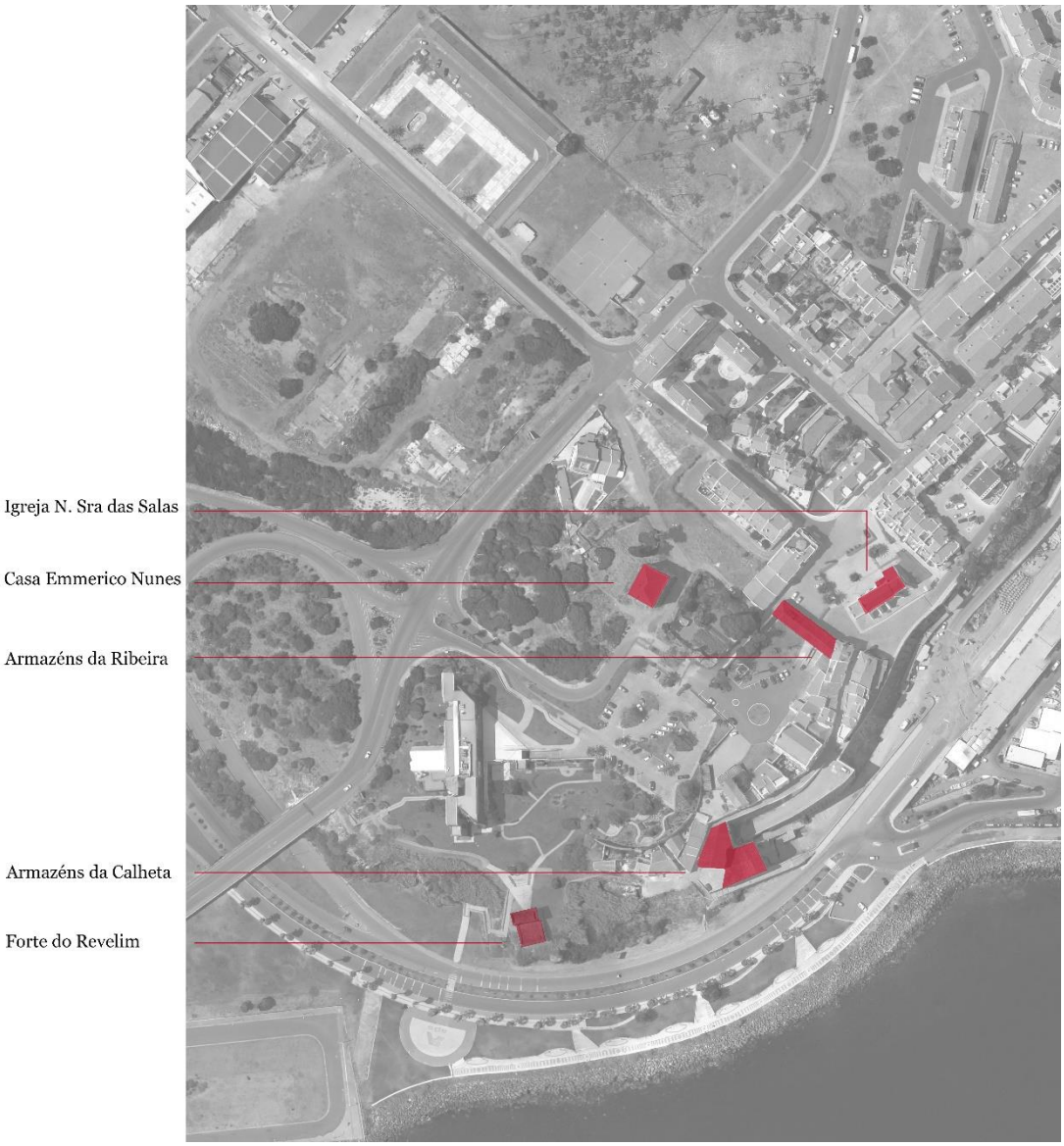
5. Densificar a multifuncionalidade da zona histórica: A intensão de colocar estrategicamente as residências estudantis no Centro Histórico demonstra o quão importante é procurar agentes que estimulem e consequentemente voltar a dar vida a uma área que a vivência neste espaço. Com esta estratégia pretende-se que novos serviços e zonas de comércio se instalem e consequentemente voltar a dar vida a uma área que atualmente está adormecida.

A sua proximidade com o mar, tanto visual como física, bem como as suas ligações pedonais entre as cotas altas e baixa, expressam o ADN da cidade, devendo tirar-se partido desta relação.

Associado ao novo Parque de Campismo e Parque da Cidade, o Pólo M.A.R., desenha uma entrada qualificada na cidade. A entrada nascente, mais concretamente pela Avenida General Humberto Delgado, tem uma intenção mais urbana visto ser uma entrada mais central, que se prolifera diretamente pelas diferentes artérias da cidade. Já esta entrada, está pensada para ter um caráter formal, ligado diretamente ao turismo. É uma entrada que permite fazer um percurso ligado ao mar, à história e que liga diretamente ao núcleo do centro histórico.

Como ponto de partida, esta abordagem desenvolvida a partir da estratégia "O Centro EM Sines", debruça-se nos seguintes objetivos específicos (Folha 4):

- Analisados os edifícios de interesse histórico, é necessário criar condições de habitabilidade e readequá-los às novas necessidades da cidade;



61 Marcação dos edifícios com importância histórica e cultural da zona do Revelim

- Dinamizar o Revelim com equipamentos e serviços que sejam capazes de alavancar dinâmicas urbanas, quer a nível social, cultural e educacional;

- Reforçar a ligação deste espaço à área urbana antiga;

- Requalificar os espaços públicos desta zona, para que, em conjunto com as propostas para o Parque de Campismo e Parque da Cidade, se qualifique o ambiente urbano do limite poente da cidade.

O grande mote para o desenho do Pólo M.A.R., foi a necessidade de refazer o desenho do espaço público, mas sobretudo trazer para esta zona um *cluster* cultural e educacional associado à atividade marítima (Folha 8). A Câmara Municipal já tinha estudado implantação de um Observatório do Mar, contudo, esta proposta vai muito para além das conclusões tiradas, visto que esta entidade não considerou nada mais para além do projeto do próprio observatório. O Pólo M.A.R. pretende, acima de tudo, dar valorizar a história marítima do lugar, da cidade, com um complexo constituído por um edifício maior que alberga um Museu e Observatório do Mar. Trata-se de um edifício longilíneo, com cérceas variáveis, que articula vários momentos pré-existentes do Revelim e se insere na topografia de uma forma intencional e cuidada. O edifício desdobra-se em vários pisos ligados por uma promada de acessos verticais, deixando o visitante deduzir que se trata apenas de um museu. A entrada é feita a partir da grande praça (Folha 9), com vista aberta para o oceano atlântico. Através do Foyer e da Receção, o visitante pode percorrer um espaço expositivo em dois pisos, o térreo e o outro superior, onde poderá encontrar mostras relativas à história de Sines e ao Mar Português. Este espaço expositivo é encerrado sobre si próprio e tem uma área de pé direito duplo onde existe a possibilidade de ser exibido um

62 Vista da entrada do Museu e Observatório do Mar

barco de tamanho real. Neste local, a sala é pontuada com um lanternim para que se consiga estabelecer uma sensação de centralidade. Ainda no piso térreo, numa zona mais central e sem acesso público, encontram-se zonas de serviço e manutenção, bem como oficinas e depósito. Na zona mais a nascente do edifício situa-se a biblioteca pública. A sua entrada é feita através de um rasgo horizontal e está pensada para promover a permeabilidade entre nova intervenção e os edifícios pré-existentes, nomeadamente com a Capitânia do Porto de Sines. Para além dos espaços de leitura e de estudo, divididos em dois pisos, a biblioteca dá apoio a todos os restantes programas do Pólo M.A.R.

Um dos maiores segredos deste complexo são os dois pisos inferiores situados na zona mais a sul, entre os Armazéns da Calheta e o Forte do Revelim e que se inserem na paisagem de uma forma subtil. O piso -1 (Folha 10), contempla a M.E.S.A., Movimento Estratégico Sines Ativa. Trata-se de um espaço para encontros de cariz político e empresarial, quer que sejam sineenses ou de outras regiões, e que procuram promover o melhor rumo para a cidade de Sines. A M.E.S.A é um organismo que põe em prática as teorias da cidade criativa e que se funde com a Plataforma Articuladora, um organismo projetado na estratégia global de "O Centro EM Sines", que articula o Pólo M.A.R., a Avenida Produtiva e o Tecnopolo[29], de modo a criar sinergias e dinâmicas que promovam a sua utilização. Pensa-se também que pode ou deve mesmo ser um corpo ativo em conjunto com a Câmara Municipal para que juntos possam promover a relação entre as partes interessadas no desenvolvimento de Sines, as empresas locais e os cidadãos.

[29] Tecnopolo- Trata-se de um organismo já existente na cidade de Sines, incubador de micro e pequenas empresas

63 Entrada formal para a M.E.S.A

64 Entrada para a biblioteca pública

Em termos espaciais, a ligação à M.E.S.A pode ser feita a partir do foyer do museu ou diretamente a partir de uma rampa que dá acesso direto à sala da M.E.S.A, conferindo um aspeto mais formal e ideal para grandes eventos.

No piso -2, encontra-se o Observatório do Mar, um organismo dedicado a atividades de interpretação ambiental, sustentável, procurando proteger os recursos e a biodiversidade, não colocando em risco as espécies marinhas. O Observatório do Mar pretende fazer parte da Rede Regional de Centros de Ciência, regida pela Direção Regional da Ciência e Tecnologia. Para além das múltiplas salas de trabalho do seu programa funcional, o Observatório tem um espaço próprio reservado a exposições sobre as temáticas que desenvolve, tendo todo o espaço vista aberta para o mar, possibilitada pelos grandes vãos utilizados.

A praça organiza o Pólo (Folha 8), desde as suas entradas, às ligações dos vários equipamentos. Além disso, é marcada pela presença do lanternim, de dimensões generosas, que ilumina sala da M.E.S.A. Esta relação faz com que se sublinhe a necessidade reunir as diferentes visões para o futuro da cidade.

Nos Armazéns da Calheta encontrou-se a melhor localização para um Centro de Estudos Marítimos. Dada a sua relação entre a cota alta e baixa da cidade, este edifício I&D é reabilitado para que seja um centro de pesquisa avançada sobre os assuntos marítimos. Enquanto o Observatório do Mar visa proteger o ambiente marinho e os recursos naturais, o Centro de Estudos foca-se na investigação e transferência de conhecimento de matérias relacionadas com o mar. Este Centro, para além das salas de investigação, conta também com uma área de conferências e exposições, para que se possa mostrar o ponto de situação das suas investigações.

65 Vista do piso da M.E.S.A

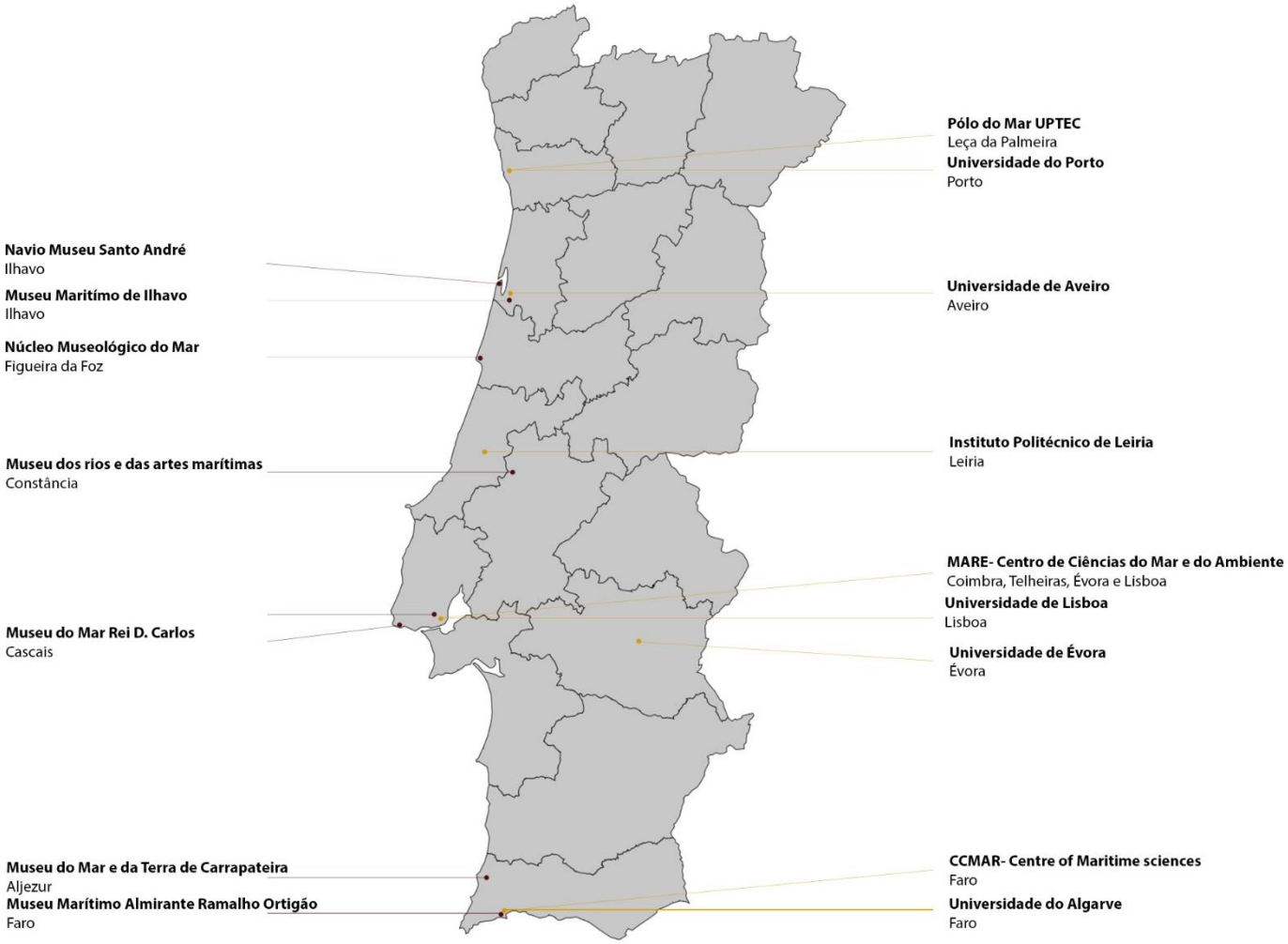
66 A praça

67 Armazéns da Calheta – Centro de Estudos Marítimos

Já numa vertente educacional, o Pólo M.A.R. prevê a requalificação da Casa Emmerico Nunes com vista a inserção de uma Faculdade de Ciências do mar. A sua dinamização fica a cargo da Câmara Municipal de Sines e contará com entidades nacionais e internacionais[30] que queiram complementar as suas atividades pedagógicas. A Universidade de Évora poderá ser uma das cooperadoras dado o facto de já existir uma relação entre este território e o Laboratório de Ciências do Mar da Universidade de Évora, que em conjunto, promovem atividades práticas que complementam a formação do estudante. No que toca à organização do seu espaço, a Casa Emmerico Nunes só comporta até oito salas de aula. No caso de se verificar a necessidade de criar mais espaços de ensino foi estudada uma evolução da Faculdade, dividida em três fases (Folha 11). Da primeira fase faz parte a Casa Emmerico Nunes como único bloco educacional. A Faculdade faz-se sempre acompanhar por estacionamento subterrâneo com presença na superfície através de um bloco escadas de acesso e de vários lanternins os que servem também como bancos de jardim. Este estacionamento, também ele faseado, inicialmente comporta 65 lugares. Se esta iniciativa tiver sucesso, a Faculdade pode expandir para um segundo bloco de dimensões mais generosas, situado no ponto mais a norte da zona do Revelim. Para reforçar o acesso ao estacionamento subterrâneo, prescinde-se de um dos lanternins e passa a ter uma ligação direta a este bloco e ganha uma expansão de 20 lugares. Numa última fase, a Faculdade expande-se para mais um bloco, posicionado proximamente à Rua Alexandre Massaii e, paralelamente, o estacionamento subterrâneo aumenta 16 lugares e ganha um novo acesso, dada a extensão deste programa.

[30] Na figura 69 mostra-se um esquema das entidades que promovem atividades e investigação sobre o mar e que poderão associar-se à faculdade de Ciências do Mar.

68 Casa Emmerico Nunes – Faculdade de Ciências do Mar



69 Mapa de instituições de caráter educacional e cultural ligadas à vertente marítima e que podem associar-se à Faculdade e Ciências do Mar

O Pólo M.A.R. pretende criar uma rede com as restantes entidades ligadas ao oceano atlântico, de modo a serem um contributo multidirecional para as investigações e iniciativas que se pretendam desenvolver. Para tal, é necessário criar mais condições de uso permanente deste espaço, principalmente da Faculdade. Associada à praça é criada uma cafetaria de apoio a este espaço no piso térreo, e no piso superior uma cantina de apoio à comunidade estudantil e científica. Dada a proximidade do Largo das Salas, que inclui a Igreja de Nossa Senhora das Salas, procurou-se analisar de que forma esta zona pode vir a ser aproveitada de um modo positivo. Tratando-se de um largo ladeado com zonas residenciais, a grande intervenção necessária passa por um redesenho do espaço público, formalizando a entrada nascente no Pólo M.A.R.. Conta-se com grande espaço de acesso apenas pedonal em microcubo de granito, antecedido por um parque para estacionamento. Com esta mudança, e de modo a continuar a haver fluidez de trânsito, é criada uma nova via que atravessa as moradias posteriores à cabeceira da Igreja. Por último foi criado um restaurante nos antigos Armazéns da Ribeira. Anteriormente estava instalado um restaurante que fazia frente ao largo no limite da cota alta, mas este acabou por fechar com a crise económica e com o abandono desta zona de Sines. Contudo, com este redesenho do espaço público e com a inserção dos novos usos, é de extrema importância voltar a ter um espaço comercial que dê fôlego às necessidades da cidade.

Como nenhuma universidade vive sem estudantes e sem investigadores, na estratégia Pólo M.A.R. procurou-se conciliar esta área com a restante zona histórica. Na inicial análise da cidade de Sines (Folha 12- Imagem 1), constatou-se que o centro histórico estava pulverizado de edifícios abandonados ou devolutos. Como tal, a estratégia Pólo M.A.R. determina uma série de edifícios a serem reabilitados para que aqui sejam

70 Entrada Norte no Pólo M.A.R. e vista da cafetaria da praça

71 Largo das Salas, cafetaria (antigo Armazém da Ribeira) e entrada nascente no Pólo MA.R.

implantadas as residências da comunidade estudantil (Folha 12- Imagem 2). Para o efeito, julga-se que inicialmente, tal devia ocorrer nos edifícios devolutos da Rua Cândido dos Reis pela proximidade a serviços e equipamentos situados neste centro (Folha 14).

O Pólo M.A.R. é um organismo inserido na dinâmica da cidade e pretende atrair para o Revelim empresas dos mais diversos campos de atividade com o intuito de ser um Pólo multidisciplinar, capaz de revolucionar o estado débil que se sente no centro histórico.

7
Conclusão.

A crise nacional que estamos a atravessar, em conjunto com o estado de segregação que se vive em vários centros históricos do país, faz com que surjam novas formas de pensar o futuro das cidades, recorrendo aos valores intrínsecos de cada núcleo urbano que alavanquem o crescimento da economia nacional. Uma intervenção apoiada numa estratégia de Cidade Criativa pode ser o arranque para a mudança de paradigma do governo das cidades.

A cultura nunca deve ser desconsiderada. Podemos falar de cultura como um tipo de indústria em progresso e esta pode dividir-se em dois componentes: as indústrias culturais e as indústrias criativas. Não são te todo vertentes iguais. A primeira dirige-se para a cultura com história, clássica, e a segunda é entendida como a produção de novas formas de ver o mundo e de inovar.

Uma visão para o desenvolvimento do território tem de ser feita sobre um ponto de vista holístico, olhando sempre para o todo e nunca para a soma de todas dos constituintes. Um dos primeiros trunfos da cidade que se deve ser valorizado é o património urbano, procurando manipular a vivência da urbe de modo a que este seja valorizado, para mostrar a história da cidade.

Em Sines, podemos observar que a Câmara Municipal tem feito um esforço para revitalizar alguns setores da cidade. Contudo, estas intervenções pontuais não têm trazido benefícios em grande escala, nem se sentem mudanças de paradigma ao nível da dinâmica diária.

A questão de a cidade estar muito virada para o setor industrial, faz com que a cidade em si, a história, a cultura, os próprios habitantes sejam esquecidos. Mas Sines tem todos os atributos necessários para o seu sucesso.

Para que tal se torne uma realidade, a estratégia "O centro EM Sines" ensaia hipóteses de intervenção fundadas em seis principais forças motrizes, que se entende que são a chave para alavancar o desenvolvimento económico, social, turístico e educacional: 1) reforçar e valorizar a vocação atlântica de Sines, 2) conciliar a indústria com a cidade, 3) valorizar o ambiente urbano, 4) reforçar conexões e desenvolver a mobilidade, 5) valorizar o património (urbano) e desenvolver o turismo, 6) densificar a multifuncionalidade da zona histórica.

O centro histórico, encontra-se segregado, por isso é necessária uma estratégia reintegradora, que crie benefícios não só nesta zona, como também nas áreas envolventes, contribuindo para o reforço da coesão urbana.

Dos vários setores intervencionados, a zona oeste do centro histórico detém duas áreas que têm importância capital para o sucesso da estratégia: 1) A zona do Forte do Revelim, que integra um conjunto de edifícios que contam a história da cidade e equipamentos nas vertentes cultural e piscatória. São estes os grandes dinamizadores desta área que atualmente está abandonada e num grande estado de conservação; 2) o Parque de Campismo é um espaço de grandes dimensões e que atualmente se encontra encerrado. A sua valorização e restruturação pode desencadear melhorias ao nível do turismo e do ambiente urbano.

A estratégia Pólo M.A.R. pretende valorizar a essência marítima outrora presente no centro histórico, com a inclusão de um Museu, um Observatório do Mar, uma Faculdade de Ciências do Mar e um Centro de Estudos Avançados. A importância do cidadão nesta abordagem é fundamental pois é ele que vive a cidade diariamente e se depara primeiramente com os problemas. Já à Câmara Municipal cabe entender quais as opiniões os anteriores

intervenientes, de modo a que a resolução dos problemas que vão aparecendo seja o mais veloz possível. Num último, mas não menos importante patamar de intervenientes, estão as empresas que queiram investir na economia do mar no território sineense. Se esta estratégia tiver o sucesso pretendido, a procura por investimentos vai aumenta, sendo vantajosa a existência de um organismo que ligue todos os bens ativos da cidade: a M.E.S.A.

O Pólo M.A.R. está diretamente associado ao setor Parque de Campismo e Parque da Cidade. Trata-se de um projeto de iniciativa privada e pública que pretende trazer à cidade um espaço verde de qualidade, pontuado com comércio, atividades e alojamento temporário.

Toda a intervenção (Folha 13), reativar a cidade de Sines nos vários âmbitos, económicos, sociais ou culturais. O desenho do espaço público é determinante para que qualquer intervenção venha a ter sucesso. É também necessário que todos os setores estejam interligados, necessitando um dos outros para se complementar. Desta forma, procura-se que haja um movimento constante na cidade, seja para zonas habitacionais, comerciais, de serviços ou culturais.

É um facto de que estas intervenções não são a solução perfeita e total para os problemas da cidade. Existirão, sem dúvida, outros campos e setores sineenses que necessitam de revitalização. A estratégia "O Centro EM Sines", não pretende resolver todos, mas sim ser um começo e um incentivo ao uso de novas estratégias para a reativação da cidade. "O centro EM Sines" não é apenas um conceito para Sines, é uma nova forma de olhar para os valores intrínsecos do território português.

Bibliografia

Barreto, A. (2012). *Mudança Social em Portugal: 1960-2000*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Acedido em fevereiro de 2016, disponível em http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2002/WP6-2002.pdf

Bandarin, F.; Oers, R. (ed.) (2015). *Reconnecting the City. The Historic Urban Landscape Approach and the future of Urban Heritage*. Oxford UK: Wiley- Blackwell.

Bandarin, F.; Oers, R. (ed.) (2015). *The Historic Urban Landscape Managing heritage in na urban century*. Chichester, West Sussex, UK; Hoboken, NJ: Wiley- Blackwell.

Câmara Municipal de Sines (2007) *Relatório de Avaliação do PDM de Sines*. Coordenação Manuel da Costa Lobo. Acedido em setembro de 2016, disponível em http://www.sines.pt/uploads/document/file/3176/Relat_rio_de_Avalia__o_do_PDM_de_Sines.pdf

Câmara Municipal de Sines (2007) *Anuário Urbanistico do concelho de Sines- 2015*. Acedido em setembro de 2016, disponível em http://www.sines.pt/uploads/document/file/5482/Anu_rio_Urban_stico_2015.pdf

Câmara Municipal de Sines (2009) *Plano de Pormenor de Salvaguarda da Zona Histórica de Sines- Plano*.

CCR.S (2010) *Recomendação 34: A Política Marítima da EU, síntese e recomendação do CCR Sul*.

Cervellati, P. L.; Scannavini, Roberto (1973). *Bologna: política e metodologia del restauro nei centri storici*. Bologna: II Mulino.

CESUR- Grupo de Dinâmicas Espaciais e Ambiente (2005). *Relatório e Memória Descritiva do Plano de Urbanização de Sines*. Instituto Superior Técnico. Acedido em setembro de 2016, disponível em http://www.sines.pt/uploads/document/file/3167/PU_Sines_-_Relat_rio.pdf

Choay, F. (1992). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2000.

Choay, F. (2011). *As Questões do Património. Antologia para um Combate*. Lisboa: Edições 70.

Comissão das Comunidades Europeias (2006) *Livro Verde. Estratégia europeia para uma energia sustentável, competitiva e segura*. Acedido em abril de 2016, disponível em http://eficienciaenergetica.com/images/upload/livro_verde_pt.pdf

Comissão das Comunidades Europeias (2007) *Livro Azul. Uma política marítima integrada para a União europeia*. Acedido em Abril de 2016, disponível em http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/LTF_MA_29919.pdf

Comissão das Comunidades Europeias (2009) *Relatório de progresso sobre a política marítima integrada da União Europeia*. Acedido em Março de 2016, disponível em http://eurlex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/?uri=CELEX:52009DC0540

Comunicação Estratégica dos Oceanos (2004) *Relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos*. Acedido em Maio de 2016, disponível em http://w3.ualg.pt/~jdias/GESTLIT/Documents/RelatorioCEO_Parte_I.pdf

Comissão Europeia (2014). *A European Strategy for more Growth and Jobs in Coastal and Maritime Tourism*. Acedido em Abril de 2016, disponível em http://eur-lex.europa.eu/legalcontent/EN/TXT/?uri=COM%3A2014%3A86%3AFIN

Direcção Geral do Território (2014). *PNPOT- Avaliação do Programa de Acção 2007-2013- Relatório*. Acedido em Abril de 2016, disponível em http://www.dgterritorio.pt/static/repository/2014-09/2014-09-29235729_f7664ca7-3a1a-4b25-9f46-2056eef44c33$$822A9394-2740-4D34-A6C1-8ED04570B3B5$$0F70F8C8-6602-4092-9ED8-F9A23B743B39$$storage_image$$pt$$1.pdf

Domingues, Á. (ed.) (2006). *Cidade e democracia. Trinta anos de transformação urbana em Portugal*. Lisboa: Argumentum.

Domingues, A. (2006). *Metamorfoses do Centro: Dinâmicas de Transformação da Condição Central*, Planeamento. Revista do Urbanismo e Ordenamento do Território. Aveiro: APPLA, 3, pp. 19-25.

Faludi, A. (2004). *Spatial Planning Traditions in Europe: Their Role in the ESDP Process*. in International Planning Studies, Vol.9

Ferreira, C. (2010). *Cultura e Regeneração Urbana: Novas e velhas agendas da política cultural para as cidades*. *in* Revista TOMO- Revista do Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Socias. Universidade Federal de Sergipe.

Gabinete Área de Sines. (1971). *Estudo para Localização de uma Área Concentrada de Indústrias de Base*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Gabinete Área de Sines. (1973). *Plano Geral da Área de Sines*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Geddes, P. (1915). *Cities In Evolution: an Introduction to the Town Planning Movement and to the Study of Civics*. Londres: Williams & Norgate.

Giovannoni, G. (1931). *V'ecchie città ed edilizia nuova*. Torino: UTET Libreria, 1995.

Gonçalves, A. (2012). "Cidade existente, cidade integral. Salvaguarda, desenvolvimento", in Gonçalves, A. (2012). *Património Urban(ístic)o e o Planeamento da Salvaguarda*. Dissertação de doutoramento em Arquitetura apresentada à FCTUC. Coimbra: [s.n.], pp. 17-33.

Gonçalves, A. (2012). "Áreas urbanas para (re)habitar as relações entre cidade e património?", in CEDOUA / Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2010) – *O Novo Regime de Reabilitação Urbana*. *n*Coimbra: Almedina, pp. 75-91.

Gonçalves, A. (2012). "Vila Real de Santo António: planeamento de pormenor e salvaguarda e desenvolvimento", in *Monumentos: Cidades | Património | Reabilitação- nº30.*

KEA (2006). *The Economy of Culture in Europe. Study prepared for the European Comission*. Acedido em Maio de 2016, disponível em http://ec.europa.eu/assets/eac/culture/library/studies/cultural-economy_en.pdf

Landry, C. (2006). *The art of city making*. London/ Sterling: Earthscan.

Landry, C. (2006). *The Creative City. A toolkit for Urban Innovations*. London: Earthscan.

Lema, P. B.; Teixeira, J. A. (1988) *Desindústrialização. Reindústrialização. Terciarização*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Lynch, K. (1960). *The Image of the City*. Cambridge, Londres: The M.I.T. Press, 1990.

Madu, B. C. (2012) *Organization culture as driver of cmpetitive advantage. in* JABE- Journal of Academic and Business Ethics.

Ministério do Ambiente, do ordenamento do território e do desenvolvimento regional (2006). *Programa Nacional da politica nacional de ordenamento do território- relatório*. Acedido em Abril de 2016, disponível em *http://pnpot.dgterritorio.pt/sites/default/files/PNPOT_Programa_de_Acao_0.pdf*

Portas, N. (1969). A Cidade como Arquitectura. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

Portas, N. *et al.* (2003). *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Rossa, W. (2003). *Do projecto para o plano: contributo para a integração Património/Urbanismo*. ECDJ. Coimbra: e|d|arq – Departamento de Arquitetura da FCTUC, 9, pp- 9-16.

Távora, F. (1962). *Da Organização do Espaço*. (2ª). Porto: Edições do Curso de Arquitectura da E.S.B.A.P..

UNESCO. (2011). *Recommendation on the Historic Urban Landscape*. Acedido em Fevereiro de 2016, disponível em http://www.unesdoc.unesco.org/images/0021/002150/215084e.pdf.

UNESCO. (2012). *Culture: a driver and na enabler of sustainable development*. Acedido em Abril de 2016, disponível em http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/Think%20Pieces/2_culture.pdf

Fontes de Imagens

Imagem 1 | Esquema da autora

Imagem 2 | UNESCO

Imagem 3 | Esquema da autora

Imagem 4 | Esquema da autora

Imagem 5 | Esquema da autora

Imagem 6 | Biblioteca Nacional de Portugal

Imagem 7 | Plano de pormenor de Salvaguarda da Zona Histórica de Sines (2009)

Imagem 8 | João Gabriel Dechermont

Imagem 9 | Leonardo Turriano

Imagem 10 | Diogo Correia da Mota

Imagem 11 | Blog Restos de Colecção
http://restosdecoleccao.blogspot.pt/2011/09/farois-portugueses-3.html

Imagem 11 | Blog Cabo de Sines
http://cabodesines.blogspot.pt/2015/10/bairro-dos-pescadores-anos-6070-sines.html

Imagem 12 | Blog Cabo de Sines
http://cabodesines.blogspot.pt/2015/10/bairro-dos-pescadores-anos-6070-sines.html

Imagem 13 | Gabinete Área de Sines

Imagem 14 | Teresa Barata Salgueiro "A Cidade em Portugal – Uma Geografia Urbana" (1992)

Imagem 15 | Blog Santo André
http://santoandre.blogspot.pt/2006/

Imagem 16 | Paulo Ferreira

Imagem 17 | Câmara Municipal de Sines

Imagem 18 | Fotografia da autora

Imagem 19 | Câmara Municipal de Sines

Imagem 20 | Trienal de Lisboa

Imagem 21 | Desenho da autora

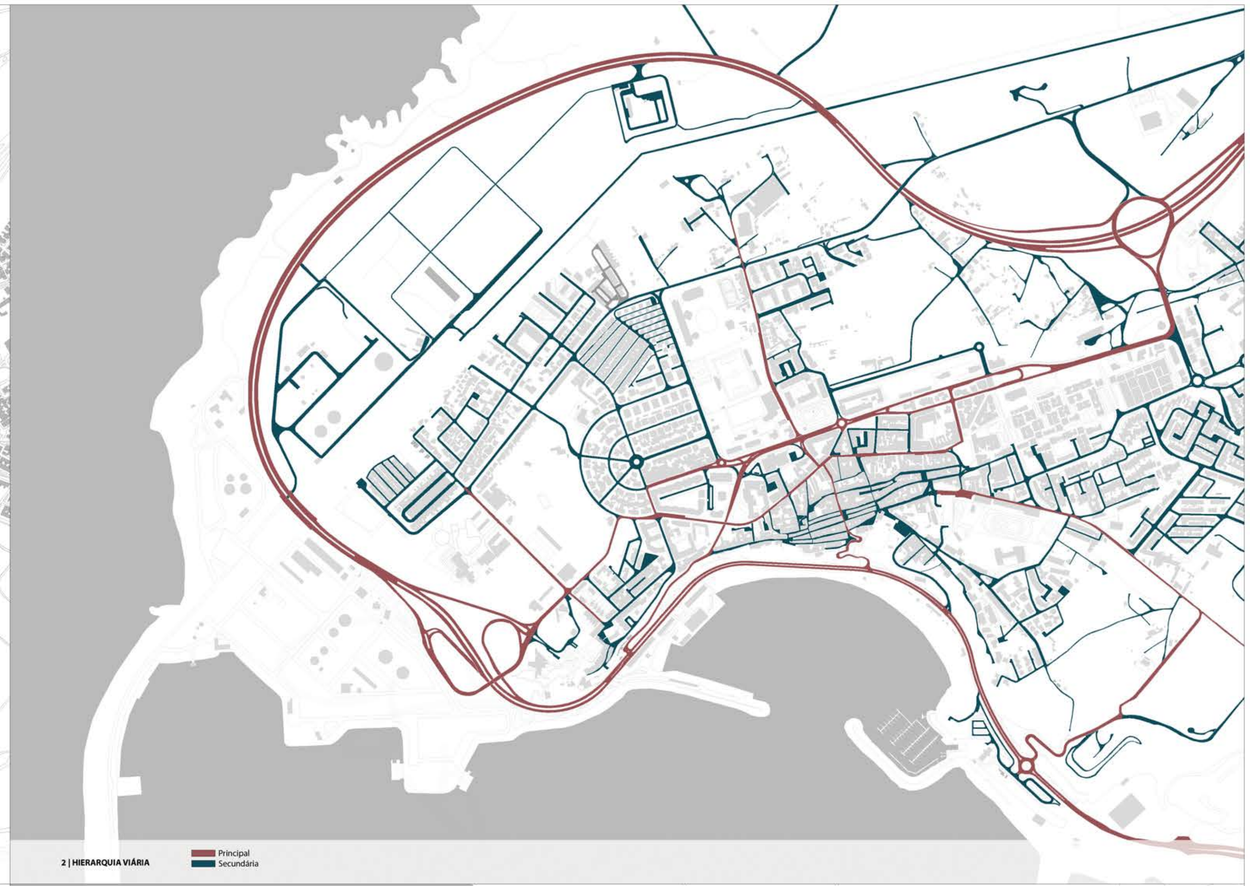
Imagem 22 | Fotografia da autora

Imagem 23 | Fotografia da autora

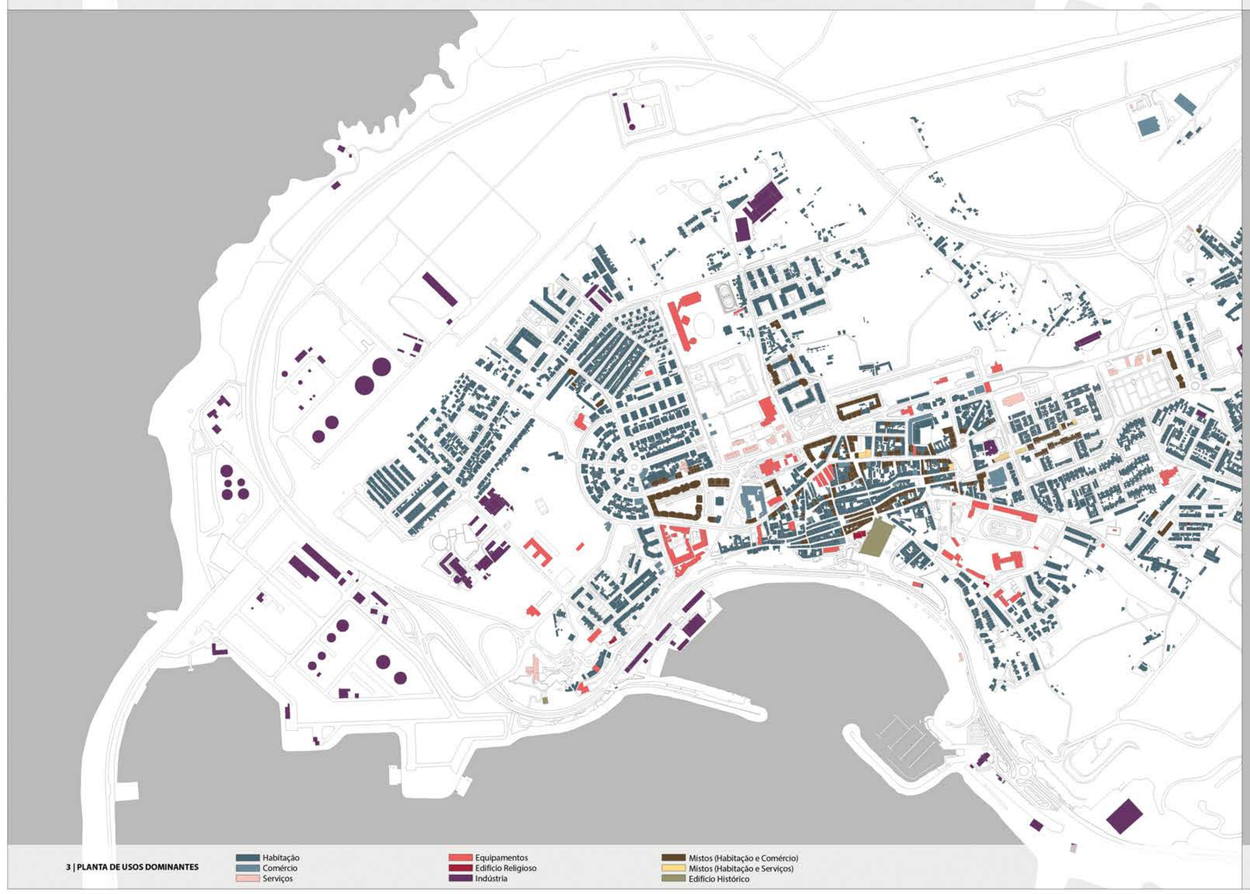
Imagem 24| Google Earth Pro
Imagem 25 | André Banagore
Imagem 26 | Google Earth Pro
Imagem 27 | Google Earth Pro
Imagem 28 | Fernando Carrasco
Imagem 29 | Google Earth Pro
Imagem 30 | Fotografia da autora
Imagem 31 | Fotografia da autora
Imagem 32 | Mário Trigueiro
Imagem 33 | Adelino Gonçalves
Imagem 34| Silvanna & Rui
Imagem 35 | Fotografia da autora
Imagem 36 | José Cesar Serra
Imagem 37 | Rosa Nunes
Imagem 38 | Rosa Nunes
Imagem 39 | Câmara Municipal de Sines
Imagem 40 | Fotografia da autora
Imagem 41 | Rosa Nunes e autora
Imagem 42 | Expo 98
Imagem 43 | Esquema da autora
Imagem 44 | Esquema da autora
Imagem 45 | Relatório de avaliação PDM de Sines (2007)
Imagem 46 | Relatório de avaliação PDM de Sines (2007)
Imagem 47 | Anuário Urbanístico de Sines (2015)
Imagem 48| Esquema da estratégia “O Centro EM Sines”
Imagem 49 | Esquema da autora
Imagem 50 | Imagem da autora
Imagem 51 | Imagem da autora
Imagem 52 | Imagem da autora
Imagem 53 | Imagem da autora
Imagem 54 | Imagem da autora
Imagem 55 | Imagem da autora
Imagem 56 | Imagem da autora
Imagem 57 | Imagem da autora

Imagem 58 | Imagem da autora
Imagem 59 | Imagem da autora
Imagem 60 | Imagem da autora
Imagem 61 | Imagem da autora
Imagem 62 | Imagem da autora
Imagem 63 | Imagem da autora
Imagem 64 | Imagem da autora
Imagem 65 | Imagem da autora
Imagem 66 | Imagem da autora
Imagem 67 | Imagem da autora
Imagem 68 | Imagem da autora
Imagem 69 | Esquema da autora
Imagem 70 | Imagem da autora
Imagem 71 | Imagem da autora

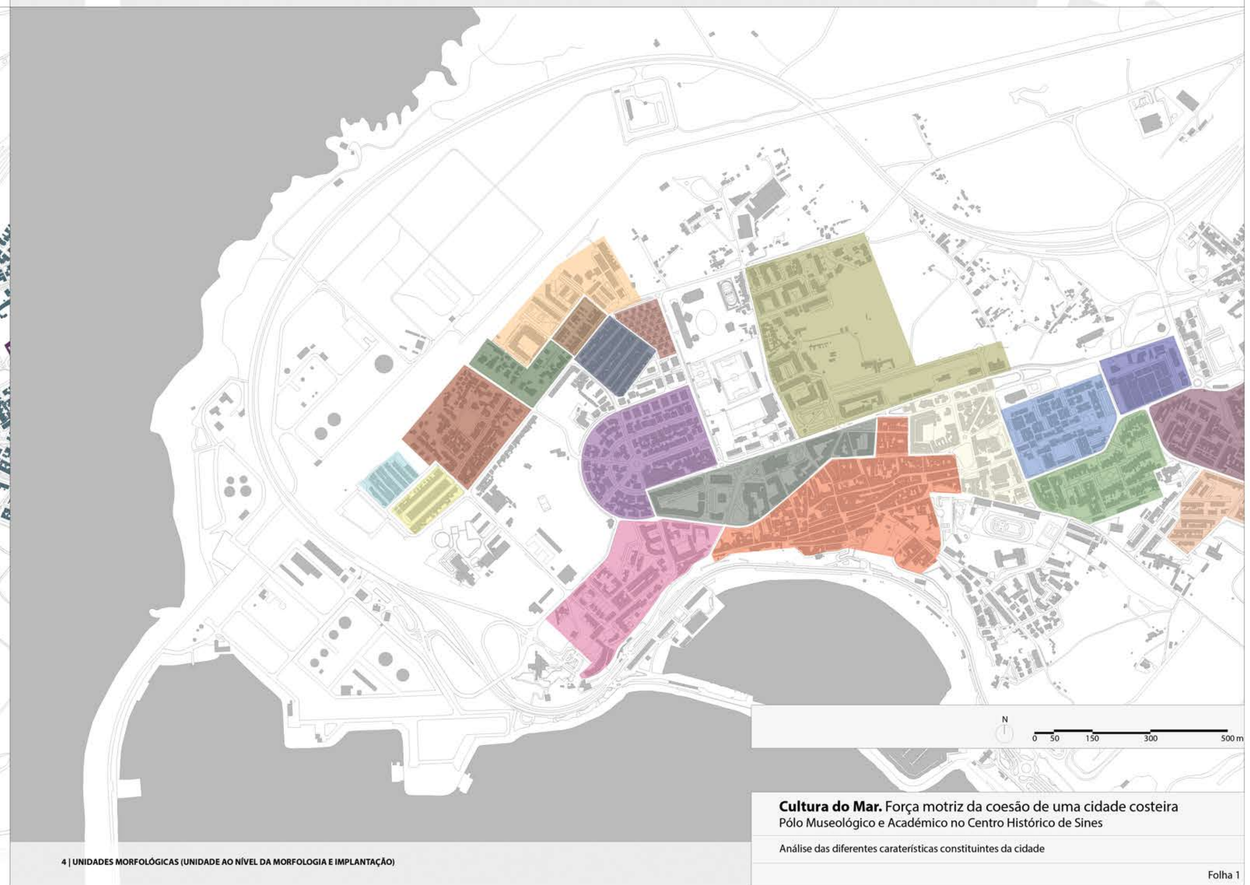
1 | PLANTA DA CIDADE DE SINES (ATUALMENTE)



2 | HIERARQUIA VIÁRIA



3 | PLANTA DE USOS DOMINANTES



4 | UNIDADES MORFOLÓGICAS (UNIDADE AO NÍVEL DA MORFOLOGIA E IMPLANTAÇÃO)

Cultura do Mar. Força motriz da coesão de uma cidade costeira
Pólo Museológico e Académico no Centro Histórico de Sines

Análise das diferentes caraterísticas constituintes da cidade

Folha 1

Cultura do Mar. Força motriz da coesão de uma cidade costeira
Pólo Museológico e Académico no Centro Histórico de Sines

Diagrama da estratégia "O Centro EM Sines"

Folha 2

Paisagem integrante

Centro de Mobilidade e Avenida Produtiva

Pólo M.A.R.

Parque de Campismo e Parque da Cidade

Duas docas, uma frente

Praça articuladora

ESTRATÉGIA "O CENTRO EM SINES"

Zonas estratégicas para reabilitação

Pipelines

Principais vias da cidade

N

Cultura do Mar. Força motriz da coesão de uma cidade costeira

Pólo Museológico e Académico no Centro Histórico de Sines

Diagrama de usos da estratégia "O Centro EM Sines"

Folha 3

1- Paisagem integrante
2- Centro de Mobilidade
3- Avenida Produtiva
4- Pólo M.A.R.
5- Parque de Campismo e Parque da Cidade
6- Duas docas, uma frente
7- Praça Articuladora

N

0 50 150 300 500 m

Cultura do Mar. Força motriz da coesão de uma cidade costeira
Pólo Museológico e Académico no Centro Histórico de Sines

Planta síntese da estratégia "O Centro EM Sines"

Folha 4

N

0 5 15 30 m

Cultura do Mar. Força motriz da coesão de uma cidade costeira

Pólo Museológico e Académico no Centro Histórico de Sines

Diagrama dos principais eixos da Estratégia

Pólo M.A.R., Parque de Campismo, Parque da Cidade e novo quarteirão habitacional

Folha 5

Zona de Bungalows
Zona de Tendas
Zona de Caravenismo
Pavilão de workshops/ multiusos
Parque de Lazer
Ciclovia

PARQUE DE CAMPISMO E PARQUE DA CIDADE

Habitação coletiva
Hotel

ZONA DE HABITAÇÃO TEMPORÁRIA E PERMANENTE

Praça Central
Museu do Mar
M.E.S.A.
Observatório do Mar
Faculdade de Ciências do Mar
Biblioteca
Centro de Estudos Marítimos

PÓLO M.A.R.

N
0 5 15 30 m

Cultura do Mar. Força motriz da coesão de uma cidade costeira
Pólo Museológico e Académico no Centro Histórico de Sines

Diagrama de usos da estratégia de intervenção
Pólo M.A.R., Parque de Campismo, Parque da Cidade e novo quarteirão habitacional

Folha 6

Nova construção

Demolição

Edifícios a reabilitar

N

0 5 15 30 m

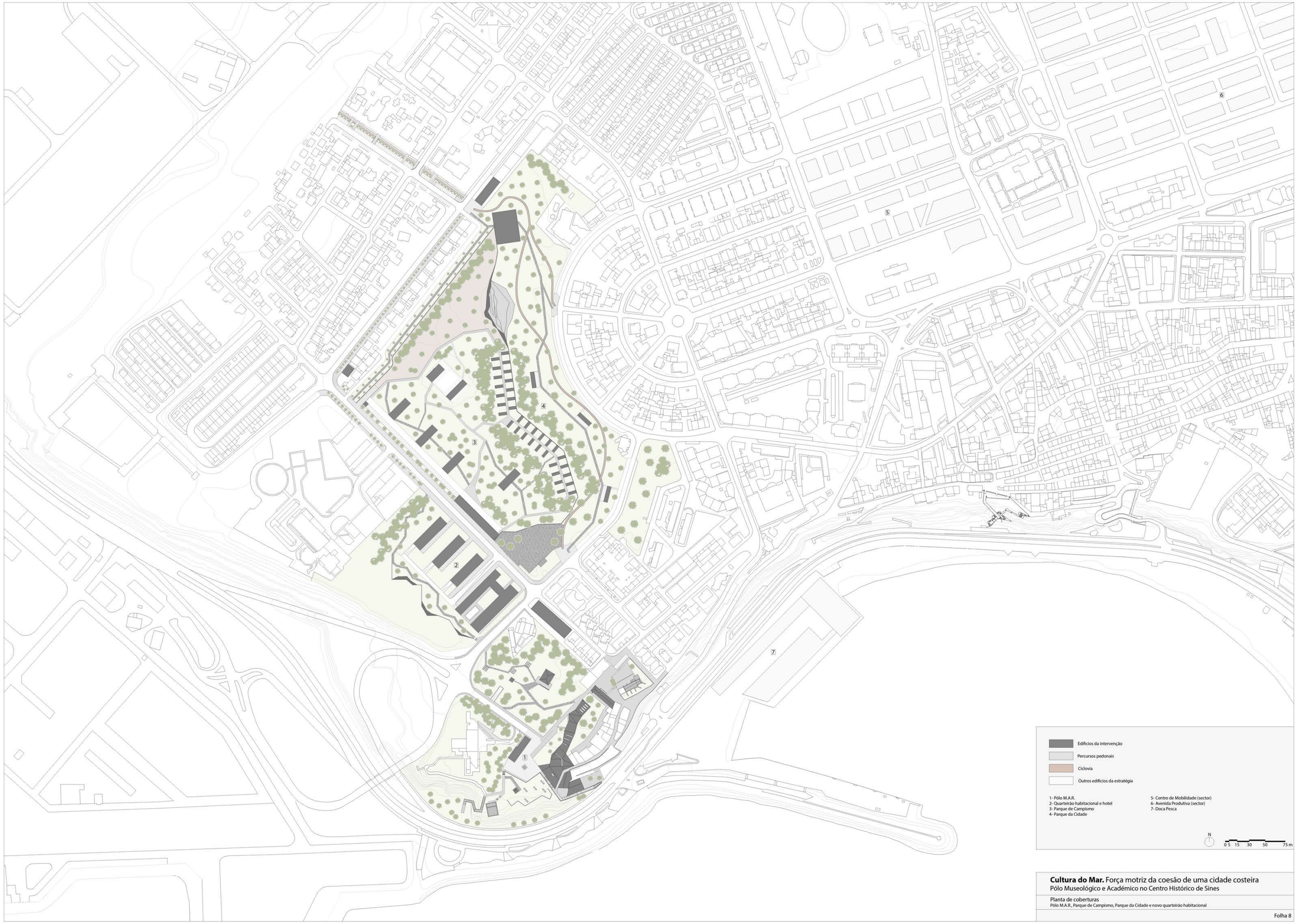
Cultura do Mar. Força motriz da coesão de uma cidade costeira

Pólo Museológico e Académico no Centro Histórico de Sines

Diagrama das intervenções ao nível do edificado

Pólo M.A.R., Parque de Campismo, Parque da Cidade e novo quarteirão habitacional

Folha 7



Cultura do Mar. Força motriz da coesão de uma cidade costeira

Pólo Museológico e Académico no Centro Histórico de Sines

Planta de coberturas

Pólo M.A.R., Parque de Campismo, Parque da Cidade e novo quarteirão habitacional

Edifícios da intervenção

Percursos pedonais

Ciclovia

Parque de Campismo
1- Entrada Parque de Campismo
2- Loja
3- Cozinhas/ Churrasqueira
4- Arrumos para manutenção do parque
5- Entrada de autocaravanas
6- Sanitários
7- Piscina e Bar
8- Bungalows
9- Área de caravenismo

Parque da Cidade
10-Restaurante do Parque da Cidade
11- Mercearia
12- Cafetaria
13- Anfiteatro
14- Pavilhão Multiusos

15- Habitação coletiva
16- Hotel

N

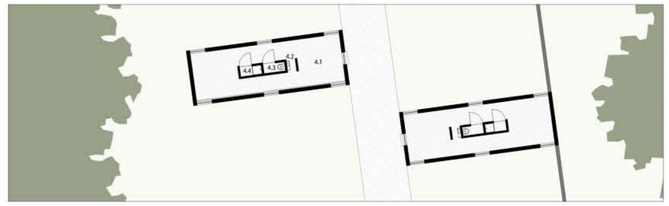
0 5 15 30 50 m

Cultura do Mar. Força motriz da coesão de uma cidade costeira

Pólo Museológico e Académico no Centro Histórico de Sines

Planta geral de Intervenção com piso térreo
Parque de Campismo, Parque da Cidade e novo quarteirão habitacional

Folha 9



N

PORMENOR I
Escala 1:200

Corte AA

Corte BB

Corte CC

Corte DD

Corte EE

Edifícios da intervenção
Betão (muro e anfiteatro)
Deck (percurso pedonal)
Terra (área de caravenismo)
Arborização
Vegetação rasteira
Seixo rolado (percurso pedonal)
Terraway (ciclovia)

1- Bar / Restaurante
- 1.1- Serviço de Bar
- 1.2- Sala do restaurante
- 1.3- Sanitários de funcionários
- 1.4- Dispensa
- 1.5- Entrada de serviço
- 1.6- Cozinha
- 1.7- Sanitários de clientes

2- Piscina

3- Cobertura de apoio à esplanada

4- Bungalows
- 4.1- Sala e Kitchenette
- 4.2- Lavadoo
- 4.3- Sanitário
- 4.4- Espaço para duche
- 4.5- Área de quartos (subdivisível)

5- Cafetaria do Parque da Cidade
- 5.1- Sala da cafetaria
- 5.2- Sanitários
- 5.3- Copa
- 5.4- Dispensa

6- Anfiteatro

N

0 5 10 15 m

Cultura do Mar. Força motriz da coesão de uma cidade costeira
Pólo Museológico e Académico no Centro Histórico de Sines

Plantas de pormenor e perfis
Parque de campismo- piscina, bungalows e caravenismo | Parque da cidade- anfiteatro e cafetaria

Folha 10

Pavimentos

- Pavimento existente
- Seixo rolado (caminhos secundários)
- Lajedo de granito (Praça) 0.4x0.8x0.18
- Lajedo de granito (Passeios) 0.2x0.4x0.18
- Microcubo de granito (Largo das Salas) 0.5x0.5x0.5
- Arborização
- Vegetação rasteira

1- Museu e Observatório do Mar
- 1.1- Foyer
- 1.2- Recepção
- 1.3- Guarda-valores
- 1.4- Sanitários
- 1.5- Loja
- 1.6- Sala de vigilância
- 1.7- Sanitários para funcionários
- 1.8- Arrumos
- 1.9- Sala de exposições
- 1.10- Espaço de refeições
- 1.11- Balneários
- 1.12- Arquivo
- 1.13- Oficina
- 1.14- Entrada de funcionários do museu

2- Biblioteca
- 2.1- Entrada
- 2.2- Recepção
- 2.3-Sala de leitura rápida
- 2.4- Espaço de trabalho

3- Centro de Estudos Marítimos
- 3.1- Entrada
- 3.2- Recepção
- 3.3- Guarda-valores
- 3.4- Arrumos
- 3.5- Sala de trabalho
- 3.6- Sanitários
- 3.7- Sala de exposições

4- Cafetaria e Cantina da Praça
- 4.1- Sala da cafetaria
- 4.2- Cozinha
- 4.3- Dispensa
- 4.4- Arrumo
- 4.5- Sanitários para clientes
- 4.6- Sanitários para funcionários
- 4.7- Entrada cantina
- 4.8- Entrada de funcionários da cantina

5- Cafetaria do Largo das Salas
- 5.1- Sala da cafetaria
- 5.2- Copa
- 5.3- Dispensa
- 5.4- Entrada de funcionários
- 5.5- Sanitários para funcionários
- 5.6- Sanitários para clientes

6- Faculdade de Ciências do Mar
- 6.1- Entrada e bar
- 6.2- Bar
- 6.3- Sanitários
- 6.4- Sala polivalente
- 6.5- Sala de aula

7- Habitação coletiva
- 7.1- Entrada
- 7.2- Arrumo
- 7.3- Estacionamento
- 7.4- Espaço para comércio

8- Acessos ao estacionamento

9- Igreja N. Sra das Salas

10- Forte do Revelim

N

0 5 10 15 m

Cultura do Mar. Força motriz da coesão de uma cidade costeira

Pólo Museológico e Académico no Centro Histórico de Sines

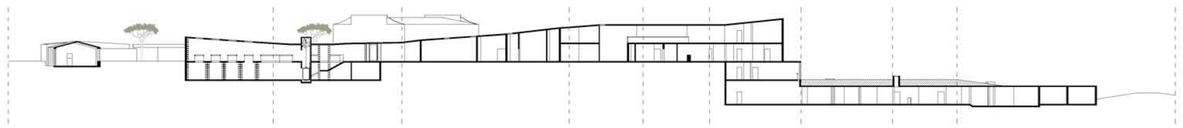
Planta geral de Intervenção com piso térreo

Polo M.A.R.

Folha 11

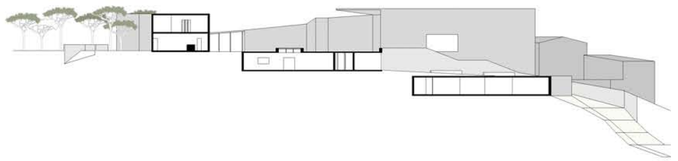
Planta de pisos 1 - Cota 32

Planta de pisos térreos - Cota 30



Corte AA

Corte BB



Corte CC

Corte DD

Corte EE

Pavimentos

- Muro
- Vegetação rasteira
- Arborização
- Edifícios da intervenção
- Lajedo de granito (Praça) 0.4x0.4x0.18
- Lajeto de granito (Passeios) 0.2x0.4x0.18
- Microcubo de granito (Largo das Salas) 0.5x0.5x0.5
- Seixo rolado (Caminhos secundários)
- Pavimento existente

1- Museu e Observatório do Mar
- 1.1- Foyer
- 1.2- Recepção
- 1.3- Guarda-valores
- 1.4- Sanitários
- 1.5- Loja
- 1.6- Sala de vigilância
- 1.7- Sanitários para funcionários
- 1.8- Arrumos
- 1.9- Sala de exposições
- 1.10- Espaço de refeições
- 1.11- Balneários
- 1.12- Arquivo
- 1.13- Oficina
- 1.14- Entrada de funcionários do observatório
- 1.15- Entrada de funcionários do museu
- 1.16- Foyer da M.E.S.A
- 1.17- Sala M.E.S.A
- 1.18- Sala de controlo técnico
- 1.19- Sala de Trabalho
- 1.20- Sala de conferência
- 1.21- Espaço de exposições M.E.S.A e Observatório
- 1.22- Recepção do Observatório
- 1.23- Sala de reuniões
- 1.24- Cafetaria
- 1.25- Sala de monotorização marítima

2- Biblioteca
- 2.1- Entrada
- 2.2- Recepção
- 2.3-Sala de leitura rápida
- 2.4- Espaço de trabalho

3- Centro de Estudos Marítimos
- 3.1- Entrada
- 3.2- Recepção
- 3.3- Guarda-valores
- 3.4- Arrumos
- 3.5- Sala de trabalho
- 3.6- Sanitários
- 3.7- Sala de exposições

4- Cafetaria e Cantina da Praça
- 4.1- Sala da cafetaria
- 4.2- Cozinha
- 4.3- Dispensa
- 4.4- Arrumo
- 4.5- Sanitários para clientes
- 4.6- Sanitários para funcionários
- 4.7- Entrada cantina
- 4.9- Espaço de refeições exterior
- 4.10- Espaço de refeições interior
- 4.11- Expositor de refeições

5- Cafetaria do Largo das Salas
- 5.1- Sala da cafetaria
- 5.2- Espaço de preparação de pedidos
- 5.3- Dispensa
- 5.4- Entrada de funcionários
- 5.5- Sanitários para funcionários
- 5.6- Sanitários para clientes

N

0 5 10 15 m

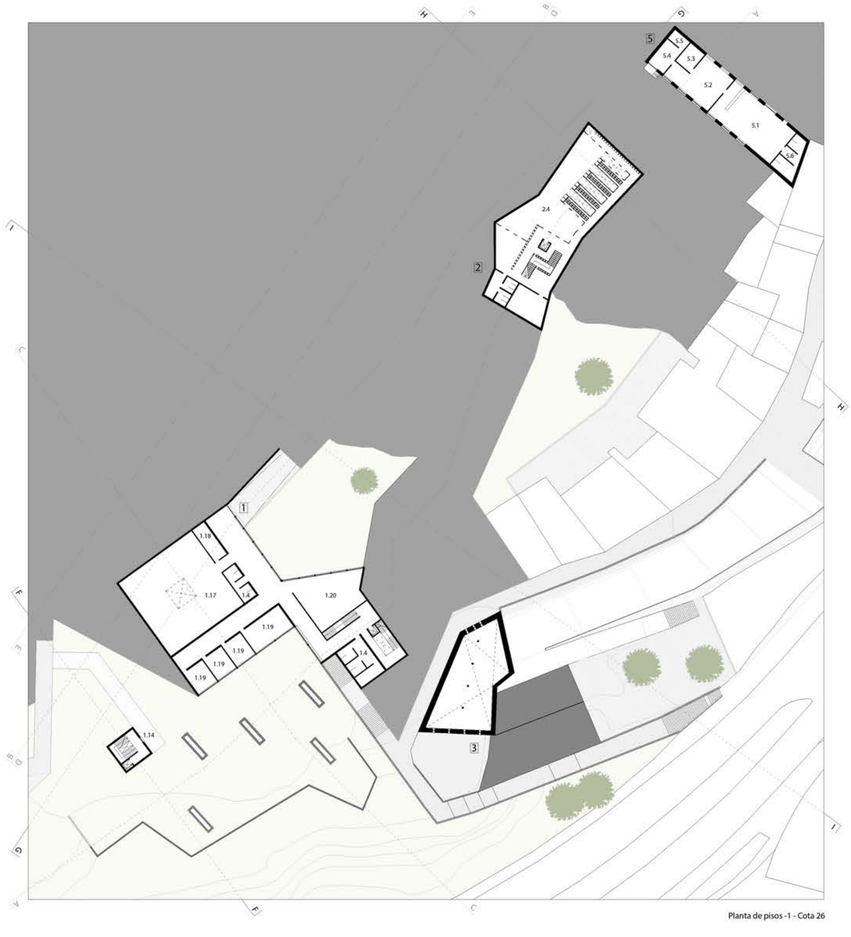
Cultura do Mar. Força motriz da coesão de uma cidade costeira

Pólo Museológico e Académico no Centro Histórico de Sines

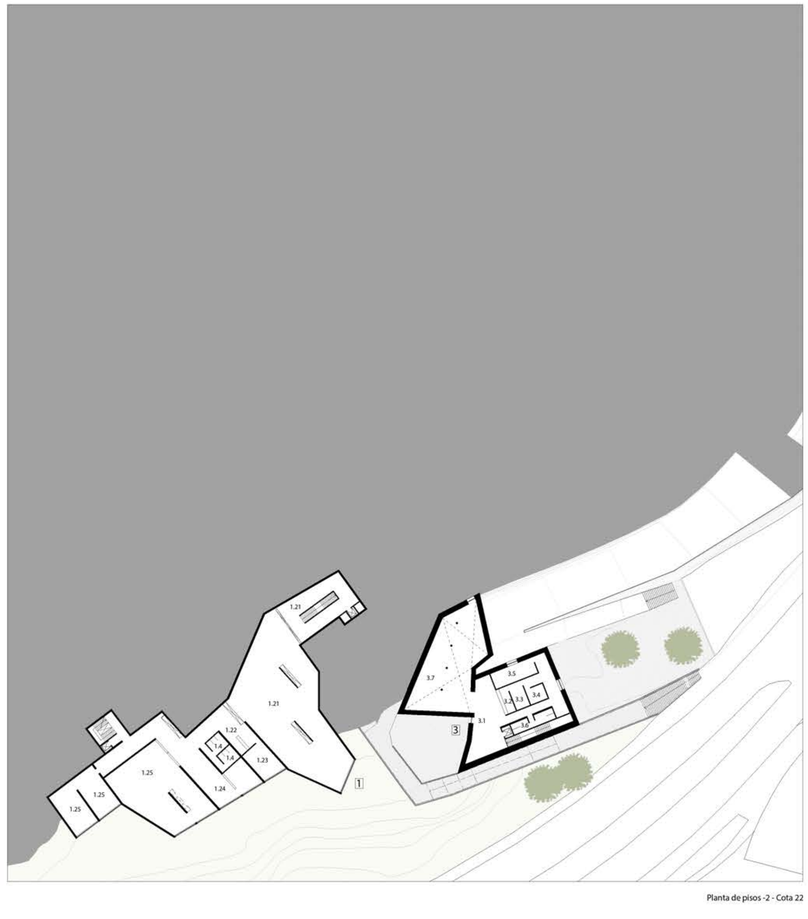
Plantas de pormenor e perfis

Pólo M.A.R.

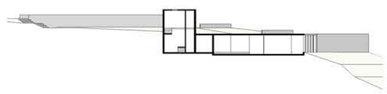
Folha 12



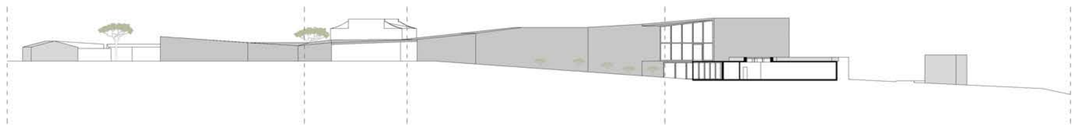
Planta de pisos -1 - Cota 26



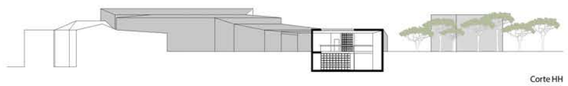
Planta de pisos -2 - Cota 22



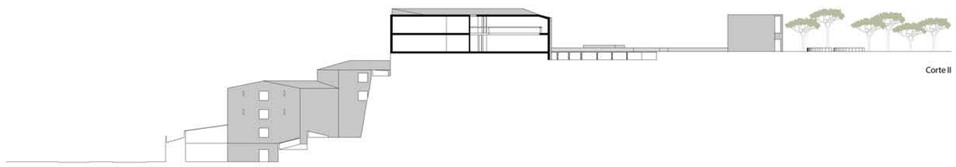
Corte FF



Corte GG



Corte HH



Corte II

Pavimentos

- Muro
- Vegetação rasteira
- Arborização
- Edifícios da intervenção
- Lajedo de granito (Praça) 0.4x0.4x0.18
- Lajeto de granito (Passeios) 0.2x0.4x0.18
- Microcubo de granito (Largo das Salas) 0.3x0.3x0.5
- Seixo rolado (Caminhos secundários)
- Pavimento existente

1- Museu e Observatório do Mar

1.1- Foyer
1.2- Recepção
1.3- Guarda-valores
1.4- Sanitários
1.5- Loja
1.6- Sala de vigilância
1.7- Sanitários para funcionários
1.8- Arrumos
1.9- Sala de exposições
1.10- Espaço de refeições
1.11- Balneários
1.12- Arquivo
1.13- Oficina
1.14- Entrada de funcionários do observatório
1.15- Entrada de funcionários do museu

1.16- Foyer da M.E.S.A
1.17- Sala M.E.S.A
1.18- Sala de controlo técnico
1.19- Sala de Trabalho
1.20- Sala de conferência

1.21- Espaço de exposições M.E.S.A e Observatório
1.22- Recepção do Observatório
1.23- Sala de reuniões
1.24- Cafetaria
1.25- Sala de monotorização marítima

2- Biblioteca

2.1- Entrada
2.2- Recepção
2.3-Sala de leitura rápida
2.4- Espaço de trabalho

3- Centro de Estudos Marítimos

3.1- Entrada
3.2- Recepção
3.3- Guarda-valores
3.4- Arrumos
3.5- Sala de trabalho
3.6- Sanitários
3.7- Sala de exposições

4- Cafetaria e Cantina da Praça

4.1- Sala da cafetaria
4.2- Cozinha
4.3- Dispensa
4.4- Arrumo
4.5- Sanitários para clientes
4.6- Sanitários para funcionários
4.7- Entrada cantina
4.9- Espaço de refeições exterior
4.10- Espaço de refeições interior
4.11- Expositor de refeições

5- Cafetaria do Largo das Salas

5.1- Sala da cafetaria
5.2- Espaço de preparação de pedidos
5.3- Dispensa
5.4- Entrada de funcionários
5.5- Sanitários para funcionários
5.6- Sanitários para clientes

N

0 5 10 15 m

Cultura do Mar. Força motriz da coesão de uma cidade costeira
Pólo Museológico e Académico no Centro Histórico de Sines

Plantas de pormenor e perfis
Pólo M.A.R.

Folha 13

1 | PLANTA DE EDIFÍCIOS DEVOLUTOS E EM RUÍNA

2 | PLANTA DE EDIFICIOS A REABILITAR PARA RESIDÊNCIAS E SERVIÇOS EXISTENTES NO CENTRO HISTÓRICO

Edifícios propostos para residências
Equipamentos
Serviços
Edifício Religioso

N

0 10 30 60 100 150 m

Cultura do Mar. Força motriz da coesão de uma cidade costeira

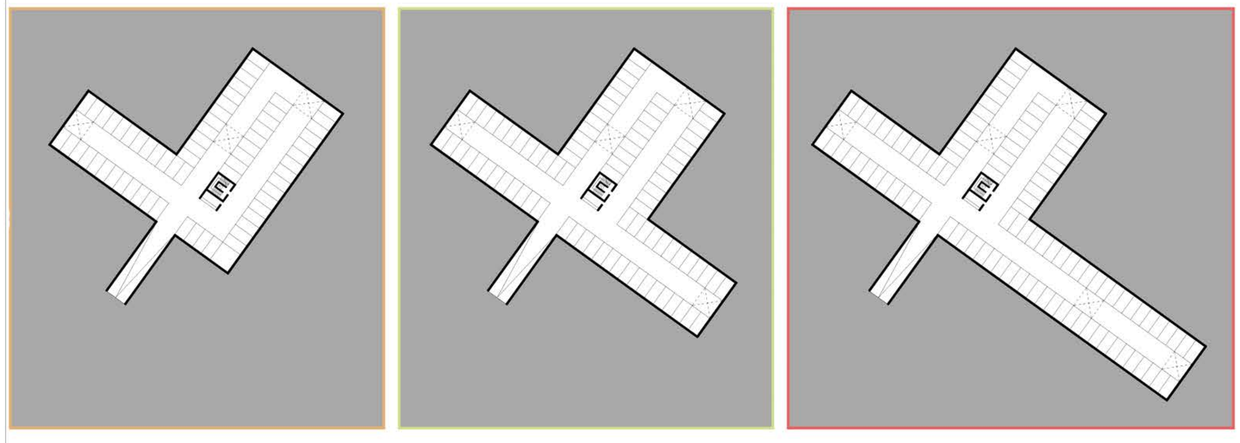
Pólo Museológico e Académico no Centro Histórico de Sines

Análise das diferentes caraterísticas constituintes da cidade

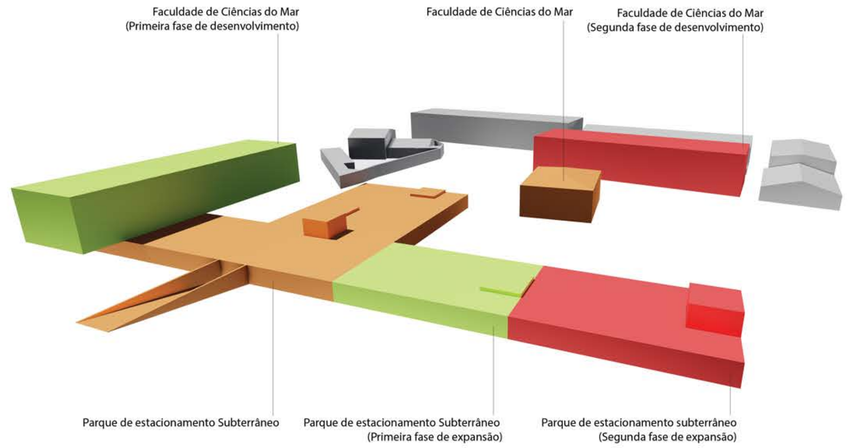
Folha 14

1 | PLANTA FINAL DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DO MAR E ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO COM TODAS AS FASES INCLUÍDAS

2 | DIAGRAMA DAS EVOLUÇÕES DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DO MAR E ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO



3 | PLANTAS DAS FASES DE EXPANSÃO DO ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO



4 | ESQUEMA DO DESENVOLVIMENTO DA FACULDADE E EXPANSÃO DO ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO

Parque de estacionamento subterrâneo

- Parque proposto
- Primeira fase de expansão
- Segunda fase de expansão

Faculdade de Ciências do Mar

- Edifício proposto para Faculdade
- Primeira fase de expansão
- Segunda fase de expansão

N

0 5 10 15 m

Cultura do Mar. Força motriz da coesão de uma cidade costeira
Pólo Museológico e Académico no Centro Histórico de Sines

Cenários de possíveis desenvolvimentos da Faculdade de Ciências do Mar
Pólo M.A.R.

Folha 15

Strengths
- Posicionamento geoestratégico
- Zona Portuária
- Zona Industrial
- Petrogal

Weaknesses
- Falta de acessibilidades rodo-ferroviárias
- Barreiras físicas e visíveis: Pipelines
- Degradação dos edifícios do centro histórico
- Falta de espaços públicos

Opportunities
- Expansão do porto
- Valorização do centro histórico
- Crescimento do turismo de negócios, náutico, gastronómico e de eventos

Threats
- Quebra das exportações regionais
- Perigo de deslizamento de terras
- Pipelines como alvo susceptível de ameaça
- Abandono do centro histórico

Ilustração 1 | Análise SWOT da cidade de Sines

Centro Histórico
Falésia
Frente marítima
Indústria
Pipelines

Ilustração 2 | Descaraterização da malha urbana

Zona Intermédia
Bairro Marítimo
Centro Histórico

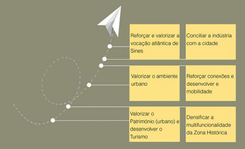


Ilustração 3 | Forças Motrizes da estratégia "O Centro EM Sines"

Sinopse

Sines reúne um conjunto de caraterísticas adversas que se revelam na falta de articulação das estruturas urbanas que compõem o seu tecido e na falta de diálogo do conjunto com o mar e com o hinterland. O principal desafio que se coloca ao seu desenvolvimento é o reforço da sua coesão, integrando o seu centro. A estratégia necessária é multifacetada, apoiando-se em diferentes forças motrizes e em diferentes níveis de transformação do seu quadro físico, cada qual com a sua própria espacialização: uma Paisagem Integrante, uma Avenida Produtiva, um Centro de Mobilidade, um Parque Turístico-Cultural, um Polo MAR, uma Praça Articuladora e Duas docas, Uma frente.

Ilustração 4 | Esquema da Estratégia Geral

Vias pedonais
Áreas de intervenção
Projetos relevantes
Pipelines
Vias estruturantes

Coesão Planeamento Valorizar Turismo Inovação Urbano Verde Potencial Sines Marítimo Mar Infraestruturas Cultura Progresso Crescimento Património Funcional Ligações Desenho Desenvolvimento Salvaguarda Habitante Território Densificar Logística Imaginação Alternativa Contribuição Controlo Alternativa Arquitetura Composição Sensibilidade Complementação Acessibilidade Permeabilidade Revitalização Processo

Ilustração 5 | Palavras-chave da estratégia "O Centro em Sines"

O Centro EM Sines

Planeamento estratégico da Reabilitação e da Salvaguarda

Paisagem integrante. Complementa a paisagem urbana existente com a criação de uma coroa verde ao longo dos pipelines, permitindo a transposição da barreira física e melhoramento ambiental da área. O desenvolvimento da cidade desportiva prevista integrará a coroa verde proposta, equipada com percursos pedonais e ciclizáveis. A proposta inclui, ainda, o aproveitamento da estrutura portante, de um armazém, para a inserção de hortas urbanas e um mercado.

Centro de mobilidade. Visa a implementação de transportes públicos rodoviários de serviço local, regional e nacional, integrando serviços de mobilidade suave. Adicionalmente, o conjunto de intervenções propostas para este sector urbano, promove a reorganização e o redesenho da área garantindo a sua permeabilização e interligando a zona poente e a zona nascente de Sines, bem como o centro histórico e o desenvolvimento da cidade para norte, através da Rua da Alegria, da Rua da Reforma Agrária e da Avenida General Humberto Delgado.

Avenida Produtiva. Requalifica e atribui uma nova identidade à Avenida General Humberto Delgado, conjugando a atividade produtiva com a inserção de espaços verdes. Cria também a articulação entre a cidade existente a Sul com uma nova urbanização do lado Norte, numa área para a qual existe um plano de pormenor que permitiu avaliar as possibilidades de urbanização e propor importantes investimentos relativos ao grande designio da estratégia global: a ligação com a periferia; a permeabilização da malha urbana.

Pólo M.A.R. Complexo funcional localizado na zona envolvente do Forte do Revelim, constituído por programas funcionais dedicados à Cultura do Mar e distribuídos ao longo da área, tais como o Observatório e Museu Marítimo, Centro de Formação Avançada e o Polo Universitário. O programa é direcionado para a educação e desenvolvimento das comunidades a nível local e regional, exibindo o património material e imaterial da cidade, propondo o envolvimento de diversas ciências. O complexo visa o desenvolvimento integrado de formação avançada e de I&D, bem como da economia local do turismo e da cultura.

Parque turístico-cultural. Requalifica o antigo parque de campismo, que se encontra devoluta e integra um parque público confinante com o Bairro Marítimo. Neste sector é ainda garantida a criação de um eixo rodoviário continuo, ligando a Avenida Produtiva à entrada poente da cidade, na envolvente do Forte do Revelim a nascente de Sines.

Duas docas, uma frente. Valorização da frente marítima de Sines, através da reabilitação/requalificação da Doca Pesca e da ampliação da Doca de Recreio. À reabilitação da Doca Pesca visa a valorização da identidade pesqueira da cidade, promovendo o contacto com a "lota" através de um percurso turístico que atravessa a Doca Pesca, e permite aceder ao Polo MAR, através da Calheta. O programa funcional contempla também a oferta de passeios nas embarcações tradicionais e um programa de pesca recreativa. Por sua vez, a ampliação da Doca de Recreio conta com a integração de serviços de restauração, bar, comércio, hospedagem e camaratas de apoio à guarda costeira.

Praça articuladora. Uma nova praça como coração da cidade que procura contribuir para a coesão e integração do centro histórico na cidade, através da articulação de três espaços públicos: o Largo João de Deus, o Largo 5 de Outubro e o Rossio (Praça da República). A praça contém um edifício, em posição central, cujo programa reúne uma série de representações, numa vertente social e educativa, do Polo MAR, da Avenida Produtiva e do Tecnopolo existente. Este espaço integra ainda um novo novo edifício de apoio à Câmara Municipal, estabelecimentos comerciais e serviços de interesse público. A proposta de intervenção neste sector incluem ainda, a criação de espaços verdes e a renovação do recinto do Parque desportivo Municipal, com a sua urbanização e criação de uma malha urbana que promove a articulação deste sector com as áreas envolventes, as linhas das malhas pré-existentes.